

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

GÊNERO, SEXUALIDADES E
CORPOREIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES DO CORPO DENTRO DO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO

ALINE DA FONSECA BARROS

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**GÊNERO, SEXUALIDADES E
CORPOREIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES DO CORPO DENTRO DO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO**

ALINE DA FONSECA BARROS

Sob a orientação do Professor
Jonas Alves da Silva Junior

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Outubro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB277g Barros, Aline da Fonseca, 1981-
Gênero, sexualidades e corporeidade:
Problematizações do corpo dentro do sistema
socioeducativo do Rio de Janeiro / Aline da Fonseca
Barros. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2020.
134 f.: il.

Orientador: Jonas Alves da Silva Junior.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Universidade Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2020.

1. Socioeducação. 2. Gênero e Sexualidade. 3.
Coporeidade. I. Junior, Jonas Alves da Silva , 1978-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Universidade Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 419 / 2020 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.060323/2020-37

Seropédica-RJ, 13 de novembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

ALINE DA FONSECA BARROS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/10/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Jonas Alves da Silva Junior. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Ana Maria Marques Santos. Dra. UFRRJ (Examinadora Interna).

Leandro Teófilo de Brito. Dr. CPII (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 19:33)
ANA MARIA MARQUES SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1545891

(Assinado digitalmente em 17/11/2020 17:26)
JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 19:30)
LEANDRO TEOFILO DE BRITO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 074.932.107-56

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **419**, ano:
2020, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/11/2020** e o código de verificação: **3563012ca0**

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.*

Eduardo Galeano

Esta pesquisa é dedicada aos poucos/as, porém importantes socioeducadores/as que nos fazem crer que ainda há esperança nesse mar de resistência e revolução do qual me sinto parte. Aos alunos que reencontrei nas unidades e que me fizeram repensar a educação para além dos muros da escola.

AGRADECIMENTOS

Não é tarefa fácil preencher esta parte da pesquisa, foram anos de construções e desafios, uma longa jornada de amadurecimento, ter a oportunidade de agradecer aos que optaram por permanecer ao meu lado nesta trajetória é sem dúvida um prazer e uma obrigação.

O agradecimento a Deus não poderia ter outro lugar que não o primeiro de todos, pois só com a minha fé e o seu permitir, os momentos de conflitos e desânimo não obstruíram a finalização deste trabalho. A tranquilidade e o arrojo para finalizar a escrita em momentos de isolamento social em todo o mundo não veio por outra permissão que não fosse a dele.

Eterna gratidão ao meu pai Armando e a minha mãe Ivone, por acreditarem que a educação muda as pessoas, e só assim as pessoas terão possibilidades de mudar o mundo. Por entenderem minhas ausências, minha reclusão e a necessidade de afastamento, mesmo não tendo eles a mesma oportunidade de estudarem no passado.

Meu companheiro, Anderson, por escolher estar comigo nas horas boas e ruins, por ser meu porto seguro onde pude chorar nos momentos de angústia e principalmente por me motivar e fazer acreditar no meu trabalho e em mim. Obrigada pelos lanches, pelos copos de água, pelos beijinhos que quebraram a dura rotina de estudar, escrever, ser mãe, professora, mulher e pesquisadora.

A Leonardo Pereira, meu amigo e anjo em toda essa caminhada, um ser humano mais que especial, que me socorreu em tantos momentos de dúvida e desespero. Meu amigo na caminhada acadêmica, meu ombro amigo, sorriso maroto e gostoso de se ter em dias de luta e em dias de alegria.

À Sandra Regina, amiga de estudos, de compreensão de vida, que dividiu e ainda divide até hoje a perplexidade com a realidade socioeducativa e o trabalho árduo de estudar e propor ações de alteração da realidade tão cruel imposta aos corpos recusados e subjugados pela sociedade.

Agradeço muito ao Jonas. Resumi-lo a meu orientador é pouco e injusto, sua atenção, dedicação e carinho ao me acompanhar em todo caminho é de inigualável gratidão da minha parte. Você me fez voltar a acreditar na pesquisa, a acreditar em mim e nos propósitos acadêmicos que havia guardado a bastante tempo. Nosso encontro foi um marco para minha vida, agradeço sempre e sempre por você ser amigo e humilde, ao ponto de debatermos sobre grandes questões seja na praia da Joaquina-SC, na Lapa, ou no seu apartamento tomando um gostoso suco de caqui. Você me inspira.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) pela oportunidade, assim como todos os meus amigos do mestrado e do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX), por dividir comigo leituras, inquietações, lanches, troca de livros, congressos, seminários, angústias, alegrias e tantas experiências que reforçaram nossos laços e nossas lutas.

Aos membros da banca, Leandro Teófilo e Ana Maria Marques, obrigada pela possibilidade de troca e de contribuições construtivas para a minha pesquisa. Ana, como te admiro.

A todos que me receberam no DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), da fase de aceitação do projeto de pesquisa até a conclusão, aos funcionários/as e principalmente aos/as adolescentes que em muito contribuíram ao permitir que mesmo que por um breve tempo suas histórias de vida pudessem ser divididas, compartilhadas, vivenciadas por mim. Como diz Antoine de Saint-Exupéri, “Aqueles que passam por nós, não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Ao meu menino travesso, que está por último, não por desmerecimento, mas sim por ser extremamente difícil encontrar palavras que expressam tamanha importância que tens em minha vida; minha força e meu existir resumem-se em ti. Meu Arthur.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

BARROS, Aline da Fonseca. **Gênero, Sexualidades e Corporeidade: Problematizações do corpo dentro do Sistema Socioducativo do Rio de Janeiro**. 2020. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

O presente trabalho pretende discutir as problematizações do corpo estabelecidas dentro de duas instituições socioeducativas no Rio de Janeiro, sobre a ótica da corporeidade, gênero e sexualidades. Ao indicar as potencialidades e os limites das diferentes significações que este corpo pode ter, questiona-se como seria a convivência com os demais, observando as inúmeras diferenças existentes por parte dos sujeitos privados de liberdade. Como referencial teórico, foram utilizados autores da área dos estudos de gênero e sexualidades, como Foucault, Louro e Butler; e dos estudos do corpo, como Merleau-Ponty e Le Breton. Este estudo tem o objetivo de compreender como se processam as adaptações e reestruturações da corporeidade de adolescentes/jovens de instituições prisionais socioeducativas no atravessamento cotidiano de questões de gênero e sexualidades, abarcando os aspectos de transgressão à cisheteronormatividade e analisando de que forma a socioeducação pode promover equidade social entre esses sujeitos excluídos socialmente. A pesquisa de cunho qualitativas e pauta em uma revisão bibliográfica para traçar reflexões sobre corporeidade, gênero e sexualidades, além de utilizar como instrumentos de coleta de dados entrevistas com socieducadores/as e com a equipe que atua junto aos/as adolescentes nas unidades. O estudo voltou-se para investigar as práticas comportamentais e os discursos presentes na (re)construção do corpo, gênero e sexualidades dos/as adolescentes em conflito com a lei. Os resultados da pesquisa apontaram para uma realidade de perpetuação das trajetórias de violência e exclusão já vivenciadas por esses/as adolescentes na sociedade, além de uma reafirmação de padrões opressores patriarcais; que há uma defasagem no que tange a políticas públicas referentes aos meninos e às meninas tidos/as como fora dos padrões de gênero tradicionalmente adotados como norma dentro das unidades socioeducativas. Por fim, constatou-se a verificação de políticas públicas despreparadas, que não proporcionam ações afirmativas capazes de proporcionar o direito à equidade para esses/as adolescentes e que ignoram as particularidades e singularidades do ser humano.

Palavras -chave: Gênero; Sexualidades; Corporeidade; Socioeducação.

ABSTRACT

BARROS, Aline da Fonseca. **Gender, Sexualities and Corporeality: Problematizations of the body within the Socio-Educational System of Rio de Janeiro.** 2020. 134p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica / Nova Iguaçu, RJ, 2020.

The present work intends to discuss the problematizations of the body established within two socio-educational institutions in Rio de Janeiro, from the perspective of corporeality, gender and sexualities. When indicating the potentialities and limits of the different meanings that this body may have, one wonders how living with others would be, observing the countless differences existing on the part of individuals deprived of liberty. As a theoretical framework, authors from the field of gender and sexuality studies were used, such as Foucault, Louro and Butler; and studies of the body, such as Merleau-Ponty and Le Breton. This study aims to understand how adaptations and restructuring of the corporeity of adolescents / young people from socio-educational prison institutions take place in the daily crossing of gender and sexuality issues, covering aspects of transgression to cisheteronormativity and analyzing how socio-education can promote social equity among these socially excluded subjects. The qualitative research is based on a bibliographic review to outline reflections on corporeality, gender and sexualities, in addition to using as instruments of data collection interviews with socieducadores / as and the team that works with teenagers in the units. The study focused on investigating behavioral practices and discourses present in the (re) construction of the body, gender and sexualities of adolescents in conflict with the law. The results of the research pointed to a reality of perpetuation of the trajectories of violence and exclusion already experienced by these adolescents in society, in addition to a reaffirmation of patriarchal oppressive patterns; that there is a gap in terms of public policies regarding boys and girls considered to be outside the gender standards traditionally adopted as the norm within the socio-educational units. Finally, it was verified the verification of unprepared public policies, which do not provide affirmative actions capable of providing the right to equity for these adolescents and which ignore the particularities and singularities of the human being.

Keywords: Genre; Sexualities; Corporeity; Socioeducation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do Jornal com o caso Bernardino.....	45
Figura 2: Subdivisões etárias do Código de Menores de 1927.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Levantamento do número de adolescentes no Sistema Nacional Socioeducativo em 2017.....	30
Gráfico 2: Unidades Socioeducativas no estado do Rio de Janeiro.....	31
Gráfico 3: Atos infracionais.....	33
Gráfico 4: Quantitativo de produções nos níveis de ensino.....	38
Gráfico 5: Análise da produção acadêmica anual.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Adolescentes do Sistema Socioeducativo LGBTIs por unidade federada / 2017.....	34
Tabela 2: Levantamento das produções nos níveis de ensino.....	37
Tabela 3: Levantamento das produções acadêmicas.....	39
Tabela 4: Sujeitos por gênero.....	85
Tabela 5: Sujeitos por função.....	86
Tabela 6: Idade dos sujeitos.....	86
Tabela 7: Experiência na socioeducação em anos.....	86

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRIAAD - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DEPE - Divisão de Estudo, Pesquisa e Estágio

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESGSE - Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire

FCBIA - Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência

FONACRIAD - Fórum de Entidades Gestoras do Sistema Socioeducativos

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IST - Infecções sexualmente transmissíveis

LA – Liberdade Assistida

LGBTIs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais

MDH - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

MEC - Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SAM - Serviço de Atendimento aos Menores

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SGE – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

*Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega*

*Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega*

*Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega*

*Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo, eu não disse, seu moço
Ele disse que chegava lá
Olha aí, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri*

(O Meu Guri, Chico Buarque, 1981)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS ATÉ AQUI	27
1.1 Ponto de Partida.....	29
1.2 Justificando o recorte	35
1.3 O que dizem as dissertações e as teses?.....	37
2. DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	44
2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE.....	51
3. DE QUE CORPO FALAMOS:CORPOREIDADE E ADOLESCÊNCIA	55
3.1 A história e o corpo.....	58
3.2 Corpos silenciados	64
3.3 Gênero e sexualidades na socioeducação	72
4. PERCURSOS METODOLÓGICOS	80
4.1 Delineando a pesquisa	80
4.2 Cenários da pesquisa	82
4.3 Os sujeitos da pesquisa	85
4.4 Materiais e processos para obtenção de dados	87
5. DESVELANDO CORPOS, AÇÕES E SENTIDOS	91
5.1 Unidade Masculina	93
5.2 Unidade Feminina	106
CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	118
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

A adolescência é considerada por muitos estudiosos/as uma fase do desenvolvimento humano importantíssima e de extremo valor para a construção das identidades. Pensar o adolescente em situação de privação de liberdade requer a consideração de fatores bem específicos, tais como o preconceito, a distância do convívio familiar, a limitação de liberdade e o cumprimento de normas que anteriormente não faziam parte do seu cotidiano.

Segundo Santos (2010, p. 76) essas mudanças se pautam em eventos experienciados pelos indivíduos durante o processo de desenvolvimento, processo que se refere à apropriação da cultura, dos modos de agir, de pensar e de se relacionar consigo e com os outros, e se coloca em oposição a um ponto de vista naturalista.

Sendo assim, aquele/a adolescente autor de um ato infracional, ao ser sentenciado/a, não só juridicamente, mas pela sociedade como um todo, poderá dentro deste processo de desenvolvimento internalizar esse preconceito com aqueles que se opõem às leis organizacionais da convivência social. Neste sentido, cabe levantar a seguinte questão: a medida socioeducativa vai fazer com que este/a adolescente se construa enquanto um infrator/a ou se distancie da vivência infracional?

As medidas socioeducativas visam, por lei, a socialização, a educação e a reintegração do/a adolescente no contexto social. Dentre as diversas medidas possíveis de aplicação aos/as adolescentes infratores/as, o cumprimento de medidas socioeducativas em um ambiente com privação de liberdade, é estabelecido por lei, como último critério a ser adotado, pois o impacto na vida dos sujeitos é muito maior do que as demais possibilidades.

Somente após o esgotamento das diferentes medidas, e com a constatação de que as mesmas não foram suficientes para a reeducação social do/a adolescente, a privação de liberdade passa a ser indicada. Embora esse caminho possa ser diferente, avaliando-se caso por caso, em algumas situações podemos constatar que o/a adolescente foi diretamente encaminhado/a para a privação de liberdade, o que demonstra fragilidade nos processos avaliativos.

Ao adentrar em uma instituição de socioeducação, o indivíduo tem uma nova concepção de si ao passar pelas mudanças que a privação da liberdade o impõe, esta concepção passa a ser influenciada e distorcida, causando não só mudanças nas crenças sobre si, mas também sobre os outros que lhe são significativos.

Os muros e as grades que limitam a liberdade se aproximam muito mais de um sistema prisional do que de um ambiente socioeducativo; caracterizam mais a punição do que a reflexão,

dificultando, assim, a proposta de proporcionar e possibilitar uma construção de novas identidades que não sejam aquelas estereotipadas socialmente.

Estamos em um momento histórico turbulento, seja na política, nas relações pessoais e nos dispositivos sociais em geral. Agregada a toda essa situação, a violência urbana vem sendo explorada midiaticamente, fomentando, principalmente no estado do Rio de Janeiro, uma onda de desespero e desorientação da população.

Nesse contexto de desinformação, em que a violência urbana cresce em grande escala no Rio de Janeiro e as disputas políticas se polarizaram, parte da população justifica que se culpabilize o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) pelo envolvimento dos/as adolescentes nos atos infracionais cometidos pelos mesmos. Pois na visão dos críticos do ECA, a proteção integral da criança e do adolescente gerou um ambiente de impunidade, que protege a criminalidade infanto-juvenil. Sendo assim, dentro desta perspectiva crítica, ainda há um clamor, inclusive, para a diminuição da maioridade penal.

Diante disso, a questão que emerge para análise visa compreender o caminho que a legislação percorreu até os dias atuais ao tratarmos sobre crianças e adolescentes, uma vez que este grupo por séculos sequer foi considerado como sujeito de direito. O que justifica tamanho receio das leis protetivas dessa faixa etária, pois antes das leis vigentes os adultos resolviam os conflitos ao seu modo.

Dentre as possibilidades de ação junto aos/as infratores/as, a privação da liberdade deve ser utilizada como último fator de punição possível; antes deve-se tomar medidas socioeducativas que não coloquem este/a adolescente distante da sua família e nem fora da sua vivência social. Porém podemos observar que o número de crianças/adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade é relativamente grande e utilizada como um refúgio do Estado para prestar conta diante da sociedade cansada da insegurança.

Dessa forma, o sistema utiliza-se de um poder coercitivo que o faz funcionar como um sistema disciplinar carregado de elementos que punem e castigam aqueles/as que fogem às regras, que se desviam, como diz Foucault, da “sanção normalizadora”, assim “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo” (FOUCAULT, 1999, p.151)

A base construída no Brasil para proteção e assistência à infância, principalmente à criança e ao adolescente em situação de pobreza, sempre foi deslocada para um discurso de incapacidade das famílias em propiciar aos/as seus/as filhos/as o cuidado e a atenção necessários. Tornando-se para a classe elitizada uma fonte de ameaça e perigo e causadores/as de grande desordem social.

Esses aspectos encontram-se imbricados na cultura social brasileira, influenciando diretamente na incidência de grandes índices de violência no país. “O abismo moderno entre desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população” (IRINEU e RODRIGUES, 2016, p.140)

O crescimento econômico e a escassez de políticas públicas voltadas para as classes mais abastardas, sobrecarregam a radicalização da questão social.

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade” (IAMAMOTO, 2009, p.123)

Marilda Iamamoto (2009) ao analisar a questão social pondera que no Brasil contemporâneo, existem particularidades que trazem embutidas as relações de subordinação, o arbítrio, os serviços pessoais, enfim, a negação de uma perspectiva que reconheça a cidadania dos sujeitos pertencentes às classes subalternas. Esses aspectos encontram-se imbricados na cultura social, influenciando profundamente na formação de uma sociedade efetivamente democrática, ao ponto que prevalece a naturalização e criminalização da questão social.

O resultado tem sido, segundo Raichelis (2013), uma fulgente regressão dos direitos sociais e das políticas públicas, que gera desigualdades e o contingente de destituídos/as de direitos políticos, sociais e civis. Diante deste cenário, o sistema socioeducativo brasileiro (re)produz toda essa polarização entre as classes sociais, criminalizando a pobreza e radicalizando os antagonismos entre classes. O sistema socioeducativo brasileiro reflete a lógica de um Estado punitivo, em que há um interesse em cumprir a satisfação da necessidade de disciplina e domínio da população, gerando, assim, um poder coercitivo, que apenas controla os eventos criminosos do que propriamente intervém nos reais problemas.

No que tange às questões de gênero e sexualidades, há inequidades de gênero que também se apresentam no contexto socioeducativo. Orientações e palavras de ordem interpelam-se constantemente dentro desse ambiente, tentando uniformizar as diretrizes, muitas vezes baseadas na medicina ou na religião.

Sabemos que na adolescência as sexualidades são permeadas por descobertas, possibilidades, protagonismo, autonomia e afirmações de identidades sexuais, mas, por vezes, esse desenvolvimento é desconsiderado e até alocado no campo da invisibilidade. A voz que ali se faz ouvir, até então, é a fala da cisheteronormatividade. Tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades.

Grimm (2017, p.21) define a heteronormatividade como um “conjunto de estruturas que circunscrevem os relacionamentos sexoafetivos entre homens e mulheres como única verdade e possibilidade”, porém sabemos que o desejo de transitar entre os papéis sociais denominados aos gêneros, de alguma maneira, rompe com as normatizações a partir do sexo biológico.

Ao trazer o termo cisheteronormatividade, a proposta é, assim como Jardim (2016), ampliar o termo heteronormatividade de modo a referir-se à determinação e naturalização de uma coerência entre o sexo de nascimento, a identidade de gênero e o desejo afetivo-sexual.

A cisheteronormatividade impõe e padroniza apenas um jeito de ser feliz e saudável, e essa possibilidade só existe para aqueles que estão em total acordo com o sexo e o gênero atribuído no nascimento, sentindo atração afetiva/sexual somente pelo sexo oposto. Tal hegemonia e padronização propicia uma infinidade de ações opressoras, violentas, discriminatórias que perpetuam discriminações e preconceitos, levando inclusive a um número absurdo de mortes.

Não há a possibilidade de se pensar em apenas um jeito certo de existir e em um único caminho que contemple toda multiplicidade do ser humano, a humanidade não cabe em padrões binários, esta imposição só traz desigualdade, opressão e exclusão.

Daólio (1995, p. 39) dizia que no corpo “estão inscritos todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca”. De modo geral, na socioeducação, o corpo é compreendido e vivido na personificação do controle e da repressão, limitando os espaços de impulsos e prazeres, em prol de um ajuste social.

Nesse sentido, os jovens não são reconhecidos como pessoas socialmente sexuadas, livres e autônomas no processo de descobrimento e experimentações do autoconhecimento. Essa situação agrava-se quando nos referimos aos/as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em privação de liberdade, que em geral, são desprovidos/as de atenção em diferentes dimensões da vida social, alçando, assim, as questões de gênero e sexualidades para um segundo plano.

Como diz Louro (2013), olhar aquilo que ninguém quer olhar, olhar nas entrelinhas, buscar com um olhar sutil e perceber os modos como se constroem a posição da normalidade e a posição da diferença, refletir sobre os significados da norma e da diferença relevantes dentro das unidades e sobre seus possíveis significados. Neste contexto, a pesquisa procura compreender as percepções que se desenvolvem dentro do ambiente socioeducativo, através da análise referencial das leis que respaldam as crianças e adolescentes, além das posturas de

reconhecimento das corporeidades que envolvem as questões de gênero e sexualidades dentro das unidades socioeducativas.

Cabe ressaltar que o interesse pelos estudos que versam sobre gênero e sexualidades sempre me despertaram interesse pessoal. Por ser professora de Educação Física, os enfrentamentos, mediante questões de gênero, sempre foram muito presentes no meu dia a dia. Os questionamentos frente às situações de manifestações diferenciadas de sexualidades, fora dos padrões cisheteronormativos, se fazem presentes nas aulas e nas conversas de corredor com meus alunos/as e com professores/as.

Porém, o aprofundamento só foi possível ao adentrar no curso de especialização em Docência da Educação Infantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pois minha caminhada profissional e acadêmica até então era voltada para a Educação Infantil. Encontrava dentro dessa faixa etária grandes conflitos e normatizações quanto à prática das crianças totalmente voltadas para padrões binários de existência, o que me causava angústia por presenciar práticas preconceituosas respaldadas por grande parte do corpo docente dos locais onde lecionei.

No momento da orientação para entrega do trabalho final, conheci o professor Jonas Alves, que me proporcionou, através da sua orientação, um novo olhar, de modo crítico e reflexivo sobre as questões que me afligiam, fazendo com que eu buscasse, através da Educação Física, propostas para intervenção e mudança dessas práticas abusivas e perversas implantadas sobre as crianças.

Com o passar do tempo, recebi o convite para participar do grupo de pesquisa LEGESEX (Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades), coordenado pelo mesmo professor, onde pude problematizar diversas outras questões que fomentam e atravessam o estudo das relações de gênero. Ao longo desse caminho, os diálogos foram tecidos com diferentes referenciais teóricos como Freire, Louro, Beauvoir, Butler, Junqueira, Foucault, dentre outros que auxiliaram na minha (re)construção acerca da temática.

Dando continuidade à trajetória por mim percorrida no ano de 2017, o professor Jonas Alves me ofereceu a proposta de colaborar com sua pesquisa dentro das unidades socioeducativas do município do Rio de Janeiro. Um desafio completamente novo para mim, tratava-se de uma realidade distante do meu conhecimento e permeada por inúmeros preconceitos sociais, alguns dos quais eu compactuava em pensamentos e pré-julgamentos sem quaisquer tipos de aprofundamento na causa.

Assim se deu meu primeiro contato com a realidade do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro, construindo na prática diária da pesquisa minhas inquietudes e respostas para as

questões até então só imaginárias de minha parte, o que me proporcionou desconstruir conceitos pré-estabelecidos e vivenciar a realidade em si, para além do senso comum. Essa experiência foi sem dúvida essencial na construção do meu caminho de pesquisa. Ainda mais ao encontrar ex-alunos meus naquele espaço, o que me impactou em um primeiro momento, mas posteriormente me fez optar por debruçar-me nessa pesquisa.

Durante sete meses pesquisamos a realidade de duas unidades masculinas de socioeducação, aplicamos questionários aos/as funcionários/as e aos internos; promovemos debates baseados em curtas metragens e imagens; entrevistamos os adolescentes, tecemos diálogos com diversas áreas de atuação junto aos jovens, como psicólogos, referências religiosas, responsáveis, agentes de saúde, entre outros e conseguimos um significativo material de pesquisa.

Nessa época o meu interesse eclodiu pelas questões de gênero, sexualidades e corporeidades imbricadas naquele local; as relações estabelecidas entre internos e agentes; as atividades físicas exercidas e em outros casos negadas aos adolescentes; as relações de poder que se estabelecem nesse espaço; as políticas públicas aplicadas ou negligenciadas e tantas outras questões que me inquietaram.

Ao pensar no mestrado, não me restou dúvida sobre o caminho que seguiria, pois o contexto socioeducativo desvela a situação de vulnerabilidade daqueles adolescentes, principalmente os que ousam produzir experiências às margens da cisheteronormatividade, trazendo conflitos muitas vezes pela corporeidade refletida de forma arbitrária à regra do sistema.

Nóbrega (2009) é categórica ao dizer que o corpo demonstra a unidade na diversidade, enredando mundo cultural e mundo biológico, contribuindo, assim, para o rompimento do dualismo entre os níveis físico e psíquico. É com o corpo que atuamos no mundo, e com a corporeidade que evidenciamos os sentimentos, o simbolismo, os significados e a existência em si.

Neste sentido, entende-se que a corporeidade está em diálogo com o dinamismo do mundo, com a consciência do sujeito, com as necessidades de mudança, com as emoções e pensamentos, interligando tudo isso em uma forma de se expressar.

A corporeidade implica a inserção de um corpo humano num mundo significativo, a relação dialética do corpo consigo mesmo, com outros corpos expressivos e com os objetos do seu mundo [...], portanto as produções humanas são possíveis pelo fato de sermos corpo. Nosso corpo traz marcas sociais e históricas, dessa forma, questões culturais, de gênero e sociais podem ser lidas nele. (RODRIGUES, s/p, 2010)

Entende-se que o homem logo assim que entra em contato com o mundo já expressa sua corporeidade através das suas experiências e emoções. A partir dessas interações, as reflexões vão coexistir interligando funções necessárias para o processo de desenvolvimento humano. Fortalecendo a ideia de que o homem é completo em todos os seus sentidos, sem divisões entre intelectual e motor, os dois aspectos coabitam.

A corporeidade vai à raiz da subjetividade humana com a concepção do corpo-sujeito; corpo que estabelece com o mundo uma reação pré-objetiva, segundo as linhas de pensamentos merleau-pontyanas, onde esse corpo rompe com o dualismo cartesiano conferindo uma nova compreensão de relação homem-mundo e homem outro.

Buscamos pensar o corpo de forma como os adolescentes o sentem, um corpo que tem necessidades de experienciar e criar o mundo. Segundo a leitura de Merleau-Ponty, o mundo seria percebido por meio do corpo e seria através do corpo que as pessoas teriam acesso ao mundo e o conheceriam, o descobririam. A questão é, que mundo é apresentado dentro das unidades socioeducativa durante todo esse processo de autoconhecimento desses/as adolescentes?

Há uma certa complexidade que envolve a definição de corporeidade, diversos enfoques contribuem para um novo olhar para o corpo e para a construção do ser humano. Nesse sentido, acreditamos que uma reflexão mais esquadrihada sobre o corpo nos ajuda a superar a visão estereotipada socialmente construída ao longo dos anos, que perpetua a visão dicotômica ignorando a diversidade das sexualidades existentes.

Essa busca pela compreensão do corpo para além da dualidade historicamente proposta, marca a concepção que restitui a unidade corpórea marcada pelo estudo da corporeidade, ou seja, a reconexão desse corpo com o mundo e com a indivisibilidade corpo-mente-alma. De acordo com Porpino:

A partir do conceito de corporeidade é possível entender o corpo como possuidor de uma singularidade que somente se compreende na pluralidade da existência de outros corpos, e que é capaz de gerar conhecimento, autogerando-se, a cada momento, a partir da inevitabilidade da coexistência entre a sensibilidade e a razão. Assim, a corporeidade desvela o corpo em sua essência existencial complexa. Restitui a este a sua capacidade de gerar conhecimento, de reconhecer-se como sujeito da percepção, sendo ao mesmo tempo objeto percebido por outros corpos, numa época (século XX) em que a predominância do racionalismo ainda se faz presente. (PORPINO, 2006, p. 63)

Compreender o corpo na perspectiva da corporeidade é perceber as singularidades que somente se entende na vivência com outros corpos. Os elementos da corporeidade: os desejos, as emoções, o saber incorporado são fundamentais para uma nova percepção da realidade (NÓBREGA, 2010).

A convivência com o outro implica numa influência de sentidos e significados, que são recíprocos, que criam sentidos novos e ressignificam novas experiências. Em síntese, a corporeidade precisa ser aprendida, nossa qualidade de vida está atrelada a forma como assumimos nossa corporeidade, do modo em que vivenciamos ou silenciemos, somos estimulados ou reprimidos na possibilidade de viver ou não em plenitude.

Assim, acredito que pensar em quais classificações globais se definem o “corpo” ou “não corpo” engendrará padrões dentro da socioeducação que necessitam de aprofundamentos para um melhor entendimento e promoção de diálogos. Combater as superioridades e inferioridades promovidas nesses espaços, supostamente tratados como práticas “naturais” no tecido social, justificadas por uma equação entre justiça e direito, posições normativas que não se opõem ao discurso socioeducativo.

Em consenso com essa trajetória, apresentamos o estudo “Gênero, Sexualidades e Corporeidade: problematizações do corpo dentro do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro” que tem por objetivo geral compreender como se processam as adaptações e reestruturações da corporeidade de adolescentes/jovens de instituições prisionais socioeducativas no atravessamento cotidiano das questões de gênero e sexualidade.

Em conformidade com o objetivo geral, listamos os objetivos específicos:

- Analisar o cotidiano e suas implicações com relação às regras comportamentais, no que tange as limitações ao corpo, gênero e à sexualidade.
- Verificar como esses indivíduos criam suas regras e normas para se adaptarem a uma nova realidade social, no sentido de reestruturação de suas práticas.
- Analisar as articulações para capacitação dos/as funcionários/as de trato direto com os/as adolescentes sobre questões de gênero e sexualidades.
- Levantamento de documentos legais que orientem e pautem o trabalho socioeducativo dentro das unidades onde os/as adolescentes cumprem as medidas socioeducativas.

Para tal, sigo os pressupostos da pesquisa qualitativa, pois esse tipo de pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, o que abrange nosso interesse nas construções de identidades dos/as adolescentes pesquisados. A pesquisa de campo ocorreu de fevereiro de 2018 a agosto de 2019, em duas unidades de privação de liberdade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro, sendo uma unidade masculina e uma feminina. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, que

dentro do cenário natural tenta compreender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Entendo que a realidade é socialmente construída e que, por esse motivo, não pode ser apreendida e expressa por meio de estudos diferentes do qualitativo, mostrando-se conveniente para compreender os aspectos subjetivos envolvidos na pesquisa. Para tal, utilizo como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas; a observação e a pesquisa documental. Por motivos de liberação judicial, não expedida a tempo, os/as adolescentes não puderam participar diretamente das entrevistas. Porém podemos interagir com os sujeitos que compõem a estrutura da unidade socioeducativa, ou seja, agentes socioeducadores/as, diretores, corpo médico, professores, psicólogos, assistentes sociais e monitores de projetos.

Para estruturação desta pesquisa, a dividi em seis capítulos de forma a contemplar os objetivos propostos, assim como a metodologia escolhida.

No primeiro capítulo, intitulado “*Levantamento bibliográfico da área*”, inspirados na metodologia do Estado da Arte, objetivei realizar o mapeamento e a discussão de ideias disseminadas por meio da produção acadêmica sobre o tema da nossa pesquisa; fiz uma busca por pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2004 a 2018 e, para tal, optei por um levantamento bibliográfico no tocante a teses e dissertações inseridas no banco de teses do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como periódicos obtidos na mesma fonte.

Nosso segundo capítulo “*Do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente*”, refere-se à análise das legislações em diferentes momentos históricos do Brasil, analisando as diferentes lógicas de atenção dada à população infanto-juvenil em conflito com a lei. Para isso, optamos por analisar o Código de Menores de 1927 e todo percurso legal até o atual Estatuto da Criança e do Adolescente.

O terceiro capítulo, “*De que corpo falamos: Corporeidade e Adolescência*”, tem como proposta uma análise crítica dos conceitos de gênero, sexualidades e corporeidade e seus desdobramentos dentro das construções de identidades desses/as adolescentes submetidos a um sistema de privação de liberdade, e quais são as problemáticas que atravessam essa construção pessoal.

Já no quarto capítulo, nomeado “*Percursos Metodológicos*”, abordamos a metodologia utilizada, o campo onde desenvolvemos a pesquisa, os sujeitos envolvidos e os instrumentos que nos auxiliaram na captação de dados para a análise, assim como os procedimentos a serem desenvolvidos para melhor obtenção dos resultados.

No quinto capítulo “*Desvelando Corpos, Ações e Sentimentos*”, as análises sobre as entrevistas são evidenciadas, propiciando assim a leitura nas entrelinhas dos sujeitos da pesquisa, dos/as entrevistados/as e dos espaços. O entrelaçar do olhar da pesquisa e do campo que revela corpos aprisionados não só fisicamente, mas além dos que nossos olhos podem enxergar.

Por fim, as conclusões sobre todo o exposto e vivido nessa trajetória de busca por respostas, e oferece reflexão, problematizações e inquietações. “*Considerações (não) finais*”, nos apresenta respostas para nossos questionamentos iniciais, porém, aflora tantos outros, que não nos permitem pôr um ponto-final.

CAPÍTULO I

CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS ATÉ AQUI

*E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

Gonzaguinha (1982)

As questões que dizem respeito às sexualidades humanas e sua pluralidade de vivências têm se sentido em todas as esferas da sociedade, inclusive dentro das instituições de privação de liberdade no Rio de Janeiro. Esta multiplicidade de expressões tem sido acompanhada de preconceitos, estereótipos e intolerância que, por vezes, dificultam o bom relacionamento entre os/as envolvidos no dia a dia desta instituição.

De forma geral, essas instituições são lugares que despertam sentimentos contraditórios na sociedade, sejam de curiosidade, de piedade e/ou de rejeição. Assim, compreende-se que as construções sociais pelas quais podem passar os/as adolescentes em situação socioeducativa são caracterizadas, historicamente, por proposições que estão fragmentadas pela forma de como as sociedades contemporâneas ressignificam seus tabus, preconceitos e dogmas.

No caso das instituições socioeducativas para adolescentes, a questão das sexualidades, de forma geral, apresenta-se como um assunto delicado, complexo e ultrapassa o moralismo e pode engendrar constrangimentos, beirando o preconceito vigoroso de muitos envolvidos no processo. São necessários esforços contínuos, estudos e abertura ao diálogo entre quem educa, no sentido de lidar e compreender as sexualidades ao invés de negá-las.

Vaz salienta que:

Vivemos um paradoxo cotidiano quando nos expressamos em relação ao corpo e suas expressões nos ambientes educacionais. O corpo é, por excelência, o órgão das paixões, dos desejos, do cansaço, das dores, da preguiça, das fortes e fracas emoções, da fome, da sede, das vontades fisiológicas, das muitas pulsões, enfim, em uma palavra, do descontrole. Nesse sentido, faz parte do imaginário educacional a ideia de que o corpo deve ser educado, disciplinado, que não devem poupar esforços no sentido de colocá-lo na linha, na retidão dos bons costumes, do autocontrole. (VAZ, 2002, p.3)

É importante destacar que a socioeducação é um dos vetores das constituintes da educação brasileira junto à educação regular (formal/escolar) e à educação profissionalizante. Este vetor visa a reintegração da criança/adolescente ao convívio social e o retorno à liberdade para que procedam como sujeitos de direitos e deveres e também como possíveis profissionais.

Logo o olhar sobre as problematizações de gênero, sexualidades e corporeidade nessas unidades deveriam buscar investigar possibilidades de atividades que possam ressignificar a busca do respeito pelas necessidades desses indivíduos e da diversidade ali existente.

A presença (ou pressuposição) de sujeitos não-heterossexuais em instituições de privação de liberdade impulsiona subjetividades normativas reproduzidas por práticas de intolerância, medo e violências, próprias dos obstáculos impostos socialmente. Sob esta ótica, espera-se uma observação mais profunda e a sinalização de que, neste ambiente microfísico institucional, as vulnerabilidades possam ser intensificadas quando articuladas à orientação sexual e à identidade de gênero.

A objetificação de práticas discursivas referendadas pela cultura heterossexual e machista, que determinam ao sujeito uma única forma de construção da(s) masculinidade(s)/feminilidade(s), infelizmente predominam nesses espaços, seja por um controle institucional, seja por um controle dos/as próprios/as adolescentes.

O modo como esse controle sobre as sexualidades é formulado e implementado em determinados contextos subalterniza os sujeitos por meio da fabricação política de corpos docilizados e domesticados pelas relações de poder. Em uma sociedade disciplinar, pautada no binarismo sexual, na misoginia e no sexismo, demonstra a violência no momento em que este corpo passa a ser de responsabilidade do Estado, que não o preserva, que não cuida dele e o submete a uma vigilância hierarquizada.

O dispositivo disciplinar apresentado por Foucault (1999) explicita que uma das funções do disciplinamento é produzir hierarquias no corpo social. Para compreender a hierarquia dos corpos deve-se dividir a suposta diversidade humana no campo da “diferença”, valorando em uma perspectiva binária o que é bom e ruim, o que é útil e não útil, o que é feio e bonito.

A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho, ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos, ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1999,p.178)

Não só o corpo físico, mas todo corpo (pois não somos dicotômicos) é submetido à engrenagem disciplinar atuante dentro das unidades de medidas socioeducativas. Este sistema pune e castiga os que infringem não só as normas da lei, mas também as leis sociais da cisheteronormatividade referentes ao gênero e às sexualidades, uma vez que são herdeiras do modelo disciplinador e autoritário que pouco tempo atrás não exercitava a filosofia de primar pelo desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos.

Em outras palavras, como diz Butler (2018, p.16), “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade”, e é a alocação diferencial das condições que nos fazem pensar na complexidade da vivência da corporeidade que estes adolescentes passam.

Desse ponto de vista, cabe perguntar: como as ações postas nesses espaços circunscrevem o cenário das lutas por direito e justiça no campo de gênero e de sexualidades e como todo este processo atuar na construção da corporeidade desses adolescentes?

1.1 Ponto de partida

Para elucidar melhor as questões levantadas neste capítulo, antes da nossa busca por pesquisas apresentadas anteriormente sobre o tema, vamos localizar os índices que situam a realidade atual dos adolescentes que vivenciam as medidas socioeducativas propriamente dita.

Utilizamos como fonte de pesquisa o site da Escola Nacional de Socioeducação (ENS), que divulga a cada ano o levantamento nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O propósito do levantamento é servir como ferramenta de monitoramento e levantando de dados estatísticos que podem sofrer comparações ao longo do tempo.

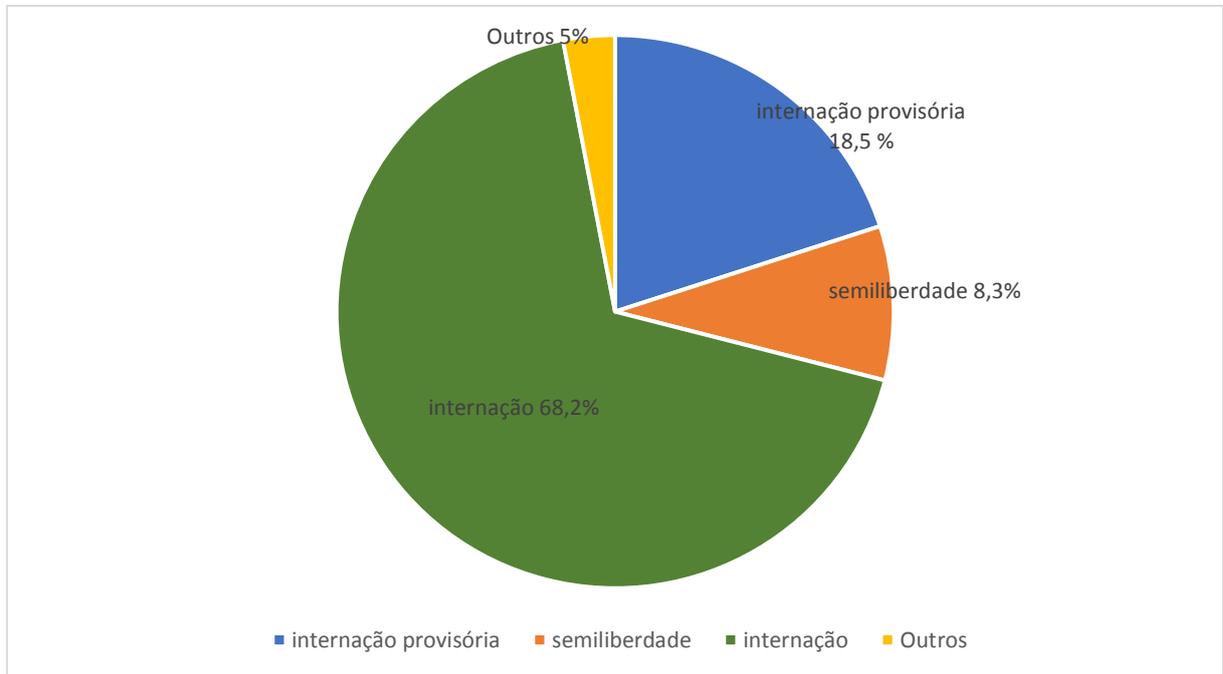
O levantamento mais atual disponível é referente ao ano de 2017, mais exatamente até 30 de novembro de 2017, e foi divulgado em março de 2019. Nesse estudo é apresentado o número total de 26.109 (vinte e seis mil, cento e nove) adolescentes e jovens entre as idades dos 12 a 21 anos em privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade); além de 1295 (mil duzentos e noventa e cinco) adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, internação sanção e medida protetiva), com um total geral de 26.109 (vinte e seis mil, cento e nove) adolescentes e jovens incluídos no sistema. Isso em nível nacional.

Desse total, em relação a gênero, 25.063 (vinte e cinco mil e sessenta e três) estão em unidades masculinas e 1875 (mil oitocentos e setenta e cinco) estão nas unidades femininas do Brasil, no Rio de Janeiro os números apontam 1875 (mil oitocentos e setenta e cinco) adolescentes nas unidades masculinas e 56 (cinquenta e seis) na unidade feminina. Na pesquisa ainda consta o número de 117.207 adolescentes no território nacional em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida (LA) ou em Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Através desses dados podemos pensar as necessidades do sistema socioeducativo, pois através do número de adolescentes registrados em cada modalidade de cumprimento das medidas socioeducativas, reflete-se o espaço físico necessário e a necessidade de profissionais

atuantes junto a esses/as jovens. Quando vemos um quadro de maior número de casos de internação, automaticamente pensamos em mais unidades de privação de liberdade, o que dentro da pedagogia de ressocialização deveria ser inversamente aplicada, pois esta medida é defendida como sendo a última a se tomar em relação a adolescentes em conflito com a lei.

Gráfico 1: Levantamento do número de adolescentes no Sistema Nacional Socioeducativo em 2017.



Fonte: Levantamento anual da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SMDCA/MDH) - 2019

Conforme o gráfico 1 retrata, mais da metade dos/as adolescentes cumprem como medida socioeducativa períodos em privação de liberdade, períodos esses que na lei devem chegar ao máximo de três anos, o que deixa em aberto o cumprimento do que se reporta a lei, em que este tipo de penalidade deve ser imputado somente em caso de excepcionalidade. Questiona-se então o processo socioeducativo desde já. Por que tantas intervenções de liberdade se a legislação socioeducativa coloca esse regime como excepcionalidade? Será que essas internações favorecem ao cumprimento das propostas socioeducativas?

Esses dados nos dão uma dimensão da grande discussão sobre a eficiência das medidas socioeducativas aplicadas, das desavenças que presenciamos entre o que está disposto na lei e como ocorre a aplicação de fato. Em alguns casos, encaminham o adolescente para a privação de liberdade logo no primeiro julgamento: outra infração ao que consta na lei, pois de acordo com o artigo 122 do ECA, ou seja, quando o ato infracional for praticado com grave ameaça ou

violência contra pessoa, essa ação só pode ser imposta ao adolescente em hipótese de não houver outras mais adequadas.

Podemos observar que muitas dessas medidas são tomadas na tentativa de abafar o clamor da sociedade por mais segurança. Retirar esses meninos e meninas do convívio social, soa como uma resolução do problema que se mostra nada de além do afã de dar uma resposta a sociedade, nada resolve de fato.

O Sistema Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro é o segundo maior do país, ficando abaixo apenas de São Paulo. Segundo o levantamento anual, em 2017 havia 1931 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no Rio de Janeiro. A região sudeste do Brasil abarca mais da metade (57%) desses adolescentes em conflito com a lei.

Podemos observar um crescimento substancial na população jovem no atendimento socioeducativo, meninos e meninas que por sua vez emergem sobretudo dos bairros periféricos. Esses bairros são dotados de carências, como, por exemplo: econômica; social; educacional; e emocional. Isso acarreta na rejeição e transgressão como forma de resistência de muitos jovens, deixando claro e evidente a urgência das políticas públicas voltadas à população infanto-juvenil.

Gráfico 2: Unidades Socioeducativas no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Levantamento anual da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SMDCA/MDH) - 2019

O gráfico 2 apresenta a distribuição das unidades de atendimento por gênero, contabilizadas em todo território do estado do Rio de Janeiro. Temos uma enorme diferença

quantitativa em relação as unidades masculinas e femininas: para todo o estado há apenas 1 unidade feminina. Existem também as unidades mistas, estas são utilizadas para um atendimento inicial dos/as adolescentes.

Assim como o número de unidades femininas, a quantidade de meninas acauteladas é bem inferior ao número de meninos, e as disposições de infrações também demonstram ser diferenciadas. Os meninos, em sua maioria, respondem por tráfico e roubo, já elas respondem mais por receptação.

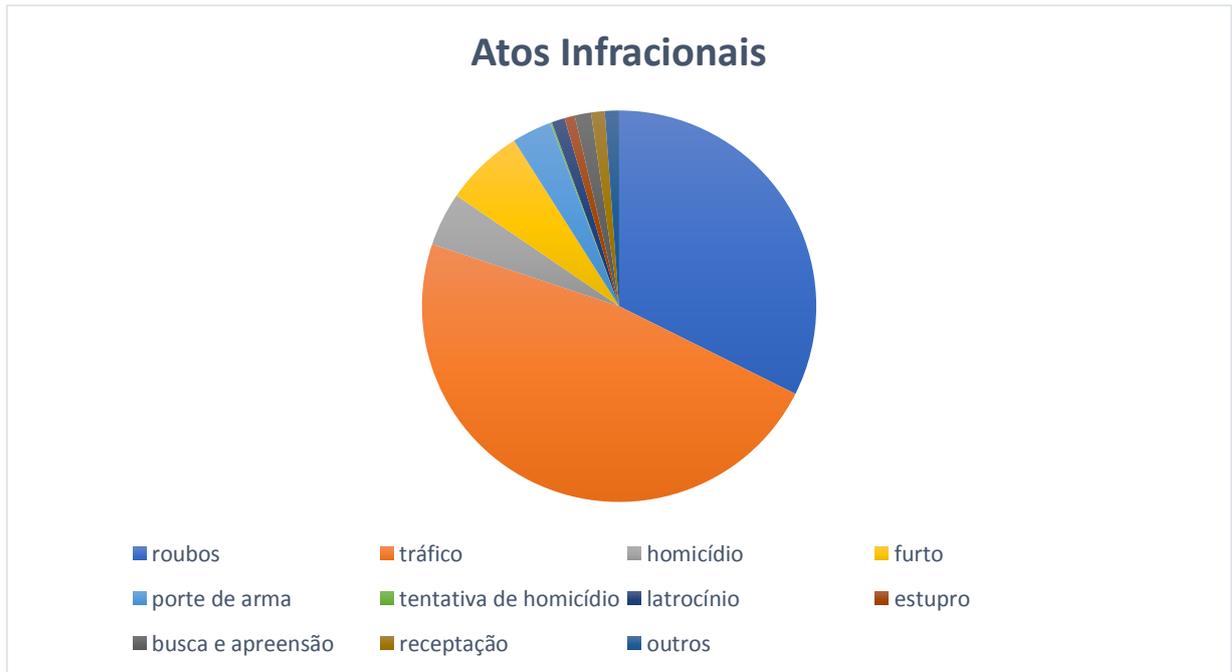
Dentre estas vinte e quatro unidades do DEGASE no Rio de Janeiro, podemos observar que a grande maioria se encontra na região metropolitana. Com essa disposição geográfica, a organização e distribuição dos/as adolescentes que deverão cumprir medida socioeducativa fica prejudicada, uma vez que a grande parte desses meninos e meninas advém da periferia e de bairros mais isolados do Estado, ficando distante de suas famílias.

São pouquíssimas as unidades que atendem ao interior ou à Baixada Fluminense, o que gera duas possibilidades incômodas para o sistema e para o devido acompanhamento das famílias: a primeira é a superlotação das unidades; e a segunda é a distância entre a residência da família e o centro onde se aloca este/a jovem.

Essas organizações de localização das unidades corroboram para o afastamento familiar desses/as adolescentes pois a grande maioria já emerge de estruturas familiares desestruturadas e complexas, com o afastamento, acrescenta-se a essa relação a impossibilidade financeira do deslocamento desses responsáveis.

Se faz importante lembrarmos que O ECA (1990) organiza suas ações por meio do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que prevê a ação de vários órgãos ou instituições de forma integrada, dentro desses eixos a responsabilidade pela ressocialização desse adolescente está atrelada não só ao Estado, mas à família e à sociedade. Assim, o convívio com a família é um direito destes/as jovens.

Gráfico 3: Atos infracionais



Fonte: Levantamento anual da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SMDCA/MDH) - 2019

Ao observarmos os atos infracionais praticados por esses/as adolescentes, como demonstrado na tabela 3, podemos visualizar que roubo e tráfico de entorpecentes respondem pela maior parte dos atos infracionais cometidos pelos jovens. Este é um dado preocupante que revela que a sociedade está cada vez mais violenta e extremamente desigual.

Diante dos dados apresentados, podemos perceber uma triste realidade, na qual a sociedade e o poder público por vezes insistem em não enxergar. Uma população socioeducativa que vem crescendo dentro de ambientes de privação de liberdade só repercute as mazelas do sistema prisional como um todo.

É importante ressaltar que a baixa escolaridade, vícios em entorpecentes, o sentimento de impunidade e vulnerabilidade socioeconômica assolam a realidade da grande maioria desses adolescentes antes de adentrarem os portões da socioeducação, caracterizando assim esses fatores como componentes e não como justificativa para tais infrações.

Em 2017 o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) assinou, durante a 265ª Assembleia Ordinária do colegiado, nota pública conjunta com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). A nota reconhece a urgência em discutir e, principalmente, repudiar as violações de direitos humanos e de assassinatos de crianças e adolescentes por motivações preconceituosas.

Este ato reafirma o artigo 5º do ECA, que diz “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Trata-se de uma recomendação na busca de união de esforços para proteger as crianças e adolescentes LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais) de todas as opressões existentes dentro do sistema.

RECOMENDAR que o Estado Brasileiro proporcione educação e capacitação sobre gênero, direitos humanos, inclusive direitos sexuais e reprodutivos, a servidores públicos, incluindo policiais (civis, militares, federais) profissionais de saúde e da assistência social, trabalhadores do sistema de justiça, da segurança pública, professoras/es de todos os níveis do sistema educativo, membros do Parlamento brasileiro e todos os atores do sistema de garantia de direitos, para evitar, dentre outras, ações e procedimentos equivocados por razão de desconhecimento sobre questões afetas à sexualidade – conforme Favero (2007) o conceito de sexualidade é equivocadamente confundido com o do sexo propriamente dito. Porém, são duas coisas distintas. Sexualidade é um termo complexo, amplo, abrangente e que engloba inúmeros fatores, portanto não se resume a um conceito único, tampouco pode se restringir à relação sexual. Portanto, tais equívocos incorrem em medidas que reduzem o tema à prática de ato sexual e, o que é mais grave ainda, relaciona quaisquer iniciativas de discussão, formação e capacitação sobre o assunto ao crime de estupro ou incitação a ele. (BRASIL, 2019, p.25)

São importantes as recomendações da 265ª Assembleia Ordinária do colegiado, que ressaltam a importância de uma capacitação de todos os sujeitos envolvidos no cotidiano das unidades, pois sem o devido conhecimento, muito pouco pode ser feito em prol de uma convivência equitativa.

A Pesquisa de Levantamento Anual do SINASE 2017, traz pela primeira vez dados de adolescentes/crianças pertencentes às categorias de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, intersexuais e simpatizantes – LGBTIs.

Tabela 1 - Adolescentes do Sistema Socioeducativo LGBTIs por unidade federada / 2017

UF	LGBTIs
AC	01
AL	01
AM	07
BA	02
DF	01
ES	04
MG	01
PB	03

RN	01
TOTAL	21

Fonte: Levantamento anual da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SMDCA/MDH) - 2019

Acreditamos que o número total de 21 adolescentes não configura a realidade do sistema socioeducativo, mas o fato de dar visibilidade, nem que seja numérica, a esses indivíduos, já configura um avanço. Isso os retira do campo da invisibilidade e os coloca na esfera das possibilidades, posiciona para sociedade a existência e as necessidades dessa população tão rejeitada e violentada.

O levantamento cita que algumas regiões não tinham informações por não realizarem esse campo de estudo, dentre elas São Paulo e Rio de Janeiro, estados com os maiores números de adolescentes e situação de privação de liberdade. Há enormes desafios referentes a ampliação dos discursos sobre gênero e sexualidades no sistema socioeducativo; torna-se indispensável estratégias coletivas de reflexão, capacidade de diálogo e respeito com essas questões, pois a segregação e a violência massacraram a construção social desses corpos acautelados.

Conforme já mencionado, o Rio de Janeiro não forneceu seus dados, o que certamente é uma forma de escamotear o problema. E se não há problema, não se justifica um estudo ou debate sobre o assunto. Ademais, no breve período de sete meses que pesquisamos nas unidades, convivemos com duas adolescentes transexuais, fora os outros que foram mencionados nas entrevistas. Ações que só perpetuam a invisibilidade desses meninos e meninas que não se encaixam no padrão cisheteronormativo.

Outro dado inovador da Pesquisa de Levantamento Anual SINASE foram os dados de adolescentes grávidas atendidas no período de 2017. Fato que elucida os estudos e as medidas de políticas públicas necessárias para o atendimento dessas mães, pois há necessidade de um espaço adequado para a convivência entre elas e seus/as filhos/as.

1.2 Justificando o recorte

O período escolhido para examinar as produções científicas, compreendeu os anos de 2004 a 2018. Tal escolha justifica-se pela intenção de fazer uma análise nas pesquisas que abordam a temática compreendidas no período dos últimos quatorze anos, período em que se organizou todo o processo de surgimento do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), desde 2004, quando foi proposto, passando pela sua aprovação em 2006, sua

apresentação como projeto de lei em 2007, e finalmente seu sancionamento como lei em 2012, até a sua implantação de fato e as demandas apresentadas.

Por intermédio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão responsável até então por deliberar sobre as políticas da infância e da adolescência, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), articulou-se uma política participativa, ampliaram-se os debates que demandaram a construção de um amplo pacto social denominado SINASE sancionado no ano de 2012, estabelecido sob a Lei 12.594. O SINASE propõe uma nova ação, uma ação educativa que visa integrar três níveis, o Estado, a família e a sociedade, nessa responsabilidade junto aos/as adolescentes em conflito com a lei.

Um documento que indica as diretrizes e propicia caminhos inovadores no âmbito da educação para a diversidade, essa lei regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. Enquanto mecanismo de direitos, sistematiza procedimentos para padronização teórica, metodológica e técnico-operativa dos serviços e atendimentos aos/as adolescentes autores do ato infracional.

Para melhor elucidarmos as análises, realizamos o levantamento após 2012, com a intenção de pensar como a implementação do SINASE permitiu vislumbrar uma proposta de respeito às desigualdades dentro das unidades socioeducativas, onde o que se propõe com o atual sistema de medidas socioeducativas é a possibilidade de superação das velhas concepções autoritárias de defesa social e de caráter retributivo.

Pois sabemos que a melhor alternativa de superação à violência é a emancipação humana e somente a promoção de alternativas educativas e sociais são capazes de apresentar novos horizontes.

O educar para a vida social visa, na essência, ao alcance de realização pessoal e de participação comunitária, predicados inerentes à cidadania. Assim, imagina-se que a excelência das medidas socioeducativas se fará presente quando propiciar aos adolescentes oportunidade de deixarem de ser meras vítimas da sociedade injusta em que vivemos para se constituírem em agentes transformadores desta mesma realidade (MAIOR, 2006, p. 379).

O SINASE é um documento que visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente, seja no meio aberto ou em restrição de liberdade. Inclusive dentro das suas descrições a prioridade é que as medidas sejam executadas em meio aberto, ficando as restritivas de liberdade para último caso, levando sempre em consideração os princípios da brevidade e da excepcionalidade.

Entende-se por bem que a aplicação das medidas socioeducativas deve contribuir para o desenvolvimento humano do adolescente em um procedimento dialógico, onde seja respeitado o seu corpo, o seu eu e as manifestações de suas sexualidades e corporeidades.

Dentro dessa perspectiva, essa visão seria uma revolução frente às pedagogias até então aplicadas nas unidades onde estes/as jovens são recebidos, ao oportunizar possibilidades de projetos de ressocialização com uma visão multidisciplinar.

A pesquisa teve início com a busca de textos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se do sistema oficial do governo brasileiro para depósito de dissertações de mestrado e teses de doutorado, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). De acordo com a Portaria n. 13, da CAPES, de 15 de 22 fevereiro de 2006, todas as universidades, públicas e privadas, têm a obrigatoriedade de manter cópia online da produção científica no portal da CAPES.

A ferramenta de pesquisa escolhida seguiu um critério de qualidade e de credibilidade no meio acadêmico das publicações disponíveis no acervo intelectual da instituição, além da diversidade e das referências significativas para a academia no cenário nacional.

1.3 O que dizem as dissertações e teses?

Em um primeiro momento a análise foi feita em cima de dissertações e teses sobre Gênero e Sexualidades na socioeducação, o que gerou o total de 1.071.063 resultados, porém a maioria não se associava à socioeducação; tratavam de gênero e sexualidades em uma esfera global e em diferentes dimensões. Passamos assim por uma segunda filtragem quando chegamos a um total de 223 resultados, utilizando-se apenas a palavra socioeducação, sendo deste total, 167 dissertações e 25 teses.

Tabela 2 – Levantamento das produções nos níveis de ensino

Níveis de ensino	Quantidade
Profissionalizante	7
Mestrado Profissional	24
Doutorado	25
Mestrado	166

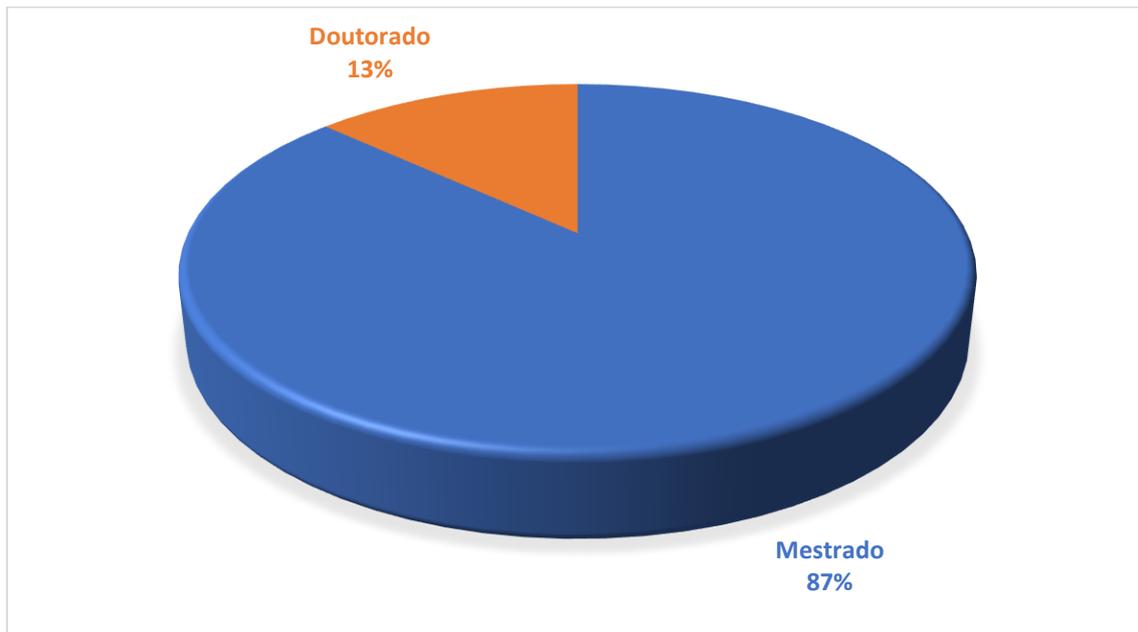
Fonte: Levantamento realizado pela autora por meio do quantitativo de teses e dissertações levantadas no Portal da CAPES

Como descrito no quadro 1, o mestrado tem o maior número de produções na área de pesquisa com o tema socioeducação, seguido pelos estudos de doutorado. Ao nos aprofundarmos nas pesquisas, observamos que poucas delas versam sobre a temática de gênero

e sexualidades. Dividem-se em variados aspectos, tais quais a educação, saúde e direitos humanos.

Encontramos um número significativo de estudos voltados para a escola e sua importância dentro das unidades, transitando desde os direitos dos adolescentes privados de liberdade ao acesso à educação até a formação dos professores que vão atuar junto a essas ou essas adolescentes.

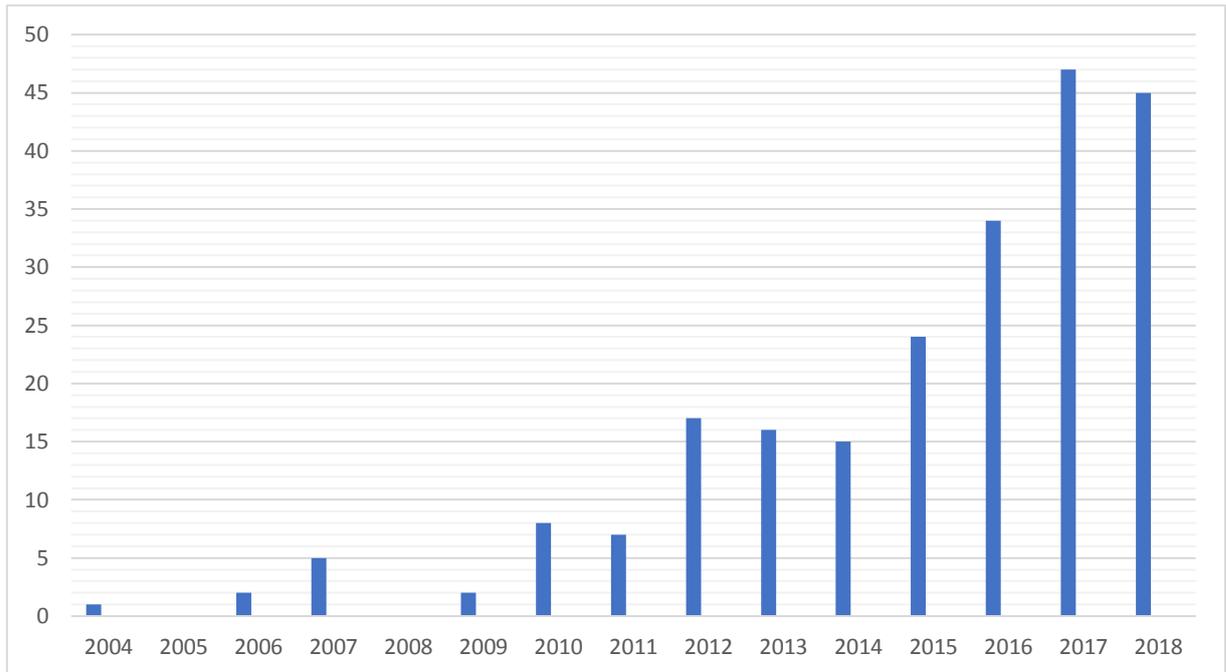
Gráfico 4: Quantitativo de produções nos níveis de ensino



Fonte: Levantamento realizado pela autora por meio do quantitativo de teses e dissertações levantadas no Portal da CAPES.

Outro fato de extrema importância é a análise do crescimento das pesquisas ao longo dos anos, com uma significativa representação a partir de 2012, fato que reflete a mudança do procedimento dado aos adolescentes após a Lei 12.594. Com a nova proposta de ressocialização, podemos notar que as pesquisas cresceram significativamente com uma política mais pedagógica e menos disciplinadora, o que certamente facilitou o acesso dos pesquisadores aos locais e às interações necessárias na busca de dados.

Gráfico 5: Análise da produção acadêmica anual



Fonte: Levantamento realizado pela autora por meio do quantitativo de teses e dissertações levantadas no Portal da CAPES.

O gráfico 5 nos apresenta um levantamento das produções nos últimos quatorze anos, que abordavam como temática a socioeducação, sem necessariamente ter nos seus estudos a temática de gênero e de sexualidades. Os últimos anos apresentam uma boa demanda de produção de pesquisa, demonstrando o quão necessário se faz o aprofundamento dos estudos envolvendo os processos socioeducativos.

Para adensamento da temática refinamos nossa busca dentro de um recorte que abordasse a **socioeducação** e nossos pontos de pesquisa, ou seja, **sexualidades, gênero e corporeidade**. Nos deparamos com um total de apenas seis títulos, sendo três teses e três dissertações.

Após esses resultados, ampliamos nossa procura por periódicos ainda no portal da CAPES, seguindo nosso padrão de consultas, e assim alcançamos o número de setenta e quatro artigos, sendo apenas três pertinentes à nossa temática.

Tabela 3: Levantamento das produções acadêmicas

Título	Autor	Ano	Tipo	Instituição Publicação
Psicologia cultural e Socioeducação: reflexões sobre	RODRIGUES, Dayane Silva; OLIVEIRA,	2016	Artigo	Revista Subjetividades

desenvolvimento humano e infração juvenil	Maria Cláudia Santos Lopes			
Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição	D'ANGELO, Luisa Bertrami; HERNANDEZ, Jimena de Garay	2017	Artigo	Plural Revista de Ciências Sociais
Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei.	ROSSI, Rodrigo; ORNAT, Marcio José; CHIMIN, Alides Baptista; SILVA, Joseli Maria	2012	Artigo	GEO - UERJ
As marcas do gênero na trajetória infracional juvenil: um estudo com meninas em cumprimento de medida socioeducativa	LIMA, Helena Tatiana dos Santos.	2018	Tese	UCB
Por uma política de limiar e programa vazio na socioeducação: corpos - narrativas em evasão	BATISTA, Ruth	2018	Tese	UERJ
Adolescentes institucionalizados: um estudo sobre proteção integral e gênero no Centro da Socioeducação da região de Ponta Grossa – PR	MACHADO, Isadora Vier	2010	Dissertação	UFSC
Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero	RAMOS, Malena Bello	2007	Dissertação	PUCRS
O adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do RJ	HERNANDEZ, Jimena de Garay	2018	Tese	UERJ
Sexualidade: Direitos, Saúde ou Exercício Político? Reflexões sobre adolescentes em conflito com a lei.	SILVA, Maristela Marques Baptista	2013	Dissertação	Universidade Anhanguera de São Paulo

Fonte: Levantamento realizado pela autora por meio do quantitativo de periódicos, teses e dissertações

levantadas no Portal da CAPES.

Com base nas informações retratadas na tabela 2, podemos observar uma predominância de produção sobre a temática na região sudeste e sul do país. São Paulo e Rio de Janeiro, mais especificadamente, na região sudeste. Esses estados lideram o ranking nacional de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade, sendo São Paulo o primeiro e o Rio de Janeiro o segundo.

Esse cenário elucida uma enorme carência de investigação sobre o universo da socioeducação, quando pensamos em gênero, sexualidades e corporeidade. Pouco se explorou as nuances existentes nesse espaço, que é um ambiente educacional tão importante como qualquer outro. Estariam assim esses/as adolescentes confinados/as ao campo da invisibilidade? E aqueles/as que dentro de uma proporção já excluída socialmente devido à infração penal das leis, subvertem a ordem cisheteronormativa? Seriam os/as excluídos/as dos excluídos/as?

As pesquisas de RAMOS (2007), MACHADO (2010), LIMA (2018) e SILVA (2013), embora atravessem a perspectiva de gênero, objetivam identificar, prioritariamente, as políticas públicas associadas ao cumprimento das leis aplicadas aos/as adolescentes infratores/as, seja no âmbito da averiguação do ato infracional ou do cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos. A saber:

- Ramos (2007) em sua dissertação analisa a seletividade do sistema penal brasileiro. A pesquisa se dá em uma unidade feminina no Paraná, e as vulnerabilidades do gênero feminino são explicitadas e conclui-se que as políticas públicas precisam avançar em ações afirmativas de socioeducação.
- Machado (2010) aproxima-se um pouco do nosso trabalho ao debater sobre as estratégias de promoção de proteção integral aos/as adolescentes nesse cotidiano, referindo-se a gênero. Porém, por ser uma dissertação da área de direito, questiona mais especificamente os fatores que favorecem a cultura da institucionalização de crianças e jovens no Brasil.
- Silva (2013) traz a questão das sexualidades nas instituições socioeducativas de São Paulo, porém com o escopo em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, na busca da compreensão sobre como esses/as adolescentes, em medida de privação de liberdade, exercem esses direitos.
- Lima (2018) em “*As marcas do gênero na trajetória infracional juvenil: um estudo com meninas em cumprimento de medida socioeducativa*”, reflete que a relação se dá entre o ato infracional e a construção da identidade de gênero, através de uma mediação

clínica psicanalítica grupal, a autora confirma em sua tese o desamparo e a fragilidade como subjetividade das meninas em medidas protetivas, nas suas construções identitárias.

De uma forma bem sucinta, podemos aproximar alguns desses textos aos nossos objetivos propostos aqui em nossa pesquisa. Na realidade, o que temos são atravessamentos, tão comuns em assuntos complexos como sexualidades e gênero, contudo, observamos um grande afastamento em relação à corporeidade, não apresentada em nenhuma das pesquisas elucidadas.

Já na tese de HERNANDEZ (2018), as propostas se ajustam de modo mais contíguo, talvez pela paridade do espaço estudado, ambas pesquisas se dão em unidades socioeducativas do Rio de Janeiro. A professora desenvolve uma pesquisa-intervenção de 2014-2017, que abarca os adolescentes, os profissionais e os gestores, diferenciando de nós apenas pelo fato de conseguir acesso as declarações dos/as internos/as.

HERNANDEZ (2018) em “*O adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do RJ*”, utiliza-se de metodologias feministas para desestabilizar noções e relações cristalizadas dentro dessas unidades, além de observar as performatividades masculinas. Esses aspectos de performatividades e relações cristalizadas atravessam nossos estudos e por vezes apoiam-se nas concepções de corporeidade para se consolidarem nesses espaços.

A emergência de maiores estudos sobre as sexualidades vivenciadas em espaços de privação de liberdade para adolescentes é uma das constatações mais relevantes evidenciadas neste levantamento. Dentro das diversas dimensões que abrangem as discussões sobre gênero e sexualidades dissidentes, temos ainda a triste realidade de invisibilidade quase que total das meninas que se encontram no mesmo sistema socioeducativo.

Como constatado na pesquisa, as mulheres, independente da sua orientação sexual, assim como os adolescentes que independente do gênero se identificam com sexualidades diferentes da imposta pela cisheteronormatividade, permanecem historicamente como o segmento social mais exposto às mais variadas formas de vulnerabilidades e exclusão, principalmente se tratando de políticas públicas.

A pesquisa aqui apresentada busca, ao olhar esses/as adolescentes pela perspectiva de gênero, sexualidades e corporeidade, compreender como o atravessamento desses pilares se apresentam no cotidiano deles/as. Além de buscar uma discussão crítica sobre o que tange as limitações desse corpo privado de liberdade. Com a ascensão dos direitos humanos, o corpo é

mais vigiado na esfera da violência física, porém é sobre a corporeidade que a violência passa a agir.

Diferente da maioria das pesquisas, reconhecemos que o espaço é de grande importância na concepção de formação do ser humano, e as inquietudes sobre esses espaços socioeducativos e suas práticas impulsionam nossa proposta, “em consonância com os corpos abjetos”, como diz Butler (2018, p. 4), que lá estão.

Poucos estudos abordam a visão dos/as socioeducadores/as em relação às sexualidades e corporeidades desses/as adolescentes, quais suas dificuldades e receios em atuar na promoção do discurso desses temas. O trabalho proposto também busca essa perspectiva dos que atuam diariamente no cotidiano dos internos e internas, suas expectativas e realidades frente aos temas abordados.

Embora sejam poucas as produções que aportam os temas propostos nessa pesquisa, não podemos negar que é aprazível ver o crescimento, mesmo que lento, dessa linha de busca científica por novos conhecimentos favoráveis à equidade das diversidades.

CAPÍTULO II

DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

*O mundo me condena
E ninguém tem pena
Falando mal do meu nome
Deixando de saber
Se eu vou morrer de sede
Ou se vou morrer de fome*

Noel Rosa (1933)

O sistema de justiça criminal no Brasil reúne subsistemas: policial, justiça criminal e de execução penal. O subsistema policial engloba a polícia militar (contenção e apreensão) e a polícia civil (apreensão e investigação – quando o indivíduo for civil). O Ministério Público está acoplado a justiça criminal e comporta: defensoria pública e promotoria pública, quando necessário corpo de júri também.

O subsistema de execução penal comporta as secretarias, entre elas a SEEDUC (Secretaria de Estado de Educação) a qual as instituições responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas (orientadas pelo ECA e SINASE) e pela execução penal (orientada pela Lei de Execuções Penais de 1984).

Esse sistema como um todo tem a responsabilidade de colocar em prática as políticas de segurança pública diante dos processos que envolvem todos esses órgãos. Cabe ressaltar que as leis são consideradas como base para as suas ações.

Para melhor compreendermos a socioeducação, como ela é proposta atualmente, se faz necessário o entendimento de como a legislação pátria se posicionou ao longo dos anos em relação aos direitos infanto-juvenis.

A história brasileira evidencia que a proteção destinada às crianças e aos adolescentes por anos esteve pendente de ações sociais, sendo quase sempre restringida a uma simples proteção contra futuros delinquentes, para que se preservasse assim a ordem social pré-estabelecida.

Essas políticas destinadas as/aos adolescentes têm sido alvo de diversas discussões e do interesse social que perpassam décadas; mudanças significativas são observáveis e muitas outras são necessárias. O desenvolvimento inicial sobre o prisma do controle e da contenção social contribuiu significativamente para um estigma de criança pobre, perigosa e ameaçadora para sociedade.

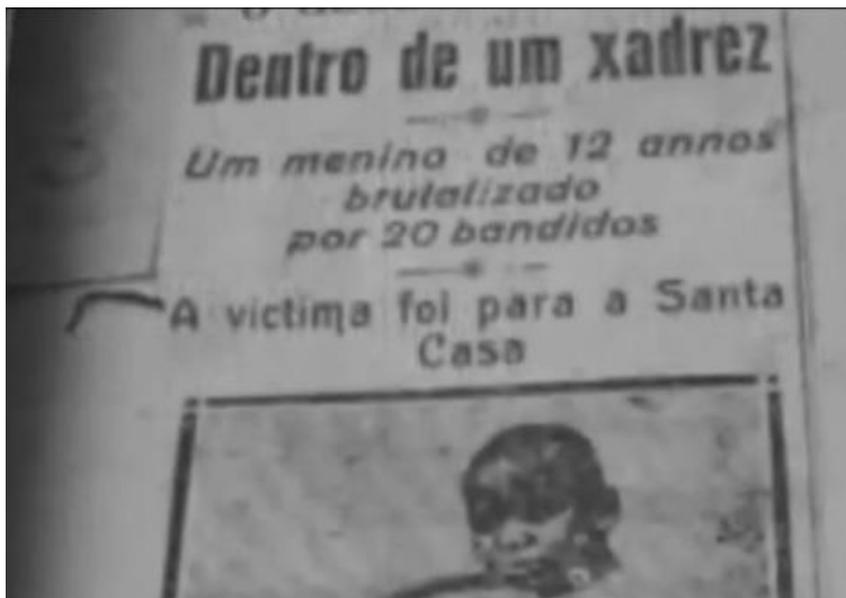
Até o surgimento do Código de Menores, as crianças e adolescentes em conflito com a lei eram responsabilidade do juiz da Vara Criminal, que seguia o Código Penal dos Estados

Unidos do Brasil, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, que não considerava criminosos os menores de nove anos de idade (Artigo 27, parágrafo 1º).

O Código de Menores surge em 1927, decreto nº 17943-A, mais precisamente no dia 12 de outubro de 1927 assinado pelo então presidente Washington Luiz. Tratava-se da primeira lei no Brasil da proteção à infância e à adolescência, nela estava estabelecida a inimputabilidade do jovem até os 17 anos de idade, respondendo criminalmente e podendo ser condenado a prisão após os 18 anos de idade somente.

De acordo com o código, a prisão de crianças foi proibida. O que tínhamos até então legalmente era o Código Penal, que em 1922 alterou a idade da responsabilidade penal de 9 anos de idade para 14. O *Jornal do Brasil* em 1926, publicou uma estarrecedora história sobre o menino Bernardino de 12 anos, que era engraxate nas ruas do Rio de Janeiro, e devido ao não pagamento dos seus serviços atirou tinta num cliente e foi preso por isso. Ele foi encarcerado numa cela com 20 homens adultos e lá permaneceu por 4 semanas, até ser encontrado em lastimável estado, pois sofrera todo tipo de violência possível, situação que indignou os próprios médicos da Santa Casa da época.

Figura1: Capa do Jornal com o caso Bernardino



Fonte: **Arquivos do Jornal do Senado**

O caso serviu como mobilização e pressão pública para que o governo tomasse medidas de proteção com a criança. Marcou historicamente a posição do Estado em relação às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei, sendo considerada a passagem da fase da mera imputação criminal à fase tutelar dos adolescentes, pois representou o estopim para a edição de

leis específicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, já que, após pressões, o primeiro Código de Menores do Brasil foi promulgado.

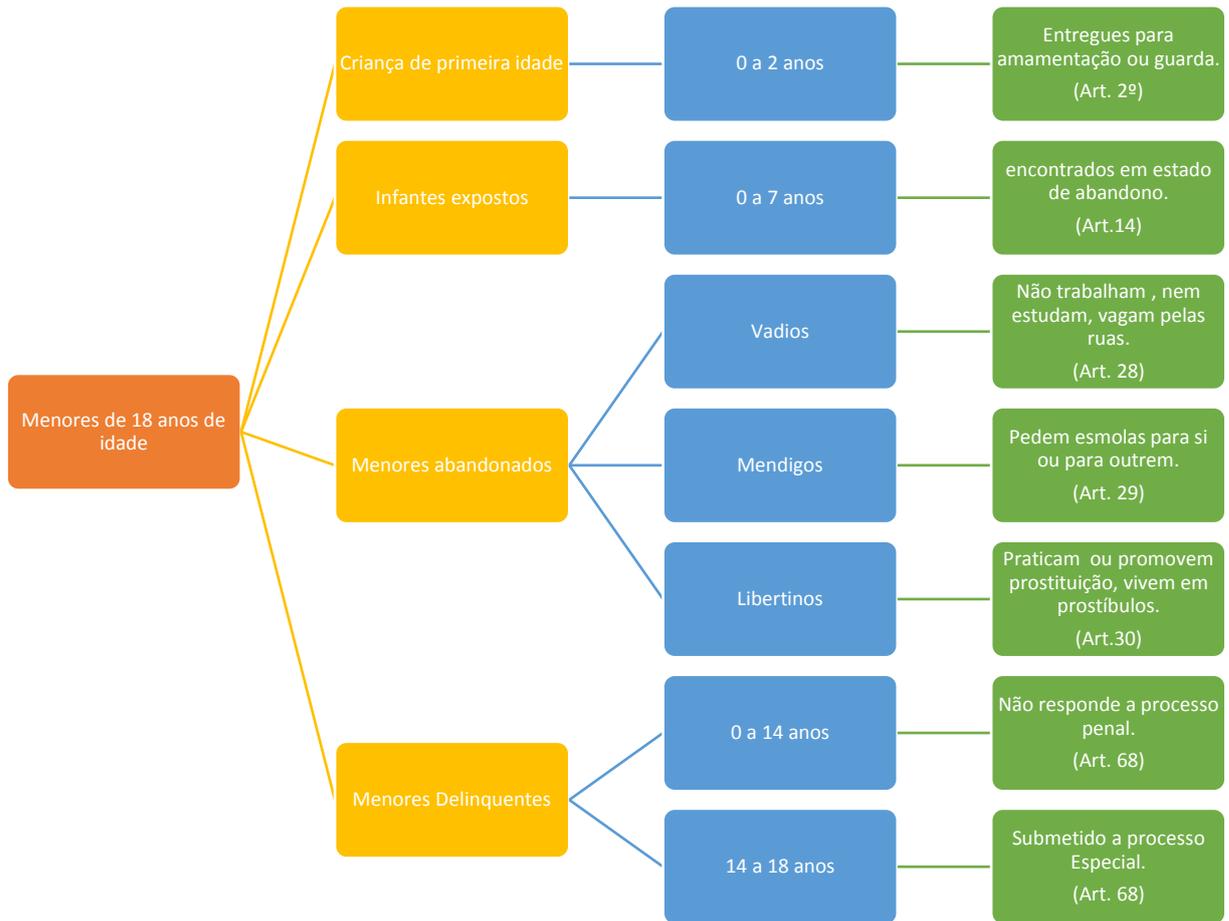
Um ano depois o Código de Menores foi estabelecido, mais precisamente em 12 de outubro de 1927, um código extenso que continha mais de 200 artigos, caracterizado pela visão da criança e do adolescente como objetos de proteção, e não ainda como sujeitos de direitos, uniu apenas, justiça e assistência. Criava uma escola reformatória para aqueles que estivessem entre 14 e 17 anos, local esse onde se estipulava que os adolescentes deveriam aprender um trabalho e receberiam educação. Os menores de 14 anos que não tivessem família seriam encaminhados para a escola de preservação (uma escola reformatória abrandada) e os que possuíam vínculo familiar poderiam retornar aos seus lares desde que a família promettesse às autoridades que não haveria reincidência.

O termo “menor” toma dimensões estigmatizadas dentro da própria política de atendimento, pois era popularmente utilizado para se dirigir às crianças e aos adolescentes infratores, inclusive constando no código como “menor em situação irregular”, fazendo referência àqueles adolescentes com desvio moral, vítimas de maus-tratos, desassistidos judicialmente, autores de infração e outras demandas. Inclui, então, do “menor abandonado” ao “menor delinquente”, com o objetivo de oferecer supostamente a ambos assistência e proteção.

Na prática jurídica, a construção do menor tem os seguintes sentidos: Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas. (RIZZINI, 1993, p.96).

O código deixava claro e evidente que *menor* era diferente de criança, o primeiro termo fazia referência aos pobres e negros, já os filhos de famílias com boas condições financeiras eram nomeados como crianças. Toda organização e divisão do código se fazia baseado em subdivisões que só cabiam dentro da realidade dos menos abastados, como demonstra a figura abaixo.

Figura 2: Subdivisões etárias do Código de Menores de 1927



Fonte: **Revista Angelus Novos** - USP – Ano VI, n. 10, p. 118, 2015.

A figura demonstra como era a separação dada às crianças e adolescentes levando-se em consideração as idades e a situação em que se encontravam. Através dessa divisão, eram consideradas as ações e encaminhamentos dados aos menores de acordo com cada uma das condições mencionadas.

As questões referentes ao trabalho infantil, também foram abordadas na lei, mudando a faixa etária de permissão de trabalho para os menores, em que foi vetado o trabalho para menores de 11 anos, e aqueles que possuíam entre 12 e 17 anos poderiam trabalhar, porém seguindo algumas restrições inexistentes até então no campo trabalhista.

Os castigos exagerados, comuns naquela época, em que os pais imprimiam violência no cuidar dos seus filhos, passaram a ser punidos pela lei, podendo inclusive resultar na perda do pátrio poder. Tribunais foram criados para dedicação exclusiva às causas dos menores de idade.

Outra grande mudança foi o posicionamento do Estado, que diante das pressões sociais, sem reconhecer que a ausência de políticas públicas propiciava o aumento das infrações cometidas por menores na época, responsabilizando, assim, a família pelo fato de não dar a

criança e ao adolescente a educação necessária, tomou uma posição de se responsabilizar por esses menores para infundir então ideais de moral e alterar seus maus hábitos.

Nesse contexto, a destituição do pátrio poder passa a vigorar em determinados casos, o que compactua com os princípios de higienizar as classes pobres que na visão do Estado e da classe burguesa, desorganizavam a sociedade com seus comportamentos.

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época como firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação (COUTO; MELO, 1998, p. 30)

A internação era utilizada como solução para modificar os comportamentos considerados errados, afastando esse menor do seio familiar por meio de internamento em instituições disciplinares. “O principal objetivo deste aparato era transformar os delinquentes em “dóceis e úteis” (COUTO; MELO, 1998, p. 29).

Era notória a divisão entre as crianças: as brancas e da elite permaneciam sendo nomeadas como crianças, já as demais – pobres, negras, abandonadas, criminalizadas e periféricas – atendiam pela alcunha de “menores”.

De acordo com a historiadora Maria Luiza Marcilio, o Código de Menores foi revolucionário por obrigar o Estado a resolver as situações dos abandonados, excluídos e delinquentes, porém ela faz uma ressalva:

Como sempre acontece no Brasil, há uma distância muito grande entre a lei e a prática. O Código de Menores trouxe avanços, mas não conseguiu garantir que as crianças sob a tutela do Estado fossem efetivamente tratadas com dignidade, protegidas, recuperadas. (MARCILIO, 1998, p.42)

Vigorando em um período patriarcal e culturalmente autoritário, era notório que o objetivo principal não era resolver as questões das crianças e dos adolescentes que infringiam a lei de alguma forma, e sim retirá-las de circulação para que se mantivesse a ordem social. Havia uma perspectiva higienista, cuja proposta era a limpeza e o saneamento social, com viés de eugenia nas ações. (SANTOS, 2004)

Em 1930, a revolução inaugura politicamente o chamado “Estado Social” brasileiro, no qual algumas reivindicações sociais passam a ser atendidas. Leis trabalhistas, seguridade social e obrigatoriedade do ensino básico são conquistas dessa época. Dentro desse contexto, as décadas de 30 e 40 foram marcadas por ações assistencialistas. Iniciam-se as denúncias de maus tratos, superlotação, corrupção dentre outras irregularidades. (RIZZINI, 2004).

Em 1940, é editado o Código Penal Brasileiro, definindo a imputabilidade penal aos 18 anos de idade. Em 1941 o governo de Getúlio Vargas instala o Serviço de Atendimento aos Menores (SAM), que no primeiro ano pouca coisa alterou. A partir de 1942 se deu processo de

“expansão” do SAM, os órgãos privativos faziam o serviço, o que gerou vários importunos, sendo tomado por uma relação clientelista, pois os estabelecimentos recebiam um *per capita* por cada *menor* internado no SAM.

O SAM se estruturou sob a forma de reformatórios e casas de correção (que eram paradeiro dos menores delinquentes) e patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos (para menores carentes e abandonados). O termo internato era utilizado para todas as instituições, e as descrições aproximavam estes lugares de prisões onde os internos não possuíam qualquer possibilidade de se desenvolver em suas descobertas ou experimentações.

Diferentemente dos internatos para as classes abastardas, neles o segundo filho da família aprendia que deveria dar continuidade a vida pública da família e o primogênito a lidar com os negócios. Havia também os internatos para padres e madres.

Movido por denúncias, em 1961, Jânio Quadros criou uma comissão de investigação do SAM, para investigar denúncias provenientes de áreas do próprio governo, da imprensa, da sociedade em geral, classificando o sistema como desumano, ineficaz e perverso (GARCIA, 2009). O Ministério da Justiça realizou a sindicância e comprovou a gravidade das irregularidades denunciadas, decretando o parecer de Extinção do Serviço.

Em 1964 os militares tomam o poder através de um golpe de Estado, uma ditadura que vai operar no Brasil até a primeira metade da década de oitenta. Sabemos que este período foi marcado por fortes repressões autoritárias, incluindo a liberdade de expressão e opinião cassadas, um recuo no campo dos direitos sociais, promovendo a exclusão ou até mesmo a expulsão daqueles que se levantassem contra o Estado.

Em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes no período dos governos militares, podemos destacar dois relevantes e significativos documentos:

- A Lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei 4.513 de 1/12/1964)
- O Código de Menores de 1979 (Lei 6697 de 10/10/1979)

Para atender as necessidades do momento e substituir o SAM, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) com a responsabilidade de formular e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), objetivando reprimir todas as injustiças e irregularidades denunciadas no sistema anterior.

Era necessário minimizar as tensões sociais através de medidas que compensassem as consequências da modernização conservadora da sociedade [...]. E é nesse momento, pela primeira vez, que o “problema do menor” é equacionado como um problema social de âmbito nacional, fazendo com que o poder público agisse de forma centralizada e em novos moldes, que se pretendiam “modernos” e “científicos” (BECHER, 2011, p. 9).

Segundo a Lei 4.513/64, a qual deu origem a Funabem, sua função era reestruturar as instituições já existentes e criar novas, além de respeitar as particularidades oriundas das diversas regiões brasileiras originárias dos menores. Por conta do cenário político mundial, havia também uma necessidade de dar respostas às críticas de autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos (BOEIRA, 2014, p. 181).

Porém, as discussões em torno do real atendimento das crianças pela Funabem eram constantes, continuavam as denúncias de maus tratos e superlotação, o que gerou a instauração da CPI do Menor, em 1976, na qual inúmeras irregularidades foram identificadas, apontando, assim, irregularidades cada vez mais agravadas pela inoperância Federal em solucionar tais problemas.

O desenrolar dessas discussões levou à vigência da Lei 6697 (Código de Menores) somente em 1979. Trata-se, na verdade, de uma reformulação do código anterior de 1927, no qual aconteceu, por exemplo, a exclusão das palavras “delinquente” e abandonado”, passando a ser utilizado o termo “em situação irregular”. Além da família (antes única responsabilizada pela ineficiência da criação do menor), o código intitulou a sociedade e o Estado como responsáveis pelas situações irregulares que os menores porventura enfrentassem.

Cabe ressaltar que novas medidas foram formuladas para serem aplicadas aos considerados infratores:

- I - advertência;
- II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;
- III - colocação em lar substituto;
- IV - imposição do regime de liberdade assistida;
- V - colocação em casa de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado (BRASIL, 1979).

Nesta fase, as instituições ganharam uma maior importância, até se sobrepondo aos próprios menores, no sentido de manter a disciplina e a ordem dentro das unidades e de cessar com as críticas sobre a ineficácia dos programas de atendimento aos menores.

Foi uma década de grandes debates e muitas articulações em todo país: surgem muitos pesquisadores acadêmicos atuantes nos estudos nas áreas de população em situação de risco, mais especificamente o adolescente delinquente e a criança em situação de rua. Sendo desenvolvidas, assim, pesquisas e dissertações que questionavam as condições de vida que esses menores eram submetidos.

Diante deste cenário, ocorreu a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, marcada por avanços na área social e um novo modelo de gestão de políticas públicas – chamando a participação das comunidades através dos conselhos deliberativos e consultivos.

Organizou-se então um grupo de trabalho comprometido com a causa da criança e do adolescente, que culminou no artigo 227. Vejamos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Esse artigo garantia às crianças e aos adolescentes direitos fundamentais de sobrevivência, munição para lutar contra todas as irregularidades que o sistema até então os/as submetia, e que mesmo causando denúncia e estarrecimento à sociedade, não estavam pautados legalmente como um direito desta classe. Passamos, então, a esperar sobre a possibilidade de um desenvolvimento social, psíquico e educacional dessas crianças e adolescentes, dispo de dispositivos legais contra a violência, os maus tratos, a opressão, a crueldade e a negligência.

Estavam lançadas, portanto, as bases do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que só obteve sua promulgação no ano de 1990. Embora, da Constituição ao ECA, haja um espaço de dois anos, é importante salientar que a Comissão de Redação do ECA teve a representação de três grupos importantes e expressivos: os movimentos da sociedade civil, os juristas (representados pelo Ministério Público), e o de técnicos de órgãos não governamentais (funcionários da Funabem).

2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE

Em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei 8.069/90 conhecida como ECA, um documento que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional referente aos direitos infanto-juvenis, uma produção de direitos humanos que inviabiliza a intervenção arbitrária que até então o Estado praticava. Sendo considerado um marco nacional em políticas públicas para a infância e a adolescência.

A nova legislação trouxe diferentes propostas e uma grande mudança de paradigmas. Dentre suas novas ações, estabeleceu: diferença entre crianças e adolescentes, classificando criança os sujeitos que possuem até 12 anos e adolescentes os que compreendem de 12 até 18 anos; proibiu imputabilizar menores de 18 anos; e impôs a promoção de medidas socioeducativas aos que tivessem cometido atos infracionais. As internações passaram a ser o último recurso a ser aplicado somente em casos de cometimento de ato infracional.

Novos paradigmas na concepção da infância, em que as crianças e os adolescentes são considerados “sujeitos de direito”, condição já estabelecida na Convenção das Nações Unidas

pelos Direitos da Criança (1989) e reforçado no ECA, ajudam no novo olhar estabelecido sobre a responsabilidade para com essa fase do desenvolvimento do ser humano.

A partir da concepção de proteção integral da/o adolescente, a sua condição de desenvolvimento passou a ser prioridade no processo socioeducativo e sua cidadania começou a refletir nos espaços políticos e sociais. Diante desse novo cenário, eclodiu a necessidade de um conjunto articulado de políticas, programas e serviços que construíssem uma rede capaz de promover a aplicação dos direitos incorporados pela lei.

Eclode com isso uma amplitude das responsabilidades e das redes sociais de suporte à família, pois dentro desse paradigma ela está ao lado do Estado e da sociedade frente ao desafio de auxiliar no desenvolvimento deste/a adolescente. Amplia-se a visão do direito de permanecer no convívio familiar e comunitário, uma vez que a internação passa a ser uma opção apenas em casos de excepcionalidade.

Diferentemente dos códigos anteriores o ECA traz em sua legislação uma igualdade de condições que não consideram divisões econômicas como parâmetro para suas ações, apontando a fase infanto-juvenil como uma etapa de peculiar desenvolvimento, na qual o indivíduo está construindo sua identidade e por esse motivo precisa da convivência familiar e de apoio da sociedade.

Sabemos, porém, que grande parte das crianças e adolescentes brasileiros não se encontram dentro da concepção de proteção integral, convivendo no seu cotidiano com violência, uso de drogas, ausência de saúde, evasão escolar e outros fatores que aumentam sua vulnerabilidade.

Conforme Cordeiro e Volpi (2010):

Seria simples estabelecer uma relação de causa e efeito entre a pobreza sofrida cotidianamente por esses adolescentes e os atos infracionais por eles cometidos. É falso, porém, de um ponto de vista sociológico, que a miséria produza violência, já que a relação entre as duas não é biunívoca. Hoje trabalha-se com a ideia de que a violência é provocada por vários fatores que, dependendo do contexto, desempenham pesos diferentes (CORDEIRO e VOLPI, 2010, p.54).

O envolvimento de adolescentes em atos infracionais está permeado por um contexto muito mais amplo de determinações, que extrapolam a responsabilização do sujeito sobre suas ações frente aos deveres estabelecidos dentro de um padrão social vigente.

Sales (2007, p. 83) aponta que “a reprodução social dos indivíduos em face de tantos dados que falam de vidas ameaçadas e de sofrimento real, portanto, não deve ser vista como algo estritamente privado, mas sim como uma pauta central da esfera pública”. Diante do exposto, podemos compreender o quão importante se tornam as políticas sociais nesta

engrenagem de proteção às crianças e aos adolescentes, pois sem ações reais e significativas neste campo, o sentido de ser um “sujeito de direito” se perde em meio ao caos social.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.594, que estabeleceu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou as medidas socioeducativas destinadas a adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2012). O SINASE é fruto de um longo debate entre o governo e as mobilizações sociais.

[...] constitui-se no conjunto ordenado e articulado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo para as práticas sociais de apuração do ato infracional e de execução da medida socioeducativa. Sua primeira premissa é a garantia dos Direitos Humanos e a defesa do alinhamento conceitual, estratégico e operacional para as medidas de atenção aos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. (BRASIL, 2006)

O SINASE foi apresentado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); ele trouxe um novo patamar de política pública, sendo considerado uma grande conquista frente às mobilizações da sociedade e às discussões políticas que por anos vinham debatendo como garantir os direitos dos/as adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Os princípios que regem o SINASE o tornam um mecanismo de direito sistematizado para garantir aos adolescentes em medidas socioeducativas todos os direitos já listados no ECA. Abrangem os direitos de âmbito individual, os processos administrativos, os financiamentos, assim como as questões de controle social e atendimento à família.

Segundo Silva (2012):

Visando a garantia da efetivação do processo socioeducativo, o Estado deve executar a política pública de socioeducação atendendo aos seguintes parâmetros, divididos nos referidos eixos temáticos:

- suporte institucional e pedagógico;
- diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual;
- cultura, esporte e lazer; saúde; profissionalização/trabalho/previdência;
- família e comunidade e segurança.

(SILVA, 2012, p.108).

Partindo dos princípios e dos parâmetros estabelecidos no SINASE, a socioeducação prima por um atendimento sociopedagógico, em que a educação, a multidisciplinaridade, a profissionalização e o estímulo à convivência comunitária e familiar se sobrepõem a uma política pública jurídico-sancionatória.

Além disso, a legislação indica a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) como estratégia de atendimento ao/a adolescente, objetivando apreender a totalidade que se expressa na vida de cada um deles/as, conforme consta no SINASE (Lei nº12.594):

A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a articularização no seu acompanhamento. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo (BRASIL, 2012).

O objetivo é propor uma individualidade dos casos, oferecer uma identidade desse/a adolescente, o/a qual seus registros, histórias e particularidades estejam acomodados de forma a corroborar com uma singularidade particular. As estratégias e ações devem ser planejadas através do PIA e a ideia de que cada adolescente é único/a deve persistir por todo caminho socioeducativo e ser respeitado para que a equidade seja alcançada.

Desta forma, a socioeducação tem grandes desafios, dentre eles o de atuar como espaço de mediação entre esse/a adolescente e a sociedade, de modo a contribuir para sua reaproximação familiar e social, encorajar a sua trajetória escolar, reposicionar seu entendimento enquanto indivíduo e sua identidade social, com uma nova postura mediante a liberdade, sem recorrer novamente às infrações. Conforme aponta Gramsci (2001, p. 406): “Possibilidade quer dizer 'liberdade'.”

No entanto, para sua efetivação, o SINASE demanda articulações que sobreponham à individualidade da lei que, por si só, não garante aos/as adolescentes o pleno exercício das mesmas. Fica claro e notório que todas as esferas, seja política, social ou familiar, precisam estar conectadas e unidas para que o processo realmente alcance de forma positiva esses/as adolescentes.

CAPÍTULO III

DE QUE CORPO FALAMOS: CORPOREIDADE E ADOLESCÊNCIA

*Meu corpo tem cinquenta braços
E ninguém vê porque só usa dois olhos
Meu corpo é um grande grito
E ninguém ouve porque não dá ouvidos
(...)
Meu corpo vai quebrar as formas
Se libertar dos muros da prisão
Meu corpo vai queimar as normas
E flutuar no espaço sem razão.*

Paulinho Moska (2000)

Os parâmetros cronológicos para definir a adolescência propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), consideram adolescentes aqueles entre 10 e 19 anos. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe o período que vai dos 15 aos 24 anos, critério este usado para fins econômicos e políticos.

No Brasil, o ECA define a adolescência como faixa etária de 12 a 18 anos de idade (2º artigo), e, em casos excepcionais, quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até 21 anos de idade (artigos 121 e 142). Os conceitos tanto de adolescência como de juventude vão além da definição da idade cronológica, estão atrelados a uma construção social, histórica e cultural, que através de diferentes épocas, processos históricos e vivências foram adquirindo denotações e delimitações diferentes.

O termo juventude apresenta-se como preferência das Ciências Sociais, já o termo adolescência privilegia o campo da Psicologia. No que diz respeito a nossa pesquisa, vamos acatar o termo adolescência, por considerar o critério cronológico do ECA, sendo este documento um marco na evolução dos direitos das crianças e adolescentes, principalmente no que concerne a socioeducação, pois reformula toda visão de trabalho com esses indivíduos, sendo base inclusive do SINASE.

Embora a referência adotada esteja delineada com base na idade cronológica, vamos percorrer ao longo da pesquisa sobre a adolescência em seu espectro de pluralidade, para além da discussão biológica, enfatizando toda sua construção social. No sentido de construção social da categoria, a adolescência não tem sido a mesma para todos e todas (Costa, 2011).

“Adolescente” deriva da palavra latina *adolescere* e significa crescer, desenvolver-se. Compreende-se como o período de transição entre a infância e a vida adulta, abrangendo várias dimensões, desde a puberdade ao desenvolvimento psicossocial. Nessa perspectiva de transição, a adolescência se apresenta como um período atravessado por crises, que encaminha o indivíduo à construção da sua subjetividade.

Porém, a adolescência não pode ser considerada apenas uma fase de transição, ela abarca muito mais do que isso. A maneira como o/a adolescente vê a si e aos outros modifica-se, gerando alterações nas ações e nas relações sociais. Esse processo envolve autoafirmação, autoconhecimento, contestação de padrões e busca por novos modelos que possam oferecer vivências e experiências novas e diferentes.

As mudanças corporais sem dúvidas são as mais notáveis, pois existe uma readaptação biológica envolvendo hormônios e crescimento ósseo, assim como uma readaptação cerebral, para acompanhar todas as mudanças. Isso traz à tona a relação que este/a adolescente vai desenvolver com seu corpo, ou seja, com o seu existir, sua identidade.

Ao longo da história muito se debateu sobre o corpo; foram-lhe impostos significados, experiências, normas e julgamentos capazes de inferir diretamente sobre ele, além de muitos castigos e padronizações. Na realidade, não há uma definição pronta e acabada; cada área do conhecimento apresenta suas concepções, de modo que tudo depende muito do ponto de vista pelo qual ele é abordado.

Foucault (1988, p. 138) assinala que esse elemento é constituído no curso dos acontecimentos: “o corpo é a superfície inscrita dos eventos, traçada pela linguagem e dissolvida pelas ideias, o lócus de um eu dissociado, adotando a ilusão de uma unidade substancial”. Assim, ao abordarmos a corporeidade, estamos dando visibilidade àquilo que é corpóreo, relativo ao corpo, pensando esse corpo que se move, chora, ri, sofre, se alegra, interage com o mundo. Em outras palavras, o corpo que produz cultura.

A relação da civilização humana com o corpo vem de muitos anos, suas concepções já transitaram por inúmeras esferas, a humanidade a tempos problematiza essas questões. Pois o indivíduo em seu movimento cotidiano, desdobra-se em linguagens, que anunciam os seus desejos, assim como os seus sentidos.

Dessa forma, as concepções ampliam-se diante da resignificação e da importância que lhe é dada na vivência do ser humano. O entendimento de que, através dele, o sujeito pode socializar-se e adquirir novos conhecimentos, o coloca em um patamar diferenciado do que se tinha a tempos atrás.

Para Greiner,

O que vale a pena lembrar nesse momento é que para estudar o tema corpo é importante conhecer algumas teorias que lhe deram atenção especial, mas também aquelas que lhe desprezaram, reconhecendo sempre um contínuo entre o corpus teórico e o que se costuma considerar como tais experiências corpóreas “propriamente ditas”. Isto porque, o modo como um corpo é descrito e analisado não está separado do que ele apresenta como possibilidade de ser quando está em ação no mundo. (GREINER, 2006, p.16)

A história do corpo é a história da civilização, o desenvolvimento de cada povo retrata sua cultura corporal e a ação desta cultura sobre os corpos civilizados. Gênero e sexualidades estão diretamente atrelados às concepções corpóreas e são constituídos por construções de saberes vivenciados por seus desejos a partir dos reflexos da realidade em suas estruturas.

Ao longo da história podemos observar um vasto repertório das diversidades atribuídas às referências e manifestações corpóreas. Muito do que hoje recai numa inexorável contradição de valores emanadas pela sociedade patriarcal está embasado em perspectivas arcaicas sobre uma visão martirizante dos corpos.

A inquietação demonstrada pela sociedade quanto às concepções do corpo, principalmente as adotadas na contemporaneidade, se deve às suas múltiplas incompatibilidades com a eterna necessidade de se categorizar, principalmente quando falamos de sexualidades. Tratam como categorias pré-determinadas e polarizadas, como se tais categorias não fossem covalentes e constitutivas entre si.

Ao considerarmos a corporeidade não apenas como um conceito biológico, mas também como um caráter social, e entendendo como coloca Connell (2016, p.51), que as práticas sociais não acontecem sem corpos, elas envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem. Analisaremos a corporeidade desses/as adolescentes que coexistem na socioeducação, em linhas gerais, num meio relacional que aglutina várias condições, entrecruzando suas percepções, intencionalidades, atos, desejos, medos, afeições, enfim, todas as suas diferenças.

Os pensamentos sobre a corporeidade e sobre o corpo, desde Merleau-Ponty, Mauss e Foucault, e os/as pensadores/as contemporâneos a eles, expressam o paradoxo corpo e o processo de institucionalização deste, incluindo o sujeito nas regras e nos códigos sociais na evolução do tempo. O modo como alguém se olha no mundo faz parte do constructo individual, da sua percepção sobre si, sua corporeidade e das relações que estabelece com o contexto.

Aqui o corpo não é mais da visão e do tato, mas seu depositário. Longe de nossos órgãos serem instrumentos, ao contrário, é que são órgãos acrescentados. [...] O espaço [...] é um espaço contado a partir de mim como ponto zero da especialidade. Eu não o vejo segundo seu envoltório exterior, vivo-o por dentro, estou englobado nele. [...] o mundo está ao redor de mim, não diante de mim. (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 39)

Compreender a corporeidade requer uma visão e entendimento de contínua construção, de ser incompleto, pronto para construir e reconstruir referências, sem acomodar-se em categorizações. Nessa perspectiva os corpos adolescentes que trabalharemos aqui, assumem símbolos e signos que os qualificam na sociedade como grupos sociais de pertencimento ou de exclusão.

3.1 A história e o corpo

Analisar a história do corpo nos permite acompanhar como a forma dual de pensar esse elemento foi organizada e assimilada ao longo dos tempos, principalmente com o auxílio de duas ciências: a Filosofia e a Psicanálise. A visão dual trata-se da valorização, ora da mente, ora da materialidade do corpo. Seguindo esta dualidade vamos ter o pensamento simplista de que se é uma coisa ou outra, sem possibilidades no caminho entre as extremidades.

Contudo esse simplismo conceitual muito contribuiu para a fragmentação dos corpos, assim como para banalização a tudo que tiver referência corpórea, dificultando o próprio entendimento do homem sobre si. Por outro lado, a vertente da Psicanálise considerava o corpo como suporte físico da mente, valorizando assim um elemento sobre outro.

O corpo é o perecível, é o material, o mortal, expressa toda vulnerabilidade do ser, enquanto do outro lado existe a inteligência, os sentimentos, a emoção, como potencializadores, ao mesmo tempo, da sacralização da alma e da negligência em relação à condição material de si.

As atribuições historicamente relacionadas diferem ao longo do tempo e não apresentam uma linha crescente de entendimento, podemos observar uma regularidade e sequência de compreensão da unicidade do corpo, pelo contrário, se constitui de altos e baixos, avanços e retornos, conquistas e perdas e, assim, se desenvolve até os dias atuais, fase em que infelizmente passamos por momentos de opressão daqueles classificados como “diferentes”.

Se iniciarmos nossas considerações pela fase da pré-história, podemos observar que as relações usufruíam de um grande trabalho corporal, ou seja, o indivíduo era extremamente ativo e expressivo, sua linguagem era rudimentar e pautada em gestos e movimentos. A alimentação, o deslocamento, os rituais, praticamente tudo que era feito dependia muito de um corpo biológico ativo. Ou seja, encontraremos referência de uma função definida como instrumento de trabalho, sobrevivência e defesa.

O corpo paira no centro das questões envolvidas na pré-história, por mais contraditório que possa parecer, no que tange ao modo de viver em um ambiente e se perceber como parte dele, talvez esta tenha sido a época mais próxima de uma vivência real entre o ser humano e o meio em que ele convive. Sua inabilidade de compreender leis e fenômenos traz a mitificação como recurso de explicar o inexplicável.

O ser humano primitivo estava em sintonia com o meio ambiente, desenvolveu percepções e intimidades para superar seus medos, emoções e impotências diante da grandeza da natureza, satisfazendo, assim, suas necessidades e solucionando os problemas imediatos de

sobrevivência. Em um tempo em que não havia muitos instrumentos, o corpo, em si, era a mediação do homem com o mundo.

Saltando da pré-história para a antiguidade, encontramos uma das mais antigas culturas a conceber duas dimensões que se fundem: a política e a espiritualidade. Para os hindus, a concepção emerge de cultura milenar, cuja materialidade aceita sua pluralidade, em camadas sobrepostas e interdependentes que identificam as várias dimensões do corpo: social, filosófica, energética, física e outras.

Segundo Costa (2011, p. 248), para os hindus, “o corpo material se constitui de outros tantos corpos: o mental, emocional, espiritual e todos formam partes de um só corpo a ser conhecido parte por parte, para definir a sua materialidade, necessidades e desejos de elevação espiritual.”

A cultura asiática de uma forma geral valoriza o controle e a liberação do espírito, entendendo que o corpo pode aprisionar o espírito mediante suas necessidades e dependências. Essa visão remete a um sofrimento constante do indivíduo, mediante as sensações de incompletude e insatisfação que acaba sendo submetido.

Por outro lado, o homem e a mulher hindu são vaidosos e se adornam com muita pompa e valorização das vestimentas, joias, tatuagens e outros elementos que demonstram a vaidade em todas as castas. Inclusive a classe social é indicada por esses elementos, demonstrando, assim, que nem a obscuridade é relegada a esse corpo.

Os egípcios possuíam características similares aos hindus, seus corpos traziam suas identidades definidas desde o nascimento. Eles/as eram nobres pois se concebiam como determinados/as pelos deuses, e como tais deveriam ter suas representações corpóreas (vestimentas, pinturas, joias etc) diferentes dos indivíduos nascidos não nobres.

O fator que efetivamente separou as classes foi a mumificação, pois as pessoas que não possuíam recursos eram condenadas ao pó, já os nobres eram mumificados para que seus corpos fossem moradia eterna de suas almas. Segundo Costa (2011, p. 249), “a atribuição de tal responsabilidade ao corpo denuncia a sua importância, como condutor, o corpo é transmutado e purificado para acompanhar a alma, e provavelmente se transformar nela.”

Nas civilizações, Hititas, Babilônicos e Assírios, e nas civilizações ameríndias - Incas, Maias, Astecas - não existem referências específicas ao corpo. Nos 586 mitos ameríndios analisados por Lévi-Strauss, a noção de corpo simplesmente não aparece (DESCAMPS, 1988). Nessas culturas havia uma visão negativa frente a esse assunto, julgava-o fonte de vícios e desmandos que não agregavam virtudes. Tal concepção provavelmente seja responsável pela ausência de registros desta época.

Já nas civilizações africanas, Descamps (1988) observa uma visão oposta, em que o corpo é sempre algo de muito valor. Onde não é tratado como algo que se isola, ele é o que traz união e permite as relações com o mundo. Para alguns povos “o homem é o seu corpo”. Diz um provérbio africano que: “O corpo intervém como uma referência privilegiada que define a organização do mundo: o corpo do homem é o universo em uma escala menor”.

A linguagem corporal tradicionalmente faz parte de toda criação na África, há séculos a utilização do corpo como veículo de conexão com o mundo é observado na cultura africana. Eles trazem em sua essência a ancestralidade, a herança, a história, seus signos e a conexão com uma outra dimensão de forma humanitária e participativa.

As nações africanas contribuem com suas performances ritualísticas e cerimoniais. Dentro da cultura africana o corpo não é único, individual, mas sim participativo e de identidade coletiva. Ele é a expressão da organização social e define o papel dos indivíduos dentro da sociedade.

Outro ponto importante são as religiões africanas, que se diferem e muito sobre o conceito de bem e mal adotado em outras religiões; não há noção de dualidade nelas, como, por exemplo, céu e inferno. Em seus rituais, não apenas a linguagem verbal predomina, mais também o canto, a dança, o tocar dos atabaques, tudo torna os processos corporais mais vigorosos e participativos.

Faz-se importante lembrar o conceito de corpo-território de Sodré:

Todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar zero do campo perceptivo, é um limite a partir do que se define um outro, seja coisa ou pessoa. (SODRÉ, 2005, p.68)

O pensamento de Sodré (ibidem) leva-nos a uma reflexão sobre a flexibilidade, que através do canto e da dança se expressam livremente. Música e dança têm poder transformadores na vida do ser humano, refletidas nas ações de liberdade de movimentos, do rolar pelo chão, o toque no outro, os pés descalços, o alongar-se, o contato com a própria respiração, todos esses fatores fazem parte da apropriação da ancestralidade africana.

Na Grécia antiga, vamos encontrar a maior valorização da estética que já foi atribuída a esse elemento em todos os tempos, é comprovado que um lugar de destaque na civilização era dado aqueles que fossem fortes e esbeltos. Nesta fase vamos encontrar um corpo treinado, aprimorado, radicalmente idealizado, elemento de glorificação e interesse do Estado. Onde a aceitação social era dada pela sua saúde, capacidade atlética e fertilidade.

A civilização grega não incluía mulheres nessa concepção de perfeição, a estas cabiam apenas cumprir funções de obediência aos seus pais, maridos e filhos. As leis da cidade

implicavam diferenças nas normas dos corpos, os masculinos podiam andar nus nos ginásios e com trajes soltos e frescos na cidade, enquanto elas deveriam vestir-se tanto em casa como na rua (TUCHERMAN, 2004).

Os limites impostos às mulheres gregas nos fazem refletir sobre as questões de gênero, que embora sejam um termo debatido atualmente, tem as suas nuances declaradas há muitos e muitos anos. Como diz Butler (2018, p.53), “o corpo está sempre à mercê de formas de sociabilidade e de ambientes que limitam sua autonomia individual”.

Nessa época, Sócrates possuía uma visão integral do homem, julgando importante o corpo e a alma; Platão detinha uma ideia dicotômica, em que considerava que o corpo apenas servia de prisão para a alma, ampliando o que por muitas décadas se fez valer como a famosa concepção de “mens sana in corpore sano” (uma mente sã num corpo sã).

Não existem muitos registros sobre essas questões levantadas e refletidas por Sócrates (469-399 a.C), o que se sabe é que através dele formaram-se pensamentos secundários, como, por exemplo, o hedonismo, que se refere ao modo de vida de um grupo de pessoas que tem como interesse único a satisfação dos desejos corporais.

Por outro lado, sabe-se por registros históricos que o modo de vida de Sócrates não era bem aceito na sociedade da época, principalmente no que se referia ao relacionamento com os seus pupilos. Dentro da sua visão, o prazer e as sensações corporais deveriam ser explorados na dimensão dos seus limites, destacando assim o corpo como fator importante para se obter o conhecimento.

Platão (428-348 a.C) é reconhecido por reforçar o conceito de dualismo, ao atribuir para a necessidade de se exercitar, para que através das atividades físicas o corpo se torne sã, edificaria um habitat para uma alma igualmente sã. Ele delega dimensões, como afirma Costa (2011, p. 251), “estas dimensões retratam o corpo racional, o irracional e o apetitivo. A dimensão racional é superior às demais porque se localiza no cérebro, a irracional no peito e a apetitiva nas entranhas.”

Se contemplarmos minuciosamente a história, ver-se-á que os gregos foram por muito tempo um povo que cuidou exacerbadamente da questão estética, porém seus grandes filósofos como Aristóteles defendiam o princípio de que as ações humanas eram executadas em conjunto, corpo e alma, num processo de realização. Mais tarde, esse mesmo filósofo coloca que o corpo possui dimensões muito importantes na construção social, cultural e histórica de um povo. Iniciando dessa forma a base para o entendimento das diferentes concepções ao longo da história.

A cultura grega em geral demonstra concepções diferenciadas, vide Esparta e Atenas, ambas cultuavam a beleza do corpo forte ou suave, porém sempre com contornos que o aproximassem da perfeição. Contudo, em Esparta, a educação dos jovens alinhava-se com um estilo viril, com demonstração de força e coragem, atributos essenciais aos soldados que eram treinados para guerra. Já em Atenas a educação versava sobre o perfil de jovens hábeis nos jogos, e conhecedores de literatura, oratória e filosofia, atributos do homem culto.

Mais uma vez podemos identificar na civilização grega categorizações que definem arquétipos que devem ser seguidos por uma estrutura de divisão entre classes, que por motivos políticos e culturais dividem que papel esses indivíduos vão desempenhar na sociedade. Como diria Butler, “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade.” (2018, p.16)

Com o cristianismo, a dicotomia ganhou força e representatividade, pois, dentro dos ideais cristãos este elemento era visto como fonte do pecado e deveria ser vigiado e punido se necessário. Evidenciou-se a separação de corpo e alma, prevalecendo a força predominante da segunda. A culpabilização desencadeou um “pudor” preventivo, a negação dos prazeres e desejos da carne, a não-exposição, longos períodos com privação de alimentação, tudo com o objetivo de conseguir a salvação e a eternidade, glórias dignas da alma e não do corpo.

Como o cristianismo predominou na Idade Média, não observamos grandes mudanças de paradigmas nessa fase. Apresentam-se nessa fase grandes influências dos massacres corporais, que proliferaram nesse momento histórico, tais como castigos, apedrejamentos e execuções públicas, que nada mais eram que técnicas coercitivas.

O Renascimento apresentava um ideal de caráter mais humanista, trazendo a mudança do sagrado para o corpo do homem comum, cercando de normas as sexualidades, vigiando-a, porém, trazendo mudanças à época, nas quais se apresentavam alterações políticas e econômicas no mundo inteiro.

O avanço científico e técnico produziram, nos indivíduos do período moderno, um apreço sobre o uso da razão científica como única forma de conhecimento (PELEGRINI, 2006). O corpo passa para um patamar de objeto de estudos, e vamos observar nesta fase uma substituição do teocentrismo para o antropocentrismo. Temos destaque inclusive nas artes, com as obras de Da Vinci e Michelangelo. “Da Vinci magistralmente explorou as reações humanas e fez e sua habilidade em manipular as cores, a arte de provocar variadas emoções e sentimentos.” (COSTA, 2011, p.252)

Descartes instalou definitivamente a divisão corpo-mente, e a partir disso o corpo físico passou a estar a serviço da razão. Os ideais iluministas acabaram por acentuar a depreciação, atribuindo a ele um plano inferior, subjugado ao domínio da mente.

Nessa época, por volta dos séculos XVII e XVIII, percebeu-se que o corpo podia ser usado como objeto passível de manipulação, instigando assim a visão do controle como alvo de interesse do poder. As técnicas de controle e aperfeiçoamento das habilidades corporais foram inicialmente exploradas pela área militar, logo sendo difundidas na educação, nas instituições hospitalares e posteriormente na área industrial (FOUCAULT, 2014).

Foucault (2014, p. 134) chama esses corpos manipulados, moldados, treináveis e obedientes de “corpos dóceis”, definindo-os da seguinte forma: “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”

Mondardo (2009) reitera a ideia de Foucault, ao dizer que o corpo é o lugar onde se originam as relações humanas, onde ele também é percebido como “primeiro território” de controle e dominação dos indivíduos. Essa ideia utilizada para disciplinar e manipular as pessoas transforma-se num grande controle de massas nos séculos XIX e XX, indo além do controle corporal, passando a controlar a vida das pessoas.

O corpo como fundamento principal da vivência do ser humano produz relações de espaço, locomoção, permanência, resistência etc. Ao mesmo tempo é produto deste espaço, dessas relações, de onde habita, transformando-se de acordo com as influências do meio. Esses territórios não são apenas espaços físicos, mas ideias, práticas, rotinas que vão ocupando a construção individual de cada pessoa.

Nesse sentido a movimentação e a ação dos corpos passa a ser utilizada como estratégia de controle das pessoas, por meios de regras, normas e leis.

Portanto, a ação do poder sobre o corpo atua para normatização do comportamento, a partir do adestramento e da imposição na forma dos sujeitos [...] As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro das regras e das normas impostas pelos territórios, que também devem transparecer ideologicamente para o controle, a forma cada vez mais “natural” da imposição e do ordenamento, para se apresentarem dessa maneira, como “normais”, como “naturais” e para o “bem comum” da sociedade. (MONDARDO, 2009, p.4)

A sociedade demarca lugares determinados para cada grupo específico e seus indivíduos precisam se legitimados enquanto pertencimento do mesmo. Através desta organização, o controle das ações de cada membro é facilitado, o sujeito encontra-se localizado em um gueto próprio para ser vigiado e, assim, controlado

As novas tecnologias e o uso da comunicação trazem consigo o capitalismo, que vai tratar o corpo como uma máquina. Os movimentos corporais passam a ser regidos por um poder

que exerce controle sobre ele, de uma forma coerciva sobre espaço e tempo. Assim, o ser humano é colocado ao serviço da economia e da produção, gerando um corpo produtor que, portanto, precisa ter saúde para melhor produzir e precisa adaptar-se aos padrões de beleza para melhor consumir (ROSÁRIO, 2006).

Vale ressaltar que a subordinação e a inferioridade das mulheres sempre estiveram presentes em todas as visões anteriormente apresentadas sobre o corpo, seja com o (falso) discurso biológico de que elas são mais fracas do que eles, seja o discurso religioso que prega o nascimento delas através de parte do corpo deles, passando pela Medicina, Educação, Psicanálise e tantos outros atravessamentos das relações sociais estabelecidas.

A histórica desqualificação do feminino, a subordinação do corpo da mulher, a atribuição de uma sexualidade passiva e a configuração de domesticidade dada a elas, legitimam-se através dos mais variados processos históricos e se perpetuam até os dias atuais, mesmo com todas as lutas feministas.

Disciplinamos pessoas para que caibam dentro do modelo “ideal” e propagado pelas normas sociais. O corpo se apresenta como capaz de consumir e de ser consumido. Negligenciando assim um ser humano que é construído, vivenciado e expressa-se individualmente, na formulação da sua corporeidade. Essas novas concepções se debruçam sobre estudos feministas dos séculos 60 e 70, sobre as diferenças entre homens e mulheres pautadas em diferenças históricas e culturais e não apenas em anátomos fisiológicas.

3.2 Corpos silenciados

O conceito de corpo aqui mencionado será apoiado e baseado na compreensão de uma abordagem que o contemple na sua integralidade. Assim, a escolha se deu por Merleau-Ponty e seu pensamento sobre corporeidade e o modo como o autor percebe a vida e o ser humano de forma geral. Machado (2010, p.17) destaca que o filósofo “nos convida a buscar totalidades”.

Seguindo essa linha de raciocínio, a noção de corporeidade de Merleau-Ponty visa a superação da dicotomia corpo-mente, considerando a corporeidade como uma condição humana que se dá nas relações que o ser humano estabelece nas suas vivências. Para Carmo (2011, p.19-20) as ideias de Merleau-Ponty relacionam-se, fundamentalmente, com as questões de corporeidade e indica que “era exatamente isso que Merleau-Ponty almejava em seus primeiros estudos: desenvolver uma filosofia que mostrasse o enraizamento do espírito no corpo, isto é, a consciência atada a um corpo que a liga ao mundo.”

A corporeidade dá-se no atravessamento das relações indivisíveis entre o sentir e o ser sentido. Como aponta Merleau-Ponty:

[...] meu corpo conta-se entre as coisas, é uma delas, está preso no tecido do mundo, e a sua coesão é a de uma coisa. Mas, dado o que vê e se move, ele mantém as coisas em círculo ao redor, elas são um anexo ou um prolongamento dele mesmo, estão incrustadas em sua carne, fazem parte de sua definição plena, e o mundo é feito de estofado mesmo do corpo. (MERLEAU-PONTY, 2013, p.13)

Assim, a partir dessa compreensão, corpo e mundo rompem com um modo de pensamento cartesiano, conhecido como dicotomia cartesiana, discutida nos primórdios do pensamento filosófico, com Platão e Aristóteles, por exemplo. Posteriormente foi sistematizada por Descartes, o qual acreditava que a mente é perfeita e o corpo é um mero instrumento desta mente.

Pensando o corpo como primeiro modo de existência, que possui o primeiro contato do indivíduo com o mundo que o cerca, observamos que é nele que se inscrevem todas as regras, normas e valores de uma sociedade. Essas vivências de mundo trazem por consequência determinadas sensações e percepções por conta da corporeidade, que o fato de o ser humano não existir sem ser corporal, faz dessa corporeidade a forma como ele se relaciona com tudo ao seu redor e consigo mesmo.

Falar do corpo dentro de unidades socioeducativas nos remete a inúmeras possibilidades, diante do fato de estarmos frente a adolescentes que romperam com as barreiras destas muitas regras, normas e valores sociais estabelecidos socialmente. E é neste espaço cerceado de liberdade e de possibilidades que estes/as adolescentes passam a limitar sua corporeidade. É no outro que o ser humano se reconhece, ao ver, se ser visto, ao falar e ser falado, ao tocar e ser tocado, nessas experiências de troca que uma pessoa se torna capaz de refletir sobre si.

A percepção de que há uma sociedade punitiva, repressora e higienista, principalmente com indivíduos em situação de vulnerabilidade, nos leva a refletir sobre o silêncio desejado para esses corpos abjetos. Ou seja, uma matriz de pensamento que engendra padrões que definem “corpos” e “não-corpos”, que ignora a diversidade ao promover superioridades e inferioridades.

Neste sentido, há o desafio de superar as práticas de controle corporal e a sua instrumentalização, com a proposta de evidenciar o ser humano como um ser corporal. Nóbrega explica que:

Nosso corpo traz marcas sociais e históricas, portanto questões culturais, questões de gênero, de pertencimentos sociais podem ser lidas no corpo. Por que não incluir nessa agenda, para além do controle dos domínios de comportamentos observáveis, a questão de afetos e desafetos, dos nossos temores, da dor e do medo que nos paralisa ou nos impulsiona, do riso e do choro, da amargura, da solidão e da morte? Nota-se que falo em incluir questões significativas que atravessam nosso corpo, que nos sacodem, que nos revelam e que nos escondem. Não se trata de incluir o corpo na

educação. O corpo já está incluído na educação. Pensar o lugar do corpo na educação significa evidenciar o desafio de nos percebermos como seres corporais. (NÓBREGA, 2005, p.610)

Nossas ações são permeadas por vontades e intencionalidades, que se manifestam por gestos e expressões diferenciadas, o corpo pulsa todas as emoções e expressões possíveis que podemos vivenciar, desvelando a nossa essência de ser no mundo. Somos simultaneamente essência e existência, razão e sentimento, sem qualquer indissociabilidade entre um e outro.

Quando não há espaço para as vivências intencionais de valorização da questão do corpo e do movimento, em que os/as adolescentes possam experimentar novas e diferentes formas de se expressarem, ou seja, possibilitar uma oportunidade de manifestação da corporeidade, a pergunta que fica é: **Como o corpo é compreendido na socioeducação?**

Ao fazer este questionamento, consideramos que a faixa etária dos/as adolescentes que estão sob medida de acautelamento provisório pelo Estado, abrange a fase da vida do indivíduo cujas questões de sexualidades e corporeidade se apresentam na efervescência da sua existência. Consideramos que a socioeducação deveria ser um local de aprendizagem, da convivência e da percepção de si no mundo, tendo o corpo e a corporeidade modos de vivenciar as experiências que se dão nesse espaço.

O/A adolescente que tratamos aqui é o que não está dentro da regularidade esperada; é o corpo que infringe, desafia, sai do enquadramento desejado. O corpo que se estrutura em meio a uma série de possibilidades, que destoa do esperado como socialmente “correto”, que por vezes é taxado de anormal, assim, o modo como ele é compreendido demanda de todo processo de como esse corpo vive, de como é retratado e considerado. Segundo Butler:

Assim, as normas de gênero mediante as quais compreendo a mim mesma e a minha capacidade de sobrevivência não são estipuladas unicamente por mim. Já estou nas mãos do outro quando tento avaliar quem sou. Já estou me opondo a um mundo que nunca escolhi quando exerço minha agência. Interfere-se daí, então, que certos tipos de corpos parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia geral, apoiam ou endossam a ideia de vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. (BUTLER, 2018, p. 85)

Esses enquadramentos normativos não se aplicam aos/as adolescentes infratores/as. Dentro dessa visão se estabelece que tipo de vida será digna de ser vivida, que vida será preservada e que vida será digna de ser lamentada. Essas divisões trazem visões de que existem vidas que representam o Estado e aquelas que representam a ameaça a esse Estado, causando uma falsa sensação de que há vidas a serem preservadas e outras que legitimam a sua destruição.

Considerar a construção da identidade dos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas significa considerar esses corpos e suas culturas, o movimento, independente do limitado espaço físico oferecido, porém em ebulição constante nas suas dimensões sociais e

geográficas. Não raras vezes compostos por indivíduos humilhados, sofridos, violentados, menosprezados e subtraídos de sua beleza e dignidade.

O corpo, essa potência de afetos, desejo e necessidades, é persistente, embora receptáculo de toda dor, opressão e violência; sucumbe, mas, por vezes, resiste e cria caminhos alternativos para sobreviver e alterar o rumo da sua história. Reformula sua própria corporeidade, sua própria existência.

É factível pensar o corpo como um campo aberto e gerador de conhecimentos. Nele a corporeidade vai se configurar como uma linguagem, marcada por gestos, sentimentos, sensações, capaz de ampliar a compreensão do corpo e do conhecimento.

No cenário socioeducativo, o que se denomina estranheza e excentricidade são passíveis de exclusão e isolamento, tornando-se marcas de rejeição aos sujeitos que se afirmam como o que desejam ser, por já se reconhecerem e aceitarem sua corporeidade, empoderando-se de si.

Dessa forma, é na expressão das corporeidades dissidentes e de suas respectivas representações no espaço, que urge a desconstrução e desestabilização das antigas e velhas normativas que ocupam as unidades; assim, os sujeitos, em toda sua diversidade, podem existir em sua plenitude, sem necessitar de autorizações ou aceitabilidade de quem quer que seja.

A necessidade de viver e o sentido que damos à nossa existência definem nossa essência enquanto sujeitos; essência essa que vai se desenvolver pelo conhecimento construído, vivido e experienciado em nossa corporeidade, ou seja, na nossa construção de saberes. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2010).

Está no corpo, em sua vivacidade e experimentações o poder de relacionar-se com o mundo e os saberes que o cercam. A corporeidade é a relação complexa dessas relações sociais existentes na urgência e intensidade na fase jovem. No caso dos/as adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, essas relações são completamente diferenciadas se compararmos aos/as adolescentes que não as cumprem, por isso, detalhes e particularidades devem ser observados com sutileza e atenção.

A vivência da socioeducação se dá através do corpo na sua relação com os elementos ali instaurados. O ser humano não pode se conhecer e nem se reconhecer se não compreende a essência da sua existência. Nesse sentido, este processo de autoconhecimento precisa ter espaço e reflexão dentro das unidades, para que não se prejudique esse processo característico da faixa etária.

Assim, apropriar-se de uma identidade inclui um sentido pessoal do corpo. Tal compreensão é necessária para norteamento das ações. Nesse sentido, esses/as adolescentes vão

tecendo sua existência numa grande construção de si mesmo, que nem sempre é respeitado na socioeducação, sendo-lhes imposto, por exemplo, uniformes e corte de cabelo padronizantes, com o objetivo de igualar uns aos outros. São inúmeras as ações que interferem na construção desse sujeito, refletindo em sua corporeidade e na sua formação identitária.

Tanto o corpo físico como o social é vigiado e submetido à vigilância que é uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 1999). A atuação acontece quase sempre legitimada sobre o discurso da manutenção da ordem e da segurança, e não fica restrita somente aos agentes do Estado. Existe uma relação de controle dos próprios/as adolescentes entre si, regras próprias, muitas vezes editadas por facções criminosas que coordenam as áreas de moradia ou atuação desses/as adolescentes.

Nesse sentido, as normas instituídas aqui fora ecoam lá dentro; o binarismo que atribui valores positivos a um polo e negativos a outro, institui o que é certo ou errado. Os corpos considerados estranhos e desviantes são excluídos, massacrados, demonizados, apagados e inferiorizados. Como já demonstrado por Foucault (1999), os corpos desviantes passam pela vigilância hierarquizada e pela sanção normalizadora, ou seja, são vigiados e suas características inferiorizadas.

Quando pensamos nos/as adolescentes que fogem às regras cisheteronormativas que ocupam esses espaços de privação de liberdade como norma, estamos nos remetendo a um componente que não se enquadra nas convenções sociais estabelecidas dentro das regras desse espaço. Esse fato já alicerça uma série de fatores excludentes e opressivos.

Estando mais claro tais posicionamentos, o comportamento dos indivíduos transgressores das regras internas tende a ser de passividade, encerrando assim sua atividade individual, com perspectivas isoladas e suprimidas pelo isolamento. Poderíamos, pois, falar de uma lacuna, a dimensão do invisível como um dado da existência, que fortalece o preconceito e a violência.

Essa é a norma excludente que repete as exclusões da sociedade como um todo, em que o tempo todo somos ensinados sobre o que devemos fazer para não sermos violentados e para sermos aceitos dentro do corpo social. Leis que se aplicam, sobretudo, aos sujeitos que escapam das normas de gênero e sexualidades.

O primeiro mecanismo de perpetuação da violência é a exclusão. A violência deve ser percebida como “toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente, alguém” (CHAUÍ, 2008, p. 341). Dentro dessa perspectiva, a violência do Estado é absurdamente superior à do indivíduo; daí é que se abre um vasto campo para a violação de direitos humanos e sociais.

Existem traços estruturais em torno dos quais a sociedade constitui suas produções de desigualdades, através do qual o imaginário humano naturaliza as divisões através das relações de poder e de subordinação oriundos dessa relação social constituída como a regra.

[...] deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multifacetado, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (família, social, econômica, ética, jurídica, política, etc), produzidas em uma cultura, permeados por valores e sentidos culturais. (XAVIER FILHA, 2008, apud XAVIER FILHA, 2015, p.1574)

Este eu, que pouco importa, é socialmente construído, vem sendo cada vez mais utilizado no exercício de dominação e domesticação da vida. Os corpos do excesso, da opulência, do transbordamento, enfim, deformidades do contemporâneo, cuja correção se dá, dentre inúmeras possibilidades, através da violência. Como desviantes, nomeamos os corpos e práticas que estão na margem, fora do centro ou, como indica Louro (2008), são corpos excêntricos.

Privados de direitos garantidos por lei, dentro e fora da internação, viventes de um período complexo da existência humana que é a adolescência, situação permeada de incertezas, conflitos, imediatismo, desejos e transformações, já não encontram respostas para suas expectativas e anseios nas esferas possíveis da sociabilidade.

Quando o Estado priva de liberdade os/as adolescentes, exerce o papel de responsável por enquadrar os indivíduos fora das normas, normas essas que funcionam dentro de uma lógica imposta como verdadeira, e que é estabelecida pelo próprio Estado. Nega-se não só a liberdade, mas também os direitos humanos, fazendo da retirada desses direitos um caminho para o controle corporal.

É nesse aspecto que se encontram os silenciamentos que aqui falamos, vistos como uma massa de indivíduos marginalizados, que requerem um controle territorial para que a ordem seja garantida. Esse poder que invade a vida dos sujeitos impõe suas ideias e, com sutileza, reafirma suas estruturas sociais injustas, quando consegue principalmente naqueles que pertencem às periferias e aos espaços de opressão, fortalecer a crença de que sua condição é inalterável, naturalizando a imposição do poder.

A grande maioria dos/as adolescentes que hoje estão nas unidades socioeducativas tem suas medidas instauradas por envolvimento com o tráfico de drogas; tráfico esse que vai contribuir com as questões aqui apresentadas sobre gênero e sexualidades, pois existe um atravessamento entre as corporeidades vivenciadas e todo o empoderamento que a posição de “pertencente” ao tráfico gera, dentro de um movimento de hiperconsumo, que exclui grande parte da população periférica que quase sempre se encontra mal remunerada ou desempregada.

Esta posição causa um grande desconforto para a autoridade masculina, baseada na força e no domínio. O poder que o tráfico simboliza para esses adolescentes se fortalece na perspectiva da ascensão social que se pode conquistar, pois vedados de políticas públicas que os façam vislumbrar um outro futuro, as opções afunilam-se e muitos tendem a sucumbir ao fascínio do mundo do crime.

Davis diz que,

A prisão dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. (DAVIS, 2019, p. 38)

Diante disso, é imprescindível que haja uma discussão sobre todos os aspectos que envolvem esses adolescentes, desde políticas públicas, como a revisão dos processos implantados na socioeducação, vide que o número de reincidentes é relativamente alto, o que gera um descrédito do sistema pela população, reforçando ainda mais essa divisão entre corpos dignos e corpos não dignos.

Adolescentes diferentes podem apresentar perspectivas desiguais sobre um mesmo conflito, os corpos da unidade feminina que observamos na trajetória dessa pesquisa, relacionam-se de forma diferente quanto aos relacionamentos homoafetivos se comparados aos corpos da unidade masculina. As adolescentes utilizam esses relacionamentos, na maioria das vezes sob um viés de poder; já eles repudiam no coletivo, embora utilizem do ato sexual entre eles de forma clandestina, o que aproxima uma realidade da outra é o fato do desprezo e a inferiorização do feminino serem comuns.

A relação “João e Maria”, vivenciada na unidade feminina, exige uma posição de aceitação da performance dos papéis masculinos e femininos, determinados pela organização local, de modo que quem não performar, terá sua identidade decidida pela maioria das internas. Essa relação permitida e aceita por todos/as que convivem na socioeducação, mascara uma realidade violenta e desigual com aquelas que ocupam os espaços das mulheres, pois toda e qualquer punição aplicada por suas companheiras, denominadas João, são legitimadas pela posição de homem que a mesma ostenta na relação.

Essas violências constituem estratégias de reprodução de desigualdades de gênero, uma vez que podemos observar o consentimento por parte das mulheres de sua inferioridade “natural”. A dominação masculina (construção simbólica) opera num campo que incorpora não somente o assentimento dominante, mas toda naturalização da violência por parte das dominadas, exercendo sobre esses corpos um poder que se divide em dominantes e dominadas.

Nessa perspectiva, podemos compreender que esse corpo feminino é silenciado dentro das esferas socialmente normalizadas, por maquiar uma proposta que reproduz a relação entre um homem e uma mulher. De modo a manter e reproduzir a cisheteronormatividade, “entendida como a imposição da norma heterossexual como única forma válida de se relacionar” (de Garay, 2018, p. 179).

Nas unidades masculinas não há uma afirmação clara sobre possíveis relacionamentos; o que ouvimos foi a confirmação sobre atos sexuais, consentidos ou não, mas sempre com uma fala distorcida, sem claras afirmações e todo contexto de camuflagem da situação em si. Pois as normas das unidades não permitem sequer uma aproximação social dos adolescentes que possuem performance femininas ou próximas a elas.

Compreendemos que as relações sexuais são comuns entre os adolescentes, mas são sempre de forma escondida e sem atrelar-se a um relacionamento homoafetivo. O sexo é submetido à lei de um poder extramuros, já firmado na maioria das comunidades do tráfico de origem desses jovens, por questões impositivas e disciplinares, lei que reforça a histórica inflexibilidade machista e patriarcal da sociedade.

É notório que as questões de gênero e sexualidade perpassam de modo muito distintos nas unidades masculinas e femininas. Tais diferenças aparecem na gestão das relações sexuais entre os/as adolescentes, na discriminação por orientação sexual/gênero, bem como nas regras internas das unidades. Isso se apresenta nos tipos de agressões vigentes, vide a violência sexual na instituição masculina e a violência de gênero na instituição feminina.

Quando o convívio social impede um corpo de transitar com sua essência e verdade, o corpo torna-se o responsável pela vergonha, pelo isolamento, pela negação da sua singularidade. A violência e repressão justificadas quase sempre como atitudes que visam promover o bem coletivo, encontram largos espaços de atuação contra esses corpos já tão penalizados.

O corpo possui tantos horizontes, tantos modos de ser definido, que tomá-lo apenas pela visão binária soa como se o mutilássemos. As sexualidades permitem uma inevitável pluralidade de interpretações, de desejos e de possibilidades. Não nos interessa restringi-lo a visões meramente biológicas e dicotômicas, mas sim de ampliar os parâmetros onde se pode realizar, se expressar, se inserir socialmente a partir de todas essas dimensões. Le Breton (2006, p. 7) é categórico em afirmar que “antes de qualquer coisa, a existência é corporal”. Não é, portanto, algo separado da plenitude da existência desses/as adolescentes; negar isso é ignorar suas manifestações e sua corporeidade, é uma negligência; ação que só dificulta o trabalho que se espera da socioeducação.

O termo sexualidade se institui ao longo de uma série de usos sociais e práticas que permitem ao indivíduo moderno fazer uso de si próprio enquanto sujeito de múltiplas corporeidades (FOUCAULT, 1999, p. 11). Ela é inerente ao corpo, inserindo-o numa trama de relações, ocupando um papel central, inovando-o através do gozo e do prazer. Através dela o corpo se articula a uma série de variadas e sutis alianças, que ultrapassam a sua mera reprodução.

Encontramos inscrito no corpo tanto um horizonte de liberdade, quanto um horizonte de necessidade; na medida em que sua dimensão existencial conflita com sua realidade de vida, esses horizontes são restringidos, a contingência desse corpo gera ações por vezes agressivas e conduz a uma frustração existencial, degradante por parte deste corpo adolescente.

A tarefa, de certo modo, é compreender a norma que circunscreve uma realidade cujo funcionamento se dá pelo enquadramento dos corpos, as formas de coerção, a imposição do desejável, ou seja, o silêncio dos corpos transgressores e silenciados dentro de uma precariedade estabelecida e instaurada dentro das unidades socioeducativas.

3.3 Gênero e sexualidades na socioeducação

Neste subcapítulo, farei uma análise dos discursos em torno das sexualidades e das práticas regulatórias que definem o gênero e as sexualidades dentro das instituições socioeducativas. Podemos observar que as unidades socioeducativas (re)produzem hierarquias, desigualdades, violências e injustiças atreladas às dimensões gênero-sexuais da constituição dos/as adolescentes.

Durante muito tempo, as pessoas autorizadas a falar sobre e pelos sujeitos que escapavam à norma eram os médicos, os psiquiatras, os biólogos, enfim, pessoas ligadas ao que até então era considerado como única ciência capaz de gerar pareceres sobre os distúrbios apresentados por tais indivíduos.

Chauí diz que:

O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quanto lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em ideias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa de cientificidade a existencial real da dominação. (CHAUÍ, 2008, p.23)

A reprodução desses discursos acaba por exercer na sociedade efeitos de verdade absoluta, principalmente quando alocados em várias instâncias do poder público e privado,

gerando buscas por medicalização da sexualidade, por exemplo, sustentados por argumentações biológico-científicas, além da moralidade religiosa, que se alastra pela nossa política atual. Exemplos recentes de “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, divulgado amplamente por uma ministra do atual governo.

Ainda dentro da política atual brasileira, se pensarmos os sujeitos privados de liberdade, pensaremos jovens advindos de comunidades carentes, de classe popular, que passam por dificuldades financeiras, educativas, emocionais. Temos nessas unidades a representação da desigualdade social do nosso país. Esses/as adolescentes em sua maioria convivem com a violência doméstica, a violência do tráfico, a ausência por parte de pai, colegas assassinados, drogas ilícitas e lícitas, toda uma situação de vulnerabilidade social que por vezes os tornam candidatos perfeitos a prisão.

Segundo Davis,

a prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em número tão desproporcionais. (DAVIS, 2019, p.16)

Em geral a visão que a sociedade tem desses/as adolescentes, é uma visão deturpada, que imprime nesses corpos o isolamento como solução para a violência urbana, não importa se esses indivíduos serão tratados como monstros e discursivamente despossuídos de direitos do campo moral, mediante esta visão. Assim, codificá-los como possuidores de direitos sexuais se torna ainda mais improvável.

As sexualidades desses adolescentes são construídas dentro de toda essa esfera turbulenta e impositiva que podemos observar nas comunidades do Rio de Janeiro, onde a visão sexista e machista prevalece e impera. Desde muito cedo aprendem culturalmente o que é ser homem e o que cabe ao papel da mulher, estabelecendo regras e normas de convivência social baseadas em critérios de dominação, o que eleva a cobrança sobre os meninos e reserva um papel de inferioridade para as meninas.

Não muito distante dessa realidade, na maioria das vezes em que buscamos informações sobre o corpo no ambiente socioeducativo, os dados obtidos quase sempre reproduzem ações na área da saúde, ou com viés de higienização, ou como prevenção às IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) (FREITAS, 2011; MOREIRA, 2015). Cabe ressaltar que o SINASE, no que tange aos direitos sexuais dos/as adolescentes privados de liberdade, prevê:

[...] oferecer grupos de promoção da saúde incluindo temas relacionados à sexualidade e direitos sexuais, prevenção de DST/Aids, uso de álcool e outras drogas, orientando o adolescente, encaminhando-o e apoiando-o, sempre que necessário, para o serviço básico de atenção à saúde. (BRASIL, 2012, p.61)

Embora a palavra sexualidade seja citada no SINASE, a visão fica restrita às questões de saúde, conforme citamos anteriormente. Não há nenhuma proposta de uma abordagem mais profunda sobre as sexualidades, ainda que saibamos que não é inédito o fato de adolescentes com orientação sexual ou identidade de gênero diversa da cisheteronormatividade estarem em situação de cumprimento de medidas socioeducativas. A adolescência é uma época em que as experiências e vivências são vitais no processo identitário; da mesma forma, as questões de gênero e sexualidades são essenciais nesse processo, não podendo ser tratadas como minoritárias diante das demais demandas das unidades socioeducativas.

Há uma visão de hierarquias nos assuntos abordados e nas políticas desenvolvidas para atenderem a socioeducação. O que podemos observar é que se instituiu uma “hierarquia de emergência”, visto que existem enormes necessidades a serem atendidas no sistema. Dentro dessa perspectiva, a discussão de gênero e sexualidades ocupa o fim da lista de prioridades no campo da infância e da adolescência.

A invisibilidade estabelecida sobre a questão aguça posicionamentos e atitudes internas que submetem esses/as adolescentes a preconceitos, discriminação e violência fortemente entranhadas na cisheteronormatividade das práticas diárias desses atores sociais.

Foucault (1988, p. 34), afirma que “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam o discurso”. Os discursos dividem-se entre as afirmações de que não há sexo, no sentido de que não há relação sexual propriamente dita, e o reducionismo em não pensar além do tratamento das IST's como abordagem das sexualidades.

Os/as adolescentes, em sua maioria, já possuem uma vida sexual ativa antes de adentrarem as unidades, e exercem as suas sexualidades com ou sem proibição, deixando claro que sexualidades não se limitam ao exercício sexual genital apenas, mas também envolve autonomia, afetividade e liberdade.

Assim, entender a construção das sexualidades humanas implica o entendimento da pluralidade de possibilidades de experiências, assim como o reconhecimento da diversidade sexual do indivíduo e, portanto, a diversidade do ser humano em si.

Ao voltarmos para o espaço que nos propusemos a discutir, podemos afirmar que a regra em uso é a normatização rígida construída pela sociedade, as relações se estabelecem de modo que os indivíduos perdem suas singularidades e são submetidos a uma coletividade, na qual a sua voz se quer é ouvida. Por essa razão, os sujeitos que não se enquadram nos padrões estereotipados masculino/feminino, costumam ser rechaçados e excluídos, com o aval da lógica institucional.

Esse processo produz “subcidadãos” e “subcidadãs”, permeados/as pelo desconhecimento e pela invisibilização, dando, assim, suporte para a banalização das violências e dos atos discriminatórios.

Se é sabido então que a sexualidade e as performances de gênero são vigiadas e controladas por esses aparelhos estatais, a forma como isso acontece reside na preparação para a vida heterossexual com a docilização do corpo e a domesticação e normalização da sexualidade (afirmando o que se pode e o que não pode fazer numa ordem social específica) até a repressão e conseqüentemente disciplinamento dos sujeitos que fogem daquilo que se é socialmente considerado moralmente bom. (AGUINSK; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p.49)

Reconhecer que saber e poder operam de forma correlata nos discursos científicos, que reforçam a inferioridade de grupos em relação a outros é de extrema importância para se repensar os lugares de fala e reconstruir uma visão menos biologicista. E que isso nos traz o desafio de enfrentarmos uma proposta de socioeducação que intervenha em todos os espaços, para tornarmos visíveis as multiplicidades do gênero e das sexualidades historicamente subalternizadas e desconstruídas de direitos.

Nesse sentido, observa-se que essa norma segue o binarismo que atribui valores positivos a um polo, e negativos a outro. Louro (2013) vai dizer que:

Certa premissa, bastante consagrada, costuma afirmar que determinado sexo (entendido, neste caso, em termos de características biológicas) indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, indica o desejo ou induz a ele. Essa sequência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto) (LOURO, 2013, p.38).

É necessário falar sobre gênero, no intuito de dismantlar a lógica dualista estabelecida em nossa sociedade como a única expressão possível da sexualidade. Assim, é preciso também falar não apenas de sexualidade, mas das sexualidades, das pluralidades das sexualidades, sem preconceito ou discriminação, respeitando as diversidades sexuais.

Gênero é uma categoria de análise social, e assim como as sexualidades, é concebida como uma produção da cultura. A identidade de gênero pode ser explicada pela convicção de ser masculino e feminino, conforme as características de atributos, papéis e comportamentos convencionalmente estabelecidos para machos e fêmeas. As identidades são históricas e culturalmente específicas, são respostas políticas a determinadas conjunturas e compõem uma “estratégia das diferenças” (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A produção de saberes, supostamente neutras e absolutas, nos proporciona uma realidade em que alguns são considerados indivíduos com modo de vida legítimo e outros com modos de vida a serem aniquilados. Quando não há o reconhecimento do outro na norma, a diferença é vista como uma ameaça que precisa ser aniquilada (BUTLER, 2018).

Assim, sexo, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidades, apesar de conceitos distintos e construídos socialmente, são tratados e entendidos numa perspectiva linear, em que uma categoria está vinculada à outra. Entretanto, nessa lógica, o sexo biológico é o norteador e divisor de forma restrita e binária das concepções, limitando-se a masculino e feminino, ignorando todo leque de possibilidades existentes e possíveis.

Considera-se que a sexualidade não é uma produção individual, mas um processo político e social em que sujeitos constroem seus discursos na relação (LOURO, 2013). Seguindo essa linha, a identidade de gênero e as sexualidades, enquanto construções sociais, são atravessadas e construídas a partir de diversas mediações culturais, sociais, afetivas, econômicas, políticas e religiosas.

Assim, entender a construção das sexualidades humanas, permeia as convenções, ideologias, imaginações, vivências, identidades, imaginações e comportamentos sexuais modelados nas relações de poder, no desejo e afeto. Sendo impossível toda essa diversidade restringir-se e se esgotar em impulsos biológicos do corpo.

[...] A sexualidade se refere às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e culturais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até o exercício do poder na sociedade. As definições atuais de sexualidade abarcam significados, ideais, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. (MISCKOLCI, 2010, p.98)

A partir dessa compreensão a sexualidade está muito além do sexo (referência biológica e da prática sexual), das possibilidades reprodutivas ou do foro íntimo, pois está imbricada nas relações de poder e disputa. No entanto o discurso mais comum dentro das unidades, aborda as sexualidades vinculadas à reprodução, à violência e as doenças, somente.

A noção de orientação sexual deve ser concebida no plural, de forma a legitimar toda diversidade possível na vida das pessoas. Para Sousa Filho (2009) as orientações sexuais constituem sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de um indivíduo de muitas maneiras, sem que sejam fixas e inevitáveis. As conexões entre desejos, afinidades, comportamentos e o modo como as pessoas se percebem não possuem um caminho único possível. Desta forma, embora haja convenções e constrangimentos sociais, as expressões de desejo e de prazer são inevitáveis.

As sexualidades estão postas como constructo social e, portanto, é um conceito dinâmico, sujeito a diversos usos, múltiplas possibilidades, diferenciadas e contraditórias interpretações nos diferentes períodos históricos, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. Em tempos, vivemos sob vigilância e pautados em discursos opressivos em relação a lugares ocupados e à liberdade das sexualidades, diante de uma sociedade patriarcal e machista.

O discurso vigente e imposto pela sociedade como modelo ideal da sexualidade, é aquele em que a identidade de gênero é compatível com o sexo biológico, nas quais as sexualidades vertem para o desejo pelo sexo oposto e de preferência que se estabeleça em um relacionamento monogâmico. As sexualidades, assim como o gênero, são campos que sofrem um dos maiores investimentos do conservadorismo, pois em sua constituição atual, ameaçam o projeto de sociedade que tem a família tradicional brasileira como base.

Nesse contexto há uma expectativa social sobre o comportamento das pessoas.

Esse é um processo constrangido e limitado desde seu início, uma vez que o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” - aqueles que escapam da norma. (LOURO, 2013, p. 45, 46)

É preciso entender que o reconhecimento do sujeito sexual como único protagonista e regulador da sua trajetória afetiva e sexual se faz necessário e urgente. A estratificação que se dá em torno das experiências sexuais cria desigualdades, conflitos e subalterniza as sexualidades não-heteronormativas.

A adolescência é um período crítico para a construção das identidades, nesse período o sentimento de que se é valorizado e socialmente aceito adquire uma importância particular. As identidades estão sempre se constituindo, são instáveis e possíveis de transformação, ou seja, podem se manifestar de um modo transitório, mas por vezes são desconsideradas e alocadas no campo da invisibilidade. Assim, os movimentos funcionam não só como socializações, que geram novos olhares sobre o mundo e sobre si mesmo, mas também como um foco de possibilidades de existências reconhecidas e representadas.

No caso dos/as adolescentes privados de liberdade é comum acontecer, embora não seja uma regra, o que chamamos de “orientação sexual em trânsito”, identificada quando o comportamento sexual com outro indivíduo acontece de maneira temporária, como solução à carência sofrida dentro do ambiente específico ou como mecanismo de defesa.

Lomando (2014) aponta que as diferentes metáforas usadas para descrever as experiências de trânsito de sexo/gênero como ora do campo da psicopatologia ora como do campo da construção social da identidade. Desvela assim o caráter de “campo de batalha” das disputas que concernem às questões de gênero no âmbito intelectual e científico. O trânsito entre a marcação da diferença e os sistemas de classificação estabelece a corporeidade como um componente chave para a construção de identidades.

Assim, essas metáforas também incidem sobre aquelas experiências de não-trânsito de gênero, como nas construções “homens e mulheres biológicos, verdadeiros, de nascença” ou também cisgêneros para designar o antônimo de homens e mulheres transexuais. Memória e identidade seriam, assim, mecanismos de ligar os indivíduos a uma coletividade.

Tanto o gênero como a/sexualidade, de um modo geral, remetem a plurais maneiras de subjetivação, como diz Bruns (2013). A cisheteronormatividade acaba por ser um processo de inviabilização e subalternização dos relacionamentos que não se encaixam em seus propósitos. Grimm vai analisar que:

A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado [...] E se trata, também, de heteronormatividade quando mulheres trans lésbicas são lidas enquanto “homens heterossexuais que se vestem de mulher”. Quando se nega às mulheres que amam e se relacionam com mulheres trans o reconhecimento de que estão se relacionando com uma mulher – negando que se trata de um relacionamento entre mulheres – pressupõe-se a heterossexualidade como um destino determinado pelos corpos ali envolvidos. A heteronormatividade se amarra, aqui, com o cissexismo – pelo pressuposto de que nossas genitálias ocupam um caráter central na definição de quem somos – de modo a pressupor que nossas orientações afetivas se definem pela genitália. (GRIMM, 2017, p.28)

Junto à pretensão da normalidade seguem as pretensões de uma suposta neutralidade, de modo que é necessário afirmar que “não há saber neutro, todo saber é político” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003), e questionar a noção de corpo também como efeito de “um produto discursivo produzido pelas normas regulatórias de gênero” (BUTLER, 2003; NICHOLSON, 2000; apud PRADO, 2015).

A visão hegemônica e conservadora relacionada a gênero e sexualidades alimentam intolerâncias e preconceitos. A definição rígida de papéis a serem assumidos opera na construção dos adolescentes validando identidades pré-estabelecidas, de forma fixa e normalizante. Esse processo é contínuo e marcado pela representação dominante da sexualidade cisheteronormativa.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. É no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investe a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1981, p. 80).

No terreno do gênero e das sexualidades o grande desafio parece ser o rompimento com toda a estrutura binária e hétero propagada como a correta, afim de se compreender que as fronteiras sexuais e de gênero são constantemente atravessadas e admitir que alguns sujeitos escolheram a “fronteira” como lugar social de existência. A posição de

ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2013).

A noção de norma na contemporaneidade aponta a heterogeneidade entre as posições que marcam o certo e o errado, identificando quem rompe com ela e quem é considerado sujeito normal, nessa linha tênue e sutil de embate cultural, que requer um olhar de reflexão para os possíveis significados, as possibilidades de se vivenciar gênero e sexualidades se ampliaram, existem muitas formas de se experimentar prazeres, amores, desejos, de trocar afetos, que são diferentes de uma cultura para a outra, de uma época para outra e até de uma geração para outra.

Por sua vez, aqueles que se posicionam contra as diretrizes cisheteronormativas de gênero e sexualidades, contra as formas de se comportar, de gesticular, de se movimentar, de fazer uso do próprio corpo, da maneira como se é imposto, rompem com os parâmetros norteadores. A questão a ser observada é que apesar de tanto esforço, esses indivíduos por vezes não conseguem interpor as barreiras sociais, históricas, familiares e sociais abarcadas na complexidade desse processo.

CAPÍTULO IV

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevo os caminhos percorridos pela pesquisa, seus instrumentos investigativos, a definição do campo, os atores da pesquisa, ou seja, toda organização metodológica necessária para qualificação do conteúdo exposto.

Segundo Alexandre (2014, p. 17), “para qualquer pesquisa educacional, independente do referencial epistemológico escolhido, necessitamos saber que a condução à verdade passa pelo conhecimento das formas lógicas fundamentais da interferência científica”. Nesse aspecto, as aceções que são consideradas verdades são válidas à luz de determinada teoria de conhecimento, entretanto, podemos assegurar que a verdade refere-se à construção do método, muito mais do que a descoberta em si.

Neste estudo de tradição qualitativa, com enfoque na interpretação (PRASAD e PRASAD, 2002), exploração e descrição, privilegamos três fontes de informação:

- a) documentos existentes;
- b) entrevistas semiestruturadas;
- c) as observações.

Os documentos existentes se referem a pesquisas empíricas que trabalham com as publicações envolvendo o tema em forma de tese, dissertação, livro, capítulo e artigos em revistas acadêmicas. As entrevistas semiestruturadas ocorreram com os funcionários das unidades socioeducativas, que atuam em contato direto com os/as adolescentes; as observações foram feitas por mim no período de fevereiro de 2018 a agosto de 2019.

4.1 Delineamento da pesquisa

Observamos a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos das produções bibliográficas para estabelecermos um diálogo e uma interlocução frente às problemáticas levantadas na pesquisa que envolvem as concepções de corporeidade, sexualidades e gênero dentro do ambiente socioeducativo.

Assim, optamos por uma pesquisa qualitativa, pois esse tipo de pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Para Minayo (2004) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, buscamos conhecer as várias formas de vivências das corporeidades, permitidas ou oprimidas no espaço de privação de liberdade, bem como os discursos produzidos pelas relações que se fundem e se diluem nesses corpos, configurando gestos, gostos, forma de agir ou se posicionar.

O cotidiano desses/as jovens e suas realidades e experiências da vida cotidiana, entrelaçando as questões de gênero e sexualidades, entendemos como Schwandt (2006) que sugere o entendimento da pesquisa qualitativa como um campo à crítica científica social, mais do que uma teoria social, metodologia ou filosofia.

Utilizando-se desse conceito, a valorização é dada pela fidelidade de descrever os fatos sociais que se apresentam para o pesquisador, permitindo, através disso, total respeito às experiências vividas no dia a dia do local de pesquisa. Assim, as abordagens qualitativas buscam a compreensão dos sujeitos na sua realidade, pois acreditam que a compreensão é, necessariamente, interpretativa, pressupondo a relação direta do/a pesquisador/a com o meio e com o contexto pesquisado.

A socióloga e pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo, ao descrever a pesquisa qualitativa, explica essa modalidade como uma pesquisa que responde a questões muito específicas, pois, para ela, trabalhar com uma realidade que não pode ser quantificada, porque possui um universo amplo de significados, motivos, crenças, aspirações e valores, é mergulhar num universo vasto. Tudo isso corresponde a fatores, processos e valores que não podem ser reduzidos a operações variáveis.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2004, p. 22)

Este fato não significa que dados quantitativos e qualitativos se oponham, pelo contrário, eles se complementam e interagem dinamicamente. Pode-se perceber que a pesquisa qualitativa não exclui a utilização dos dados quantitativos, na verdade, ela utiliza-se desses dados para complementá-la.

As pesquisas qualitativas podem promover a combinação de vários métodos de investigação em prol do alcance de seu objetivo final, para que assim possa dar conta do entendimento de vários fenômenos complexos, buscando uma compreensão mais abrangente possível, na tentativa de captar os mais variados pontos de vista sobre o tema abordado, segundo Denzin e Lincoln (2006). Ou seja, o campo da pesquisa qualitativa é permeado justamente pela multiplicidade e confluência de diversos paradigmas metodológicos, sem priorizar um ou outro.

Optamos por um estudo de campo de caráter exploratório-descritivo. GIL (2008) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou de hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De acordo com o autor, esse tipo de pesquisa é planejado para proporcionar uma visão geral do tipo aproximativo acerca de determinado fato.

Nesse sentido busquei conhecer, significar e compreender as situações vividas pelos/as adolescentes em situação de privação de liberdade no município do Rio de Janeiro, em busca das problematizações do corpo dentro destas unidades sob a ótica do gênero, das sexualidades e das corporeidades.

É importante registrar que por questões éticas e de cumprimento das normas do DEGASE, não publicarei os nomes das unidades, tratando-as apenas como unidade masculina e feminina. Assim como não identificarei as identidades dos/as entrevistados, porém utilizaremos nomes fictícios para melhor fluidez da leitura.

Vale salientar que antes de eu entrar nas unidades, preexistiu todo um caminho legal para a autorização. Foi primeiramente encaminhado um projeto de pesquisa, os questionários a serem aplicados e a minha documentação de registro pessoal e universitária para a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, mais precisamente para a Divisão de Estudo, Pesquisa e Estágio (DEPE), que por sua vez, após a análise, emitiu uma carta de apresentação com todos os dados da pesquisa (nomes dos pesquisadores, documentos de identificação e prazo para a realização da pesquisa).

Além dos dados supracitados, a carta de apresentação continha orientações claras sobre o procedimento permissionário, este documento deixava claro que a participação dos/as funcionários/as era facultativa, que fotos e filmagens dos/as adolescentes não eram autorizadas, assim como a identificação destes/as de acordo com os artigos 143 e 247 do ECA.

Uma autorização judicial foi pedida para que obtivéssemos a possibilidade de entrevistar e interagir com os/as adolescentes, mas a demora da expedição desse documento inviabilizou as ações junto a esse grupo. Ficamos assim com os relatos e entrevistas de socioeducadores/as das diferentes áreas atuantes nas unidades.

4.2 Cenários da pesquisa

O estudo foi realizado em duas unidades de medidas socioeducativas do Rio de Janeiro, local onde os/as adolescentes cumprem medidas em privação de liberdade, sendo uma designada para adolescentes do gênero feminino e a outra para adolescentes do gênero masculino. Ambas localizadas na Ilha do Governador, região metropolitana do estado.

O sistema socioeducativo do Rio de Janeiro é composto por 24 unidades de internação temporária de privação de liberdade e de centros de semiliberdade. Nesse universo, apenas uma é designada para meninas que necessitam de medidas socioeducativas em privação de liberdade.

Em face deste contexto, e com o intuito de analisar comparativamente as diversas questões de gênero, sexualidades e corporeidade, por diversas lentes e diferentes ângulos de visão, a escolha se deu por uma unidade de privação de liberdade masculina e outra feminina.

Na unidade feminina, a dinâmica envolvia um prédio de acolhimento para as adolescentes que já tinham suas medidas estipuladas como privação de liberdade, e um outro prédio que abrigava as adolescentes que ainda aguardavam o decreto da medida socioeducativa a ser cumprida. Os espaços com dormitórios eram separados e a rotina diária também.

Cabe ressaltar que a localização do bairro onde as unidades se encontram é uma região metropolitana da cidade, que por sua vez aloca outras quatro unidades, sendo um CRIAAD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente) e três unidades de medida provisória. Além dessas unidades, a Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire (ESGSE) também fica no mesmo bairro, bem próximo a todo este complexo do DEGASE.

A escola de aperfeiçoamento funciona para o atendimento dos/as funcionários do DEGASE, com a oferta de cursos, palestras, seminários e outros movimentos de formação. Estende-se aos/as pesquisadores do sistema socioeducativo. Oferece acesso ao seu acervo de leis e por meio do seu site publicações de livros e manuais específicos da socioeducação. Foi nosso primeiro passo na pesquisa pois é esta a instituição que fornece uma carta de apresentação para que o/a pesquisador/a adentre as unidades. Procedo com a conferência de todos os dados do/a pesquisador/a, da Universidade, da proposta de pesquisa e concede a carta com a liberação do judiciário.

Pudemos identificar um interesse dessa escola em proporcionar aos/as funcionários/as um aprofundamento nos temas abordados na pesquisa, mas não visualizamos uma demanda significativa de adesão aos projetos apresentados.

A unidade feminina tem uma estrutura física pequena, se comparada às unidades masculinas. Além dos dois prédios dormitórios já citados anteriormente, conta com uma escola estadual, uma quadra esportiva coberta, um prédio administrativo no qual ficam as salas da direção, atendimento médico, nutricional e psicológico, além da maternidade.

Na realidade é um quarto adaptado, onde a adolescente que tem o filho durante sua medida socioeducativa pode ficar com a criança e escolher uma outra adolescente para lhe fazer companhia, até a justiça decidir com quem da família da jovem ficará a guarda da criança.

Há ainda uma outra estrutura que é dividida em lavanderia, sala de cursos profissionais e de costura, refeitório e alojamento para as adolescentes transgeneras. Existe um pátio pequeno, mas bem organizado e arborizado onde as adolescentes podem ficar em alguns momentos de intervalos com as ações programadas para o dia.

A escola funciona em dois turnos: manhã e tarde, respectivamente. Quase todas as meninas participam das aulas, nas semanas que lá estivemos o quantitativo era de 48 alunas em um universo de 53. Essa escola abrange os dois segmentos do ensino fundamental, além do ensino médio, embora, segundo a fala dos/as professores/as, raríssimas são as adolescentes que adentram a unidade nessa última fase do ensino.

No período em que durou a pesquisa, o número de adolescentes girava em torno de 50 a 55 meninas. Esta imprecisão nos dados se dá devido ao constante movimento de saída e entrada, pois as apreensões e solturas das adolescentes acontecem quase que diariamente. Segundo a diretora, a capacidade da unidade é para 45 meninas.

Na unidade masculina, a capacidade de vagas que a estrutura oferece é para 120 adolescentes. Porém, nos meses em que permanecemos na unidade, a realidade era de aproximadamente 300 adolescentes. O que contabiliza mais de 150% de superlotação.

A estrutura da unidade é bem maior que a feminina, os dormitórios são divididos em três alas, nomeadas como A, B e C, além do prédio conhecido como “seguro”, onde os adolescentes ameaçados pelos demais, os feridos e os intitutados como gays ou trans ficavam isolados dos demais.

Existe uma escola estadual que atende aos adolescentes, mas a adesão dos mesmos é extremamente baixa. As vagas na escola não atendem a todos os adolescentes da unidade e muitos optam por não participar das aulas. No espaço há uma quadra coberta e dois campos de futebol onde acontecem os projetos esportivos.

Um teatro e uma horta também completam a estrutura, além do prédio administrativo que compreende a sala da direção, dos atendimentos médicos, da assistência social, o refeitório e os vestiários dos/as agentes. Cabe ressaltar que os dormitórios compreendem o segundo andar deste mesmo prédio.

Um pouco distante, mas ainda dentro dessa mesma unidade, fica o dormitório da ala D, que inicialmente foi criado para ser um prédio de atendimento para cursos técnicos a serem oferecidos aos adolescentes, porém sua finalidade foi alterada devido ao grande número de internos encaminhados para a unidade e a falta de espaço na mesma, assim, tornou-se um outro dormitório onde, segundo relatos dos agentes e dos psicólogos, são alocados os meninos de

menor idade que eles consideram frágeis e com alguma possibilidade de serem feridos pelos demais.

Em ambas as unidades observamos a superlotação, porém é bem menor essa realidade na unidade feminina e monstruosamente grande na masculina, o que nos coloca de frente a realidades muito díspares.

4.3 Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de funcionários/as das unidades de socioeducação, servidores/as públicos/as e prestadores/as de serviços terceirizados, que estavam envolvidos/as dentro da rotina dos/as adolescentes, sejam agentes educacionais, professores/as, psicólogos/as, direção, agentes de saúde, roupeiros/as, agentes socioeducativos e diretor/as escolar. Quanto aos/às adolescentes, infelizmente não nos foi concedido a tempo a autorização judicial para as entrevistas e interações, diante disso podemos contar apenas com a observação, pois não obtivemos respostas referente a nossa solicitação.

Ao todo participaram 25 sujeitos, sendo 11 da unidade feminina e 14 da masculina. Vale registrar que em ambas unidades tivemos algumas recusas em participar da pesquisa. Na feminina três agentes socioeducativos não quiseram ser entrevistados e na masculina dois agentes socioeducativos e uma psicóloga não aceitaram participar.

Abaixo, seguem tabelas com os seguintes dados: distribuição de acordo com gênero, função exercida na unidade, idade cronológica dos/as entrevistados/as e tempo de experiência na socioeducação.

Tabela 4: Sujeitos por gênero

SUJEITO	UNIDADE FEMININA	UNIDADE MASCULINA	TOTAL
HOMEM	1	8	9
MULHER	10	6	16
TOTAL	11	14	25

Podemos observar na tabela acima que na Unidade Feminina há uma predominância de profissionais do gênero feminino, o que, segundo as agentes socioeducativas entrevistadas, se dá pelo receio que os agentes socioeducativos homens possuem de serem acusados pelas adolescentes de alguma violência sexual, por exemplo. Infelizmente não pudemos investigar

esse fato, pois como já citado anteriormente, os agentes do gênero masculino da unidade visitada se negaram a participar da pesquisa.

Tabela 5: Sujeitos por função

FUNÇÃO	UNIDADE FEMININA	UNIDADE MASCULINA	TOTAL
Diretor da Unidade	1	1	2
Psicólogos	-	1	1
Assistente Social	-	1	1
Agente Socioeducativo	4	3	7
Roupeira	-	1	1
Terapeuta Educacional	-	1	1
Nutricionista	1	-	1
Enfermeiro	1	1	2
Diretor da escola	1	1	2
Professores	3	3	6
Pedagogos	-	1	2

Dentro da disposição de dias e horários em que estávamos presente nas unidades, a entrevista com agentes socioeducativos e professores/as foi mais acessível. E esses sujeitos acabaram por somar o maior número dos nossos entrevistados.

Tabela 6: Idade dos sujeitos

UNIDADE	18-25 anos	26-30 anos	31-35 anos	36-40 anos	41-45 anos	50-70 anos
Masculina	1	4	2	2	2	3
Feminina	-	1	3	2	3	2
TOTAL	1	5	5	4	5	5

Tabela 7: Experiência na socioeducação, em anos

UNIDADE	0-5 anos	6-10 anos	11-20 anos	21-30 anos
Masculina	3	5	5	1
Feminina	1	2	4	2
TOTAL	4	7	9	3

Observamos que a maioria dos entrevistados atuam na socioeducação há mais de dez anos, o que nos foi muito proveitoso, pois participaram do processo inicial da mudança de pedagogia do DEGASE, e por vários momentos trouxeram experiências de tempos anteriores ao da nossa pesquisa. Inclusive fizeram comparações das ações adotadas anteriormente com as ações atuais.

4.4 Materiais e processos para obtenção de dados

Realizar pesquisa dentro de unidades socioeducativas sempre é um processo muito delicado e demorado, envolvem autorizações e análises bem específicas sobre o que se pretende abordar, pois o receio inicial é de que apenas se exponham os problemas, dificuldades, negligências e violências, que são constrangedoras ao serem constatadas, e que por esse motivo muitas vezes são escamoteadas e mantidas dentro dos sigilos existentes nas unidades.

Quando abordamos gênero e sexualidades as barreiras se multiplicam, pois são temas taxados de polêmicos e nem todos/as se sentem à vontade para debatê-los, além de muitos sequer acreditarem que se trata de uma problemática, diminuindo a sua devida importância e alegando tantas outras necessidades latentes. Muitos/as se recusaram a participar ou simplesmente tentaram desqualificar a minha pesquisa, com as mais diversas justificativas, a saber:

- pelo fato de alegarem que os/as adolescentes não fazem sexo dentro das unidades masculinas;
- pelo fato de não acreditarem em arranjos que fujam do que impõe a cisheteronorma;
- por não acreditar que a sua função ali tivesse qualquer ligação com o tema;
- por não crer na possibilidade de mudança da realidade atual das unidades;
- por terem um preconceito dos/as pesquisadores/as, uma vez que estes/as, segundo alguns funcionários, só usavam suas pesquisas para criticar o trabalho feito ali.

Dentre os envolvidos nas pesquisas, os agentes socioeducativos foram os que mais demonstraram resistência em participar. Na unidade feminina, por exemplo, não conseguimos entrevistar nenhum homem que exercesse esta função: três se recusaram.

Com a carta de apresentação em mãos fui até as unidades que nos receberam de maneira bem distintas. Num primeiro momento fomos à unidade masculina. A recepção foi atribulada e por muito tempo aguardamos um atendimento. Os olhares curiosos sobre a nossa presença eram muitos. Após certo tempo o diretor nos atendeu, alegando que naquele dia ele não conseguiria falar com calma e que procuraria alguém que pudesse nos dar atenção, nos deixou então em uma sala com psicólogos que estavam fazendo os registros dos atendimentos aos alunos e ali

começamos nossa pesquisa. Sempre era complicado fazer as entrevistas nessa unidade, poucos efetivamente se dispunham a conversar conosco.

Já na unidade feminina a recepção foi um pouco melhor, a diretora nos atendeu no primeiro dia, mas não autorizou a entrada; explicou-nos que fazia uma organização devido ao tamanho da unidade que, por ser pequena, não comportava muita gente de fora, pois isso alterava a funcionalidade das tarefas diárias das adolescentes. Falou que havia duas pesquisas em andamento por lá, que quando findasse uma delas nos autorizaria a entrar. Fez muitas perguntas pessoais e sobre a pesquisa; as motivações para estarmos ali e nossa formação foram também pontos do questionamento. Deixamos nosso contato e após curto período houve um retorno.

Para a realização desta pesquisa foram realizadas aproximadamente doze visitas; os dados foram coletados em meio a diferentes momentos, desde um papo com um bom cafezinho bem tranquilo e acolhedor até a tensão de falar após presenciar uma tentativa de suicídio. Cada dia trazia um contexto diferente, tudo com possibilidade de alteração em segundos.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas em trabalho de campo. Longe de se caracterizar por uma conversa despreziosa, pelo contrário, trata-se de uma conversa a dois com propósitos muito bem definidos.

Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas, as questões foram formuladas de maneira que o sujeito pudesse discorrer e verbalizar sobre seus pensamentos, tendências e vivências sobre os temas abordados.

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. (BONI, 2005, p. 74).

Tendo em vista a descrição como modo de compreensão, nossa pesquisa valeu-se da observação principalmente influenciada pelas questões das sexualidades e corporeidade dos/as adolescentes a serem analisadas e investigadas. Além disso, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, o uso da observação permitiu nossa aproximação sensível aos fenômenos presentes na socioeducação.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, ligadas à experiência vivida na socioeducação que pudessem acrescentar dados aos objetivos da pesquisa. De acordo com Manzini (2004) a entrevista semiestruturada é aquela que possui um

roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa.

Através do roteiro apresentado a seguir, foram baseadas todas as entrevistas nas unidades masculinas e femininas sem qualquer diferenciação entre as perguntas.

Roteiro das entrevistas Semi-estruturadas

1. Idade, gênero, cargo dentro da socioeducação e tempo de trabalho no sistema socioeducativo.
2. Dentro das capacitações que você recebeu para atuar na socioeducação, algum deles abordou a temática sexualidades?
3. Você acredita que essa temática tem importância para seu desempenho profissional?
4. Como você descreveria homossexualidade?
5. Dentro da sua rotina profissional na socioeducação, você já teve ou tem conhecimento de relacionamentos entre os/as adolescentes? O que você acha disso?
6. As tensões vividas dentro das unidades estimulam algum tipo de manifestação corporal por parte desses/dessas adolescentes?
7. Existe alguma estratégia técnica ou pedagógica, para lidar com os extravasamentos corpóreos apresentados pelos internos/as?
8. Dentro da socioeducação como se dá a vivência dos indivíduos que fogem a regra heteronormativa?

Todas as entrevistas foram transcritas no diário de campo; a partir do roteiro, as anotações eram feitas simultaneamente, não houve o uso de gravador, como diz Braga, “há uma grande diferença na precisão dos dados colhidos com o gravador, principalmente no tocante à transcrição de expressões utilizadas pelo entrevistado” (2014, p.49), no entanto, em ambientes de privação de liberdade a conquista da confiança é essencial para se obter o acesso à verbalização de certos assuntos (principalmente os mais velados e abafados), creio que a presença de um gravador inibiria muitas falas as quais tivemos acesso.

Com a participação na rotina por um bom período de tempo, o/a pesquisador/a consegue se aproximar mais dos sujeitos, consegue perceber o que há para ser ouvido, visto e sentido. Segundo Valladares, “com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ela faça qualquer esforço para obtê-los.” (2007, p.154)

As coisas mais interessantes da pesquisa dificilmente foram relatadas nos momentos das entrevistas em si, porém foram colhidas nas falas ao pé do ouvido, pelos olhares, pelas expressões faciais e até mesmo pelos raros sorrisos.

Não obstante, o trabalho de observação exige do/a pesquisador/a uma autocrítica constante, para que não haja erros e nem desvios no processo de descrição, e sim reflexões ao longo do processo para que as experiências vividas tenham a maior clareza para a compreensão dos fenômenos estudados.

CAPÍTULO V

DESVELANDO CORPOS, AÇÕES E SENTIDOS

*O que será que será
 Que todos os avisos não vão evitar
 Porque todos os risos vão desafiar
 Porque todos os sinos irão repicar
 Porque todos os hinos irão consagrar
 E todos os meninos vão desembestar
 E todos os destinos irão se encontrar
 E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
 Olhando aquele inferno, vai abençoar
 O que não tem governo, nem nunca terá
 O que não tem vergonha, nem nunca terá
 O que não tem juízo*

Chico Buarque (1976)

Neste capítulo apresentaremos as observações e as entrevistas referentes ao período em que permanecemos nas unidades após 7 meses de imersão em dois espaços com características e performances bem diferenciadas, é o momento de desvelar as informações obtidas com os/as interlocutores/as dessa nossa vivência dentro dos muros da socioeducação.

Buscando atender as demandas de gênero no sistema socioeducativo, pesquisamos as incidências referentes às sexualidades, corporeidades e gênero em ambas unidades, com observação dos discursos e ações, o que para Schriewer (2009) dota a análise da condição de

transformar-se em argumento explanatório na medida em que ela consegue identificar por meio de reconstruções conceitualmente informadas, soluções de problemas historicamente realizados como realizações particulares daquilo, que nos diferentes cenários, ou configurações, socioculturais é estruturalmente possível. (SCHRIEWER, 2009, p.95)

Os fenômenos sociais são complexos; analisá-los é um desafio, pois há necessidade de buscar todas as suas esferas antes de pensar em produzir um resultado. A análise comparativa dos fenômenos apresentados será utilizada nesta fase para entendimento dos processos de mudanças dos/as adolescentes, das ações coletivas, dos movimentos sociais e das transformações estruturais nas relações intermediadas pelo espaço socioeducativo.

Há uma certa complexidade que envolve a definição de corporeidade, diversos enfoques contribuem para a construção de um olhar diferenciado para o corpo, as suas ações e seus sentidos. Iremos aportar neste estudo a percepção de Merleau-Ponty e a sua ideia de “corpo-próprio”, o corpo que não pode apropriar-se de si mesmo, mas se apropria do seu entorno, objetos, ideias, experiências, incorporando-os de forma intencional de projetar o mundo (FREITAS, 1999, p.68) trazendo, assim, possibilidades desse corpo ser e estar encontrando sua existência e vivenciando sua corporeidade em si.

Por acreditar que a existência é antes de tudo corporal e que esse corpo não é uma mera representação fisiológica, acompanharemos o viés antropológico de Le Breton, que é partidário da ideia de que o processo de constituição da emoção no corpo é um empreendimento tanto social quanto pessoal.

Assim, o modo como as emoções assaltam os indivíduos e como neles repercutem, tem raízes em normas coletivas implícitas, entretanto dependem das circunstâncias e singularidades de cada indivíduo. Portanto, é facultado a cada um o peso igual a relação indivíduo-sociedade. Sem aportar a esses sujeitos um papel de produtos apáticos da história, pelo contrário, são igualmente detentores de uma história na qual constroem a significação.

Le Breton, ao atribuir que: “(...) já não basta nascer ou crescer, é preciso constituir-se permanentemente, manter-se mobilizado, dar sentido à vida, fundamentar suas ações nos valores.” (2018, p.10). O autor aponta para o entendimento de que somos um corpo e não apenas temos um corpo, e essa compreensão de corporeidade que cada um constrói, representa uma atitude perante sua própria existência corporal.

Assim, é preciso olhar a realidade onde este/a adolescente está inserido/a, onde ele/a produz, se insere e convive. Segundo Gollner,

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as invenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... Enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. (GOELLNER, 2010, p.31)

Nesse sentido, as questões de gênero e sexualidades não podem ser simplesmente silenciadas, pois elas emergem a todo tempo, e quase sempre promovem desigualdades, violências e preconceitos. Em função disso entendemos que o espaço da socioeducação é potente para discussão dos referidos temas.

Na adolescência é comum a busca pela significação da existência, o que pode trazer situações de abandono da sua identidade pessoal como estratégia de satisfazer ao social, ou seja, refugiar-se no outro. Nossas sociedades por vezes promovem esse apagamento, essa ausência, essa normatização dos jovens, e isso não é diferente dentro das instituições.

Essas estratégias resultam na propagação dos corpos desejáveis e/ou corpos não desejáveis. Mas se os seres humanos são diferentes nas suas existências e subjetividades, como padronizar, classificar ou dividir toda essa diversidade frente às sexualidades possíveis? Como não fazer da diferenciação das sexualidades mais um fator de isolamento frente à privação de liberdade?

É nessa perspectiva que buscamos a compreensão de como as ações e os sentidos consequentemente se estruturaram nas problematizações frente às sexualidades dos/as adolescentes acautelados pelo Estado nas duas unidades que pesquisamos.

5.1 Unidade Masculina

Ao atravessarmos o portão da unidade pesquisada, a visão parece tranquila e acolhedora, há um longo caminho arborizado, um campo de futebol e logo se depara com a arquitetura grandiosa do prédio principal. Entretanto, tal visão já se faz por abater, antes mesmo de chegarmos à entrada principal, pois conseguimos, em nosso caminho, ouvir os gritos dos adolescentes que estavam no prédio, eles chamam, xingam e pedem coisas através das grades dos seus alojamentos. O que confesso não me trouxe a mesma sensação inicial.

Ao elevar a visão, conseguimos enxergar os adolescentes no segundo andar deste prédio, amontoados em janelas gradeadas e sempre tentando comunicação com quem aparecesse naquele caminho. Do lado de fora, próximo à porta de entrada, avistamos alguns agentes educadores, que nos cumprimentaram e questionaram nossa presença, nos identificamos e um deles foi até a administração, enquanto aguardávamos junto aos demais.

O que podemos observar nesta unidade masculina desde o início foi uma constância do clima de tensão, presente tanto entre os adolescentes como entre aqueles que trabalham no local, o que em um primeiro momento nos dificultou bastante o acesso. Quase todas as visitas foram demoradas no sentido de aguardar a autorização para entrar no espaço e para poder falar com alguém.

Nos primeiros dias as estratégias foram sutis, como, por exemplo, nos deixar aguardando por mais de cinquenta minutos para falar com alguém e após a espera comunicar que naquele dia ninguém falaria conosco. Em outro momento nos foi pedido uma apresentação da proposta da pesquisa para toda equipe em uma reunião, para que posteriormente iniciássemos as entrevistas, mas não forneceram data e nem dia possível para essa ação, posteriormente, quando agendada, a reunião foi cancelada.

Porém, creio que a insistência venceu a procrastinação dedicada ao nosso atendimento. Aos poucos alguns agentes socioeducativos já nos conheciam e trocavam ideias mesmo sem propriamente conceder uma entrevista. Diga-se a verdade, esta foi a equipe que mais relutou em falar conosco na pesquisa, usavam quase sempre a desculpa de estarem muito ocupados, o que realmente pude observar, pois o número de agentes socioeducativos é defasado frente ao número de adolescentes na unidade, o que redobra não só o trabalho mas a tensão.

A superlotação foi citada por praticamente todos os entrevistados desta unidade como um grande problema, que acaba por seccionar muitas ações socioeducativas, pois os relatos que recebemos, quase todos sinalizavam o receio de alguma ação dos adolescentes contra os agentes. Dados referentes ao número superior de adolescentes alocados na unidade, já mencionados aqui anteriormente confirmam essas falas.

Esse fator é extremamente importante, porque norteia muitas ações e comportamentos dentro da unidade masculina, como, por exemplo, o deslocamento desses meninos. Pude observar que há uma norma de conduta postural exigida deles ao se deslocarem, conduta essa que consiste em manter a cabeça baixa e as mãos para trás do corpo, como se estivessem algemados.

Cabe ressaltar que nesta unidade os meninos são tratados pelos funcionários por “números”, ou seja, adentra-se um portão e perde-se a identidade, sobre o contexto da grande rotatividade dos internos, a orientação é que sejam todos identificados pelos seus números de processo.

Dois ações que deixam explícitas atitudes de disciplinamento, podemos aqui lembrar a discussão de Foucault sobre o disciplinamento e controle dos corpos na obra *Vigiar e Punir*. Quando o autor postula que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode se transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1999, p.109), mostra-nos a base do poder disciplinador.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho, ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos, ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 1999, p.178)

Destarte, é preciso compreender os processos de punição que impregnam esses espaços, para assim compreender as problematizações que o corpo enfrenta nesse cotidiano. A diante, em um outro dia, podemos ainda constatar cena mais espantosa, os adolescentes encontravam-se sentados no chão, com as cabeças abaixadas e encaixadas entre as pernas, que se encontravam flexionadas. Nesta posição permaneciam, até que algum agente socioeducativo os chamasse para o caminho dos alojamentos.

Foucault (1999, p.117) lembra que é sempre do corpo que se trata, ou seja, do “corpo e de suas forças, da utilização e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão”. Uma particularidade a ser destacada no cenário que encontramos. Por mais de uma vez, ouvimos ordens dadas aos adolescentes, referentes a estas posturas.

“Olha pra baixo, tá olhando o que aqui? Não olha pra ela não hein. Vai, vai , vai logo! Aqui tem que ser assim, se der mole pra eles, vão pintar com nós, então é cabeça

baixa, porque aqui geral tem família e ninguém quer ser reconhecido lá fora. As mãos tem que ficar pra trás porque se der mole eles espetam alguma coisa em nós, esses garotos não são o que parece não dona.” (Agente socioeducador, Leandro)

Cabe ressaltar que essa fala se deu sem qualquer questionamento, o agente simplesmente tentou explicar o fato no instante em que nos deslocávamos para a sala da direção. Outro marcador padronizador que chamou a atenção foi o corte do cabelo; todos os meninos apresentavam cabelos bem curtos, estilo cortado à máquina. Esse fato eu questionei ao Leandro, nome fictício que daremos ao socioeducador em questão, perguntando o que acontecia se o interno quisesse manter os cabelos grandes.

“Aqui tem que cortar. Tem essa não. Só de um menino...quer dizer...menino menina né. Uma vez aí deixaram porque ele tinha um cabelão, muito grande mesmo, batendo lá no meio das costas. Aí acho que deu pena ... Ele era meio garotinha também e ficou separado, então deixaram o cabelão.”

O discurso machista e preconceituoso presente na fala já alardeou o que encontraríamos dali em diante. Em pouco tempo observamos o controle sobre os corpos, impedimento de socialização, hierarquias de poder altamente impositivas, perda de corporeidade e posturas não positivas enquanto socioeducacionais.

Somente na terceira tentativa de prosseguir com a pesquisa, finalmente consegui alguém disposto a interagir, foram iniciadas então minhas entrevistas. Minha direção inicial consistia em me apresentar, perguntar nome e cargo, idade e tempo de serviço na socioeducação, além da formação profissional, explicava a pesquisa e comunicava que não haveria identificação.

Uma assistente social, que vamos aqui nomear de Juliana, iniciou a conversa explicando todo procedimento de atendimento por qual os jovens passam no início da internação; a fala de Juliana, antes de qualquer pergunta minha, afirma que “quase sempre esse menor é negro e advindo de comunidades carentes e tanto eles quanto suas famílias não tem conhecimento jurídico nenhum do que pode ou não ser feito após seu aprisionamento.”

Essa fala nos remete às afirmações de Davis, quanto aos processos de encarceramento, quando ela diz que “o encarceramento está associado à racialização daqueles que tem mais probabilidades de ser punido” (2019, p. 121). Esses adolescentes, em sua grande maioria, emergem de comunidades pobres, sem saneamento básico, péssimas condições de recursos humanos e econômicos.

Um amplo estudo acerca de adolescentes em privação de liberdade no Rio de Janeiro, foi realizada entre 2016 e 2018, a pedido da própria gestão do DEGASE, objetivando conhecer as demandas e lacunas existentes no sistema, contou com a participação de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), composta por uma equipe multidisciplinar e intitulada

“Trajetórias de Vida de Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro” (JULIÃO; MENDES, 2019).

Nesta pesquisa, dados comprovam que esses adolescentes em sua maioria, estão em uma composição familiar marcada pela violência estrutural e com ausência de amparo social, refletindo assim a lacuna de políticas públicas aplicada a essa população. Os adolescentes vivem em regiões precárias, fortemente marcada pela ação do tráfico de drogas e pela criminalidade (ZAPPE; DIAS, 2012, p.392).

Os dados que trazem nessa pesquisa os perfis dos adolescentes, revelam que a grande maioria dos internos é composta por meninos e meninas vindos/as das camadas sociais mais pobres, e possuem idades entre 16 e 18 anos (81,1%), mais de 70% são negros – 76,2% afirmaram ser pardos ou pretos, e em grande número interromperam os estudos entre o primeiro e segundo seguimento do ensino fundamental (JULIÃO; MENDES, 2019, p. 21-22).

Esses dados apontam que as questões de violência perpassam os corpos e as vidas desses meninos bem antes da socioeducação. A precarização das relações, os espaços discriminados, a pobreza, toda desordem no meio social em que estão inseridos, reforçam os efeitos produtivos da violência nas subjetividades desses adolescentes.

Juliana tem 36 anos, é formada em Assistência Social e possui pós-graduação na área de Gestão Pública, ela coloca que é bem tenso o trabalho desenvolvido na unidade, desgastante por envolver além do lado profissional o pessoal também. Ela está há 3 anos na socioeducação; sempre trabalhou nesta unidade e relata não ter passado por nenhuma capacitação sobre sexualidades, embora já tenha sido oferecido.

Quando questionada sobre o que era homossexualidade, sua fala foi bem enfática, diz ela:

“Homossexuais são as pessoas que se interessam por pessoas do mesmo sexo que elas. Mas se você veio pesquisar isso aqui dentro, vai conseguir muita coisa não, eles não gostam de gays aqui. Como quase sempre eu sou a primeira pessoa a entrar em contato com o adolescente na chegada a unidade, procuro logo observar se o menino tem “trejeitos e aspectos femininos”, pois, se isso for muito explícito, ele deve ser encaminhado direto para protetiva, o prédio que aqui dentro é conhecido como “seguro”. É isso, ou ele vai apanhar e até morrer se deixarmos juntos dos outros.” (Assistente Social, Juliana)

Em consonância, Marilena Chauí (2008, p. 63) afirma que o primeiro mecanismo de perpetuação da violência é o de exclusão. A violência que já é percebida a tanto tempo na vida desses jovens, se torna ainda mais opressiva dentro do sistema socioeducativo.

No prédio denominado “seguro” ficam os adolescentes que estão machucados e precisam de repouso para recuperação, os meninos chamados de X9, aqueles que entregaram alguém do movimento do tráfico, os estupradores e os homossexuais ou transgêneros. Pois o

coletivo não tolera esses adolescentes e os sentenciam à morte, o que justificava para o sistema a necessidade de isolá-los dos demais.

Diante do exposto por Juliana, questioneei-a sobre a importância de se debater sexualidades na socioeducação e nas possibilidades de se fazer debates e ações voltadas para uma capacitação dos/as funcionários/as, para que os mesmos/as produzam estratégias melhores no enfrentamento dos preconceitos enraizados nos meninos.

“Eu penso que é muito importante, porque por vezes temos pessoas aqui, muito mais cabeça fechada pra essas coisas do que os próprios internos. A pouco tempo tivemos um menino trans, ele ficava totalmente separado dos demais, só que quando eu ia atender ele, sua fala era de preconceito por parte dos agentes, e isso assustava muito ele, pois aqui dentro os agentes são como polícia, impõe seu respeito por meio do medo. Não adianta querer só trabalhar a cabeça dos meninos, tem que ser uma coisa de cima, pois tem muito marmanjo preconceituosos aqui, que só aumenta esses casos de preconceito.” (Assistente Social, Juliana)

Sobre o conhecimento de casos de relacionamentos entre os internos, Juliana disse não ter informações, segundo ela essa separação forçada daqueles que fogem do padrão da heteronormatividade torna-se um impedimento para essa prática. Ela reconhece, porém, que há relações sexuais entre eles, mas que não tem qualquer traço de relacionamento, é uma válvula de escape para os desejos, e que tudo fica escondido entre os envolvidos e ninguém mais.

É importante destacar que o fato de haver práticas sexuais entre os adolescentes, não significa que se possa supor que eles são homossexuais ou se identifiquem como tal. Dentro de toda essa conjuntura ainda se faz extremamente importante identificar quais práticas são do campo do prazer e quando são do campo da violência.

Além da separação baseada nas sexualidades, as facções criminosas são outro ponto norteador da divisão desses jovens, ou seja, isso se dá de forma natural, e a partir daí, configura-se mais um fator de controle e limitação do uso dos espaços.

A lógica das facções que atuam no tráfico de drogas na sociedade se mantém dentro dos muros, as divisões dos alojamentos inclusive segue a divisão de facções, adolescentes são alojados nos espaços destinados à facção a qual pertencem, os que não tem facção ou decidem por uma são alocados no D, que é uma alojamento mais distante do prédio principal.

Com essa separação institucionalizada, o conflito passa a ser regra, um modelo de comportamento esperado, o que difere dos conceitos socioeducativos, que organizam esses espaços como ressocializadores e tem por objetivo a mudança de maus hábitos adquiridos e praticados por esses jovens antes da sua estadia nas unidades de privação de liberdade.

Há de se observar que essas divisões influenciam e muito no cotidiano, inclusive no escolar. A diretora Sandra relata que “não existe a possibilidade de adolescentes de facções diferentes frequentarem a mesma sala de aula, pois eles brigam e pode gerar até uma morte.”

O professor de Educação Física, Paulo, diz que a única coisa que se faz na unidade com esses meninos de facções diferentes participando juntos é o futebol. Segundo ele, “no jogo não tem confusão, porque deixa bem claro que se houver brigas não terá mais jogo, e assim os meninos se controlam.”

Um fato que o mesmo professor nos passa de maneira visualmente chateado, é a proibição das aulas práticas de Educação Física nesta unidade, pois o Estado passou a exigir que os alunos tenham um atestado médico comprovando suas condições físicas para prática de exercícios, o que a administração alega ser impossível de conseguir para todos ali.

“Assim tudo fica mais difícil, menos atrativo. Sei da potência que o esporte pode representar na vida desses meninos. Pra você ver, eles não convivem em nenhum espaço juntos, no futebol isso acontecia, era um mecanismo que a gente tinha de começar um diálogo frente a essas regras que eles trazem lá de fora e que só atrasa a vida deles. Agora colocá-los numa sala de aula, sentados, vendo vídeo ou falando e falando, ou seja, mantendo o corpo deles ainda mais parado, porque se é uma coisa que aqui não tem, é espaço. Esses garotos dormem dois, três na mesma cama, andam em filas de cabeça baixa e mão pra trás, chega uma hora que explode!” (Professor de Educação Física, Paulo)

A angústia apresentada pelo professor Paulo através de sua fala é sentida e expressada por outros/as funcionários/as que nos relataram que uma das sensações mais difíceis ali vivenciadas, por muitas vezes, é a sensação de impotência. Freire (2016) bem coloca que homens reduzidos ao puro fazer, são impedidos de contribuir para a transformação das estruturas a serem transformadas.

Outro desabafo do professor foi referente ao tratamento reservado aos adolescentes por parte dos agentes socioeducativos, pois a tensão já está posta quando eles optam por se fazer respeitado através da violência e do medo. Ele cita que os agentes são responsáveis por levar os meninos do alojamento até as salas de aula, e que permanecem aguardando para retornar com os mesmos ao fim da aula.

“Então, as aulas levam cerca de 2h, dentro da sala de aula os agentes não entram, eles ficam na porta do lado de fora, a não ser que a gente chame. Aqui dentro é só nós e eles. Como os meninos não podem andar só pelo espaço, e só um agente faz o deslocamento de cerca de 8 a 10 meninos, eles simplesmente não podem ir ao banheiro durante a aula, pois não tem como o agente levar um ao banheiro e deixar os demais sem acompanhamento. Já teve caso na minha aula de aluno se urinar nas calças, isso me deu um nó na garganta, humilhou o garoto e ele nunca mais voltou pra escola. O que a gente vê aqui, não é um processo de melhoramento, é uma perpetuação de sofrimento da maioria deles. Vê se pode, os gays, não vem pra escola, não porque não querem, mas porque tem medo de morrer, igual lá fora, perpetua o medo de quem é diferente em morrer. Vira um lugar de acumular pessoas, de roubar a adolescência de muitos e destruir sonhos. Não só o sonho deles, de muitos que querem auxiliar no que realmente deveria ser socioeducação.” (Professor de Educação Física, Paulo)

Esta fala foi uma das mais impactantes para mim. Suprimir necessidades fisiológicas, literalmente não consta nas expectativas de socioeducação. A dominação dos corpos e a docilidade acrítica podem ser resquícios da época em que os adolescentes não tinham seus

direitos muito bem esclarecidos, o que demonstra uma necessidade de comprometimento de alguns profissionais para além da manutenção da ordem e da tranquilidade institucional.

Na observação do cotidiano podemos analisar que em conjunto com os dados coletados nessa unidade, o que caracteriza as percepções dos sujeitos sobre o conceito de corpo, está atrelado com um disciplinamento corporal, que podemos observar em determinadas ações/técnicas:

- Controle de tempo para ir ao banheiro;
- Obrigatoriedade de uniforme;
- Corte obrigatório e igual dos cabelos;
- Deslocamento de forma enfileirada e com limitação da visão;
- Identificação por número e não nominal;

Esses dispositivos de controles são tão fortes e aplicados com rigidez pelo sistema socioeducativo que reafirmam a histórica relação do ser humano com o controle do corpo, incrementado também pelas tradições culturais que deixam os agentes extremamente à vontade neles.

Se a padronização e normalização das condutas se fortalecem na esfera das relações de poder no mesmo bojo em que se estabelece superioridade e inferioridade, mostra-nos uma forma de poder que tem no corpo uma possibilidade de adestramento que restringirá a autonomia do próprio sujeito sobre o seu próprio corpo. Foucault (2014, p. 109) explica que uma das funções do disciplinamento é produzir hierarquias no corpo social.

As práticas de interação entre corpo e espaço são extremamente significativas para decodificação das construções de identidade. Nesse sentido, quando pensamos em ensaiar a possibilidade de compreender a corporeidade desses jovens, não há como deixar de problematizar essas ações e interseções.

“As regras do tráfico os mantêm ligados das mais diversas formas à facção mesmo durante o cumprimento das medidas socioeducativas, pois têm um peso e um rigor muito maior para eles do que a disciplina imposta pela unidade” (LEMOS, 2017, p. 71). A fala de Lucimar, uma funcionária da rouparia, comprova que a influência do tráfico é forte o bastante para definir comportamentos dentro das unidades: “Aqui dentro tem mais gente olhando eles que na rua, não dá pra bobear, um sabe da vida do outro e bate tudo lá fora e vice-versa.”

Essa mesma funcionária diz que as ordens para punições também vêm de fora, são passadas de um para o outro, seja nas visitas ou na entrada de alguém que estava do lado de

fora. Algumas vêm da “de maior”, como eles nomeiam o sistema prisional. E muitas regras impostas ali copiam o modelo que é instituído no sistema prisional, tais como:

- ameaçar ou efetivar a ameaça de morte aos estupradores;
- não permanecer sem camisa nos horários de visitas em respeito às mães e mulheres dos demais;
- ter locais e horários certos para prática da masturbação;
- não se misturarem com adolescentes de facção inimiga.

O sistema, ao mesmo tempo que atua no combate ao tráfico, sucumbe a determinadas normas impostas por ele, para tentar gerir os possíveis conflitos do cotidiano da internação, tentando garantir a maior segurança aos adolescentes no ambiente socioeducativo.

Em sua entrevista, a assistente social Juliana já havia informado que um dos procedimentos de atendimento inicial na unidade é o levantamento junto ao adolescente sobre o pertencimento ou não de alguma facção criminosa e sobre a sua sexualidade, pois dentro da concepção do sistema essa separação precisa ser feita o quanto antes, para que não haja atritos ou mortes nos alojamentos.

Dentre essas separações originadas já no início da internação, constam os adolescentes que são muito novos, os que estão envolvidos em casos de estupros, os que são denominados X9 (entregaram alguém da facção), os gays ou trans. As dinâmicas institucionais são alteradas, sob o discurso de manter a integridade e segurança desses meninos.

Segundo os relatos dos/as agentes socioeducativos/as, as medidas institucionais adotadas permitem que o interno escolha a ala onde vão permanecer de acordo com as facções das quais fazem parte. Os relatos demonstram que os adolescentes estão divididos em duas grandes facções. Para João, agente socioeducativo de 45 anos de idade, que trabalha há 10 anos nessa unidade,

“Esse negócio de dividir do jeito que eles querem aqui dentro, já mostra que o Estado não tem domínio, e se o Estado não tem domínio, a gente não pode fazer nada. Onde já se viu, o cara tá no erro, chega aqui ainda dita ordem. Como pode querer matar alguém porque é gay, viado, trans, seja lá o que for, o que que ele tem com isso? Aí o cara tá lá de boa, os menino gay aqui, são de boa, um ou outro vacila, aí não pode estudar, não pode sair do alojamento, não pode comer com os outros, não tem cabimento, todo mundo tá errado aqui.” (Agente socioeducativo, João)

Esse ambiente propicia relações moldadas em negociações, onde a moeda de troca é o comportamento, ou seja, aqueles que se aproximam da docilidade esperada pela instituição e imputada pelas normas, recebem os benefícios de ir para escola, de ganharem um lanche a mais ou de serem escolhidos para participarem de algum projeto.

Bárbara, uma das professoras que entrevistamos, disse: “Não temos muitos problemas na escola, porque quem escolhe quem vem pra cá, são os agentes, e em geral aqueles que gostam de tumulto não são escolhidos.” Essa fala reforça uma das situações vivenciadas em um dos dias de visita, quando passamos por um corredor da unidade, onde era possível visualizar as janelas de alguns alojamentos, muitos meninos gritavam: “Professora, professora pede pra me chamar, sou o xxxxxx”, e assim gritavam seus números, para que a professora pedisse a um agente a inclusão na lista de alunos.

Ao indagar Bárbara sobre as questões de exclusão dos que fogem da heteronormatividade, a fala da professora foi complacente com a estratégia da unidade, alegou que era uma questão muito delicada e que as questões de aceitação ou não eram problemas da sociedade como um todo, não seria ali, naquele “caldeirão”, que alguém ia conseguir desconstruir algo desses meninos.

“É extremamente delicado esse assunto, o melhor para todos aqui é que eles fiquem mesmo separados, pois iam morrer se não ficassem. Eles pedem as vezes pra ir pra unidade feminina, isso agora é mais comum, alguns conseguem, mas tem outros que não querem ir. Eles fazem sexo entre eles, tudo na surdina, mas trejeito de mulher, cabelo grande, desmunhecar, isso eles não aceitam não.” (Professora, Bárbara)

Existem concepções estruturais em torno das quais a sociedade humana se baseia para moldar seus detalhes de definição quanto aos significados de ser homem e de ser mulher. Essas estruturas quase sempre são patriarcais e machistas, todas as qualidades, o status e as designações de poder, pré-definidas e impostas nas relações destes com o mundo, favorecem ao homem.

Connell (2016) diz que a maior parte das ordens de gênero, contudo, é patriarcal, ou seja, constrói privilégios para os homens e subordinação para as mulheres. É explícita dentro desta unidade a aversão a qualquer fato instituído socialmente como feminino, seja o fato de ter cabelos grandes ou um amansar da voz. Entre eles não se pode demonstrar nenhuma atitude ou ação designada ao que se institui feminino.

Quando se opera em uma série de representações cisheteronormativas, e as estabelece como a naturalidade, atualiza-se a ideia de que existe uma espécie de essência de determinação dos grupos. Quase sempre essências são combinadas com julgamento, que por sua vez será gerador de preconceitos. O que faz com que estas ideias e concepções gerem um código de conduta interno, capaz de atuar sobre o corpo, as sexualidades e gênero, que são extraídas de um grupo específico, são generalizadas para toda a unidade e tomados, o que é pior, como verdade imutáveis.

As relações sexuais na unidade masculina provocam as mais diferentes reações possíveis. Por se tratar de um assunto delicado, são poucos os que falam, mesmo assim uns afirmam que não existe e outros confirmam que existem relações sexuais. Alguns dos entrevistados citam que existem duas situações, a de consentimento e a de estupro, um dos agentes socioeducativos, Leandro, relata que:

“Quando é consentido, fazemos vista grossa, até porque o menino que se deixou introduzir pode sofrer graves atos de violência por parte dos demais. Já no estupro devemos conduzir o menor que foi violentado para delegacia onde ele vai prestar queixa e fazer o exame de corpo e delito, e se for necessário, testemunhar no processo.” (Agente Socioeducativo, Leandro)

Os internos que não se afirmam homossexuais, mas praticam relações sexuais com outros internos na clandestinidade não se sentem afetados em suas masculinidades, de acordo com o que diz Miguel, um enfermeiro da unidade

“As vezes o corpo tem necessidades, aí o menino precisa resolver. E de qualquer forma aquele que não é penetrado não faz papel de bicha, de mulherzinha, tá só se resolvendo. Tem quem faz essas coisas quando tá precisando de algo aqui também, um sabonete, uma proteção pra alguma confusão que arrumou Tem os meninos que põe e deixa botar, mas aí tem que fechar com o outro que vai ficar só entre os dois, pra não dá ruim depois entende.” (Enfermeiro, Miguel)

O discurso de dominação masculina hegemônica na unidade favorece o silêncio, o constrangimento e o sofrimento dos adolescentes, principalmente daqueles vistos como desviantes, pois fogem da normatização estipulada, tendo pleno conhecimento das medidas adotadas para com aqueles que fogem da regra.

Segundo Silva Junior,

Conforme já mencionado, no universo da violência e da criminalidade, qualquer desvio do que seja considerada a masculinidade hegemônica já é o suficiente para colocar a heterossexualidade e, mais que isso, a virilidade em xeque. E essa possibilidade é tão ou mais recriminada quanto um crime hediondo. (SILVA JUNIOR, 2019, p. 165)

A concepção de homossexual atrelada ao papel da passividade ou atividade da relação sexual é “[...] uma hierarquia nas convenções sociais no que tange à sexualidade masculina, ou seja, no ideário social do ato sexual aquele que penetra é de certa forma 'mais forte e mais macho' do que aquele que foi penetrado” (PEREIRA, 2016, p. 10), está implícita nas relações clandestinas, pois o menino que atua como “ativo” não diferencia seu ato sexual ali com o que faz fora da unidade com as meninas, já o adolescente que faz o papel de “passivo” é o que vai ser humilhado e julgado, caso o ato venha a tornar-se público.

Após essa fala, questionei Miguel sobre o que ele pensava desses atos e o que ele, enquanto enfermeiro, podia ou não auxiliar os meninos. Após um leve sorriso, a resposta foi:

“Quem dá o que é seu não deve nada a ninguém! Eu tento conversar, porque quase sempre os que tem a relação sexual se sentem oprimidos, com vergonha, me pedem segredo e tal. Vejo que alguns meninos por vezes desenvolvem sentimentos pelos

parceiros, mas devido a toda esfera agressiva quanto a este assunto, preferem se manter calados, pois a violência é maior do que o sentimento deles. Alguns conseguem levar na clandestinidade, já vi meninos dormirem juntos, agarradinhos, com espaço no alojamento e ninguém interferiu, outros se organizam com encontros as escondidas, eles dão o jeito deles, mas vivem com medo e infelizes.” (Enfermeiro, Miguel)

Castro (2018) postula que as masculinidades tóxicas são constituídas com base no machismo e que o machismo, na maior parte das vezes, favorece o homem, mas também pode causar uma série de prejuízos a eles. Neste contexto podemos sentir a angústia desses meninos ao falarem das relações sexuais; alguns simplesmente negam, dizem que não acontece isso lá dentro, que é proibido.

Alguns funcionários também seguem a linha da negação: dois professores e um agente responderam na pesquisa que não há relação sexual dentro da unidade. Um dos agentes afirma que “o Estado não possui controle sobre questões básicas da vida desses adolescentes, quanto mais da vida sexual deles.” (João, Agente Socioeducativo). Uma fala que demonstra a subordinação de necessidades, como se as sexualidades não estivessem dentro das questões básicas da vida do ser humano.

Vale lembrar que o “não dito”, os silêncios e lacunas não preenchidas guardam em si, tantas ou mais informações e respostas para se conhecer, quanto aquilo que foi dito, com um saber produzido e reconhecido previamente, sendo assim legitimado.

Ronaldo é psicólogo e estava há 6 meses na unidade no período em que foi entrevistado, relatou sua decepção quanto ao trabalho desenvolvido, disse que imaginava sua atuação com sessões de atendimento aos meninos, porém diz que a quantidade de relatório que precisa fazer o impede de agir como queria. Falando sobre o seu primeiro dia de trabalho na socioeducação, a vontade que lhe veio foi a de desistir com tudo o que viu.

Após a minha explicação sobre a pesquisa, ele perguntou se eu já tinha ido aos alojamentos. A resposta foi negativa, pois de fato esse era um local de difícil acesso; então, ele perguntou se eu queria ir, prontamente aceitei. Sem dúvida foi um dos dias mais marcantes para mim no campo de pesquisa, foi impactante, a garganta secou e o coração disparou, as lágrimas estiveram muito perto de descer pelos olhos.

Adentramos um corredor longo, com sete alojamentos, onde havia em cada alojamento quatro camas de cimento, chamadas por eles de comarca. O local era sombrio, não tinha muita iluminação e nem ventilação, o corredor entre os compartimentos era estreito e visualmente sujo. O odor que exalava era tão forte que consigo sentir novamente só de imaginar aquele dia, foi triste e atordoante ver cerca de dez a doze meninos dividirem aquele espaço. Assim que

saímos Roberto me olhou e disse “foi por isso que fiquei sem dormir três noites quando vim para cá.”

Tempos depois pude encontrar novamente o Roberto e dizer a ele que também perdi minha noite de sono naquele dia.

O psicólogo relata ainda na entrevista que a grande maioria dos meninos pede medicação para dormir, alegam que não conseguem ou que não querem ver as coisas que ocorrem de noite nos alojamentos. Vale lembrar que durante à noite os agentes ficam no andar de baixo e os adolescentes trancados nos seus alojamentos no andar de cima.

Roberto é um dos poucos entrevistados que fala das sexualidades e corporeidades dos adolescentes sem grandes rodeios, comenta que a superlotação acaba por condicionar um relacionamento mais próximo dos meninos, visto que eles dormem muito próximos um dos outros, chegando em alguns casos, ao ponto de um trio dividir uma única cama. Ele acredita que esse fator favorece as relações sexuais, inclusive de meninos que não são homossexuais.

Diz também que o fato de haver relação sexual ali dentro não faz do menino um homossexual, que a situação ou condição pode gerar a relação, mas que o preconceito homofóbico, tanto por parte dos internos quanto por parte dos agentes, transforma estas questões de sexualidades em tabus desnecessários.

“Eles não têm liberdade pra nada aqui, são enclausurados como bichos e acabem por agir como bichos muitas vezes, tornam-se arredios, difíceis de dialogar, querem fugir a todo tempo da realidade. Sem contar o pessoal que passa pela abstinência de drogas. Como você quer saber de corporeidade e sexualidades, em poucas visitas já deve ter visto que esses temas fogem do conhecimento e da vontade de aprender de muita gente que já entrevistou, não é? Então, os que assumem logo de cara suas sexualidades diferenciadas da hetero, já fica alocado em outro espaço, porém isso acontece mais com quem é trans, pois todo exterior e as ações são do universo feminino, digamos assim, já aqueles que apenas são gays, mas sem o estereótipo feminino, ficam coagidos aqui dentro. A organização frente aos trans tem sido muito pelo viés de alocá-los lá no feminino, já tivemos algumas situações em que foi autorizado, creio que lá seja bem melhor para elas.” (Psicólogo, Roberto)

O que encontramos nas unidades masculinas é a política de não admissão das relações sexuais, e, quiçá, um relacionamento homoafetivo. Isso demonstra uma alta conflitualidade, pois sabe-se que os atos sexuais existem, porém essas relações são mantidas escondidas e negadas, carregam consigo votos de silêncio entre pares, sejam elas frutos de uma concessão ou de um ato de violência.

Segundo Louro (2013) a sexualidade não é uma produção individual, mas um processo político e social em que os sujeitos constroem seus discursos na relação. Esse processo se dá continuamente, sendo marcado pelas experiências e vivências, porém por vezes engessados nas relações de saber/poder que reverberam representações dominantes de sexo-gênero-sexualidades cisheteronormativa.

Com exceção de Roberto, todos os demais entrevistados alegaram que as questões de sexualidades deveriam ser tratadas na socioeducação somente no âmbito da saúde; que é inviável dar conta das funções que são assoberbadas por conta da superlotação e ainda ter que cuidar disso. O tema é um tabu, e muitos se dizem despreparados para trabalharem com essa problemática. Conforme Butler (2018) analisa, não há o reconhecimento do outro na norma, a diferença é vista como uma ameaça que precisa ser aniquilada. Com isso, o que temos é um silenciamento referente ao tema.

Na escola, ao questionarmos sobre os projetos envolvendo sexualidades, gênero ou corporeidades, a resposta foi de que esses temas eram abordados nas aulas de biologia, quando o professor explicava sobre reprodução humana, apenas.

Podemos observar então, que não havia nenhum projeto que tivesse envolvido os temas perguntados. A pedagoga Márcia diz que “é um terreno muito complicado, como aqui eles não são frequentes nas aulas, não conseguiríamos desdobrar o tema e poderia soar como uma informação errada para eles.”

O que a pedagoga e alguns professores relataram era uma suposta preocupação com a exposição de algum adolescente ao abordarem sexualidades, e um possível desdobramento da aula que pudesse gerar alguma retaliação aos envolvidos. Mais de um professor relatou que quando tentou falar, incluir em suas aulas os temas da pesquisa, os internos logo desdenharam e um professor, em particular, teve sua sexualidade questionada.

Importante frisar que os temas de gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia estão contidos na base nacional comum curricular, que compõe as diretrizes escolares apontadas pelo PNE (Plano Nacional de Educação) da educação básica nacional. Porém a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é o documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras, não contempla esses temas.

Compreendemos assim, que não deveria haver ensejo que justificasse essa fuga das temáticas, frente a uma necessidade tão latente nas comunidades escolares como um todo. Entretanto, a política atual vem suprimindo essas questões tão importantes ao taxá-las como uma ideologia, o que reflete na ausência dos temas descritos em um documento norteador das escolas brasileiras.

O conhecimento pode abrir portas para novas considerações, experimentações e narrativas, proporcionando aos adolescentes um momento diferenciado de análise das estruturas impostas pelo poder. E é esse viés que toda escola deve propagar: não se tornar mais um elemento regulatório, reprodutor de normas políticas e sociais.

Ainda na escola, foi possível entrevistar mais um professor. Falamos com Tadeu, professor de Educação Física, que trabalha há quatro anos nesta unidade. O professor afirmou que é bem complicado trabalhar as questões de sexualidades e corporeidades por conta das regras existentes na unidade; ele me contou que o máximo que consegue trabalhar é a questão da violência contra a mulher, porque coloca sempre como exemplo a mãe ou irmã do interno. Fala que sobre o trabalho físico em si, que ele acredita auxiliar bastante na corporeidade, mas que tem conhecimento que não é só isso, como citado anteriormente, a unidade está inviabilizada de proporcionar atividades práticas, pois por lei exercícios físicos só podem acontecer para os alunos que possuem atestado médico, e os internos não tem.

“Enquanto educador, compreendo a potencialidade da Educação Física nesse processo de organização e luta contra homofobia, porém as limitações que temos aqui dentro são multiplicadas se comparadas as escolas lá fora. Eles já veem com suas próprias regras e mudar isso não é um trabalho de formiguinha, tem que ser um coletivo, senão perde-se o trabalho. Na Educação Física essas questões de machismo e preconceito eclodem, é o momento perfeito para se desdobrar essas questões e ao menos oferecer possibilidade de debate. Só que quando o próprio sistema acata as regras da rua, fica muito difícil mudar as coisas. A gente vai tentando, mas a escola aqui na realidade pouco acrescenta na vida desses garotos, assim como anteriormente já não acrescentavam, essa é a verdade”. (Professor de Educação Física, Tadeu)

Entende-se, assim, que o modelo escolar acomoda a hierarquização das relações, inclusive ao acomodar gênero e sexualidades única e exclusivamente como conhecimento biológico, assim como corporeidade fixada à prática de atividades físicas. Sabemos que os entraves políticos, de gestão e principalmente a tensão da superlotação, são fatores bem difíceis no proceder de uma política de debate e discussão de gênero e sexualidades nessa unidade, porém a corporeidade escancara toda necessidade urgente de que se viabilize algum trabalho nesta área.

A socioeducação precisa estar comprometida com a mudança social, buscando mudar estruturas hierárquicas que mantêm determinadas populações em condições de subalternidade e opressão. Pois estas relações de poder incidem sobre as experiências corporais, a identidade e transformações desses adolescentes acautelados.

5.2 Unidade Feminina

Embora a estrutura da parte externa seja muito próxima das demais, esta unidade é bem pequena comparada as outras, tem uma aparência das áreas coletivas, mais limpa e organizada também. O local possui espaços arborizados que dão acesso às subdivisões e é comum encontrar adolescentes desfrutando desse espaço.

O primeiro dia em que adentramos a unidade, fomos recebidas por uma agente na portaria, que pediu a nossa identificação e a carta de apresentação, após conferência nos levou

a um espaço logo na entrada da unidade e pediu que esperássemos, levando a carta para o interior da unidade. Em pouco mais de dez minutos a diretora da unidade se apresentou, disse estar bem atarefada naquele dia, mas que já iria nos atender, perguntando se queríamos esperar ou se podíamos voltar um outro dia. Ficamos.

Não demorou muito e Vanessa (nome fictício dado à diretora) retornou, fez algumas perguntas sobre a pesquisa e relatou que a unidade era pequena, naquele momento ela já tinha duas pesquisadoras atuando lá, e que por questão de organização ela delimitou que mais de duas pesquisas não podem acontecer ao mesmo tempo, pois desestrutura a rotina.

Pedi nosso contato telefônico, nos passou o contato dela e disse que em uma semana provavelmente teria uma resposta referente de quando poderíamos iniciar. No primeiro contato se demonstrou acessível e simpática à ideia da pesquisa.

Passaram-se dois dias e a diretora ligou, marcando já para outra semana nossa visita ao campo, Vanessa manteve contato conosco do início ao fim da pesquisa, explicou que seu contato privado podia ser usado em qualquer necessidade que pudéssemos vir a ter. Nesse dia adentramos de fato a unidade, ela pessoalmente nos mostrou todo o espaço, falou sobre a dinâmica do dia a dia, da relação de proximidade que ela tinha com as meninas, e mostrava saber o nome de todas elas; isso não nos pareceu inverdade, visto que a todo tempo as meninas a procuravam para conversar.

Tivemos uma longa conversa, ela quis saber do projeto de pesquisa, de onde éramos e porque escolhemos estar ali, na realidade este encontro foi uma entrevista dela conosco. Após explicarmos nossos objetivos, ela colocou que achava importante estas pesquisas, que ela inclusive é pesquisadora da área, mas abrangendo as questões de direito; pediu para que fizéssemos um cronograma das visitas, colocando para nós os dias e horários mais complicados de estarmos na unidade, principalmente os dias em que os juízes estavam por lá, pois ela teria que ficar em reunião constante com eles.

Vanessa nos acompanhou em todos os dias, inclusive escolhendo quem nós poderíamos entrevistar, fato que chamou a atenção, pois não tivemos liberdade de escolha nesse quesito. Ela mesmo chamava o funcionário, apresentava e depois nos deixava à vontade. Em um dos dias, ao pedirmos para falar com os agentes socioeducativos, deu uma ordem indireta para a chefe dos agentes, “elas só entrevistam quem é funcionário, ok. Não quero terceirizado falando, podem dizer qualquer besteira por não ter ligação com a instituição.”

Com os funcionários, não tivemos muitos problemas nas entrevistas apenas os agentes homens se recusaram a falar conosco, é um dado a se explicitar, em todo corpo técnico somente

esses três agentes eram homens. Na escola, o diretor, o vice-diretor e um professor também faziam parte dos funcionários do sexo masculino, todo o restante da equipe eram mulheres.

Uma das agentes socioeducativas disse que “com muita menina é melhor que seja só mulher mesmo, porque pode ficar complicado acontecer alguma coisa entre um agente e uma delas, vai ser uma confusão só” (Agente socioeducativo, Karen), ao questionar a diretora sobre essa predominância feminina no seu quadro de funcionários, ela relatou que não faz escolha, que é do próprio agente a decisão de não trabalhar ali, eles afirmam que é mais fácil pra eles trabalhar com os meninos, pois mulher arruma muita confusão e tudo mais, que ela é quem sempre pede que tenha pelo menos 1 agente homem por turno, porque pode precisar da força para conter algum ato de violência.

Podemos constatar através dessas falas a perpetuação prática do binarismo patriarcal embasado em preconceito de gênero, reafirmando e reforçando o lugar de histeria dado à mulher e de força bruta dada ao homem. Através dos imaginários sociais são fornecidos sistemas de orientações, valores e informações que operam por meio do simbolismo, motivados e estruturados por agentes sociais.

A maioria dos entrevistados assumem que trabalhar nesta unidade é muito melhor que nas unidades masculinas, alegam que não tem tanta superlotação e que embora as meninas briguem muito, é mais seguro ficar por ali. Alegam que os meninos são mais violentos e provocam mais rebeliões, e que as meninas são boas e tranquilas, não tem uma ligação muito estreita com o tráfico. Como diz Davis, “a criminalidade masculina sempre foi considerada mais normal do que a criminalidade feminina.” (2019, p.71)

Em um primeiro momento essa é a impressão que fica do lugar, um lugar tranquilo, como diferentemente da unidade masculina as adolescentes se locomovem tranquilamente pelos espaços, isso foi observado em todos os dias, sem obrigatoriamente o acompanhamento dos agentes socioeducativos, e a comunicação delas com os funcionários é bem próxima, realmente parece ser um lugar de maior acolhimento desses corpos e pessoas do que vimos em outros lugares.

Porém a questão da violência entre elas é um ponto marcante na fala de praticamente todos os entrevistados, contudo para analisarmos as ações de violência é importante antes explicarmos como se dá a organização de relações afetivas e sexuais dessas adolescentes dentro da unidade.

As relações são complexas, apesar de à primeira vista parecerem ser simples. A lógica heteronormativa predomina, assim como a visão de moral que as desenvolve e confirmam o homem e a mulher no estatuto para o qual foram designados, como diz Le Breton (2008). “A

maior parte das ordens de gênero, contudo, é patriarcal, ou seja, constrói privilégios para homens e subordinação para as mulheres, enquanto grupos.” (CONNELL, 2016, p.60)

A lógica se dá entre *João e Maria*, como as próprias adolescentes se denominam. O grupo das *Marias* é composto por aquelas meninas que se identificam com o gênero feminino e as suas representações, como cabelos longos, as vestimentas, ou seja, visualmente e também no comportamento.

O grupo denominado *João* tem as adolescentes que se identificam com o gênero masculino e todas as suas representações, cabelos curtos, vestimentas diferenciadas, modo de agir e de se impor sobre as *Marias*.

Ser *Maria* ou *João* aqui dentro não quer dizer que elas sejam lá fora, algumas se identificam com o grupo que vai trazer mais benefícios para ela aqui dentro. Outras por não quererem optar por um grupo ou outro, são forçadas a ser o que o coletivo escolhe, todas tem que se posicionar, ou fazem, ou alguém faz por elas. (Agente socioeducativa, Lais)

Na unidade é muito comum as adolescentes construam relacionamentos homoafetivos, algumas vivenciam estes relacionamentos a partir da institucionalização, outras já se reconhecem com a identidade de lésbicas ou transsexuais, e ainda tem aquelas que vão performar dentro da unidade o que as favoreçam, estas quase sempre no papel de João, ou seja, vão vivenciar as relações homoafetivas numa condição passageira.

Ao entrevistarmos uma das enfermeiras da equipe, essa relação transitória das sexualidades é explicada por ela, como possibilidade de carência que as meninas tenham ao permanecerem na unidade por muito tempo e a grande maioria sem visitas. Andréia trabalha na sociedade há 3 anos, diz que é notório quando a adolescente não está habituada às relações homoafetivas.

“Você vê claramente quando as meninas nunca tiveram relacionamento com outra mulher, só que muitas aqui, moram longe, o que dificulta da família vir. Elas ficam se sentindo só e acabam por ter abertura para experimentar a coisa... Por vezes algumas até seguem isso lá fora, mas em outras não. Na realidade tem menina que chega toda bonitona, arrumada de mulherão, mas aí, por questão de benefícios, entra já cortando o cabelo, engrossando a voz, tudo pra ser João e colher os benefícios disso né.” (Enfermeira, Andréia)

Podemos identificar que a entrada destas adolescentes no sistema socioeducativo é caracterizada como um período que ao mesmo tempo é de autoafirmação, como também é de insegurança e vulnerabilidade. Por vezes essas meninas se descontrolam do que vivenciavam fora da unidade para se reconstruírem através das performances possíveis ali dentro. Percebem aquele momento como um não lugar. Uma passagem que permite fluidez no gênero de acordo com suas conveniências e em outros casos com anseios íntimos e percepções de si que até então fora dos muros a sociedade não as permitiam.

O trânsito entre as sexualidades traz à tona o sistema de classificação e marcação das diferenças, e que estabelece a corporeidade como componente principal na construção das identidades. Adolescentes interpeladas em posição abjeta negociam suas vidas, notadamente se reinventam a partir das suas subjetividades e ressignificação, que constituem as instituições que supostamente deveriam proteger essas adolescentes.

O que observamos é um regime regulador de corpos e sexualidades que atuando através da opressão, dos discursos considerados machistas e reprodutores das violências instauradas sobre o gênero igual ao sistema que julga e agride fora dos muros.

Para as *Marias* sempre recai os afazeres domésticos, lavar as roupas, costurar, ou seja, cuidar não só das coisas dela, mas obrigatoriamente fazer o mesmo com as coisas do *João*. É através dessas relações de poder que se observa a desigualdade entre elas, uma relação oriunda da dominação e da subordinação, baseada em estereótipos de gênero.

“Isso aqui não é diferente lá de fora não, é um retrato do contato social, uma reprodução da sociedade. O homem bate até cansar e a mulher aceita e permite pelo fato de considerá-lo mais forte. Aqui, *João* bate até cansar e quase sempre por questões de ciúme, porque eles podem ter quantas *Marias* quiserem, não difere muito lá de fora, mas elas não podem nem olhar para outro. Todas elas já tiveram relacionamento aqui dentro, seja por vontade mesmo, por estar carente, algumas vão até se encontrar na sua sexualidade, porque de repente vieram de uma realidade lá fora que não permitia isso, e quando vivem aqui dentro, gostam. Outras não. Elas têm seus nomes de *João*, a gente respeita, chama assim, tem *João* aqui dentro que nunca lavou uma calcinha, sempre alguma *Maria* que faz isso.” (Agente socioeducativo, Karen)

O que aparentemente se demonstra como uma liberdade da sexualidade, pois diferente da unidade masculina os relacionamentos são permitidos, se desvela nas suas entrelinhas tão cruel como na outra unidade. Pois a pluralidade de possibilidades e a construção da corporeidade desta adolescente não é “livre” em seu real aspecto, há uma influência enorme, assim como na outra unidade de repressões e correlações de sexo-gênero que as tornam tão invisíveis e violentadas em seus direitos equiparando-as aos meninos.

A ideia de que a repressão nas unidades masculinas segue uma orientação das facções do tráfico e isso torna as questões de gênero mais difíceis de serem trabalhadas, cai por terra, pois na unidade feminina a influência das facções é quase nula e as desigualdades de gênero persistem. Assim, a cisheteronormatividade é o que de fato se aplica na realidade desses meninos e meninas, ou seja, uma reprodução da lógica machista predominante na sociedade.

Essa realidade causa atrito, por exemplo, quando é necessário o acolhimento de internas transgênero, pois as adolescentes alegam que elas são sujas, e a diretora relata que sempre demanda um processo de conversa e conscientização das meninas, que já foi pior, hoje elas aceitam mais tranquilamente. Essas adolescentes trans participam de toda rotina com as demais,

tem seu nome social respeitado e usado em todos os processos na unidade, no atendimento médico, na lista de chamada da escola etc.

A diretora Vanessa alega que só na hora de dormir ela aloca as trans em um alojamento à parte, pois não pode correr o risco de alguma menina engravidar ali dentro. E por vezes já notou que o adolescente se diz trans apenas para poder trocar uma unidade masculina que está superlotada e sair de um alojamento com 8 ou até 10 meninos e ficar só no alojamento feminino. Então ela prefere não arriscar, “não quero nem imaginar a confusão se uma menina dessa engravida aqui.”

Opera-se mais uma situação de medo no DEGASE, trabalha-se com a “lógica de uma sexualidade reprodutiva, que privilegia o ato sexual entre um homem e uma mulher e que concebe apenas a penetração vaginal como prática sexual” (Furlani, 2012, p. 72), dando ênfase a heterossexualidade compulsória e na reprodução.

Ainda segundo a diretora o que complica esse processo de entendimento das trans é o procedimento adotado para essa transferência, pois, em geral, quando acontece o decreto da medida socioeducativa que determina a internação dessa adolescente, ela é encaminhada para a unidade masculina. Só após estar na unidade masculina, muitas vezes por medo da vivência lá dentro, ocorre o pedido de mudança para a unidade feminina.

Na maioria das vezes, essa transferência se dá por questões de segurança, pois quando as unidades masculinas estão superlotadas (isso é uma realidade constante), o próprio diretor da unidade pede ao juiz para transferir, alegando que não tem como garantir que nada acontecerá com a adolescente. Esse critério de superlotação abre brechas para que aqueles que estejam muito incomodados naquele local criem subterfúgios para deixá-lo.

“Eu até acredito que eles se identifiquem como trans mesmo, mas quando entram aqui, já vieram de um longo processo de isolamento, porque lá eles não convivem com os demais, vivem sozinhos no alojamento. Aí chegam aqui, a maioria das meninas se relaciona com alguém, tem casal e tudo mais, ou seja, elas retomam o convívio com outras pessoas, mas se sentem carente no lado afetivo e sexual, e isso é que me preocupa.” (Diretora, Vanessa)

Ultimamente as trans que a unidade recebeu conseguiram se adaptar ao grupo, elas participaram das mesmas dinâmicas que as demais adolescentes, cursos, escola, refeições, atividades de lazer e espaços de convivência. Os relatos de dificuldade são direcionados as primeiras trans, pois de acordo com as agentes socioeducativas foi algo novo para todos.

“Hoje é bem mais tranquilo, as meninas aceitam de boa, elas também se dão bem com todos. A primeira que veio, foi pauleira, ninguém sabia como lidar, as meninas ficaram reclamando, fazem arruaça, gritaria que não queriam. Quando a trans chegou, deu maior confusão, demorou até ela ser aceita.” (Agente socioeducativa, Karen)

“Eu acho que foi em 2008, se não me engano, que veio a primeira trans pra cá. Foi confuso, ninguém sabia o que fazer, nem aqui e nem lá no masculino, por isso jogaram

ela aqui. Não foi por entendimento do que a menina passava não, o arranjo foi feito porque lá estava lotado e eles alegaram não conseguir se responsabilizar pela segurança dela. As meninas daqui não queriam também, mas nessa guerra toda a menina veio. Tivemos algumas reuniões com os psicólogos para que aprendêssemos como deveríamos tratá-la e se dirigir a ela, já veio com nome de menina e assim foi tratada em toda sua estadia aqui. Hoje é mais comum a gente receber, acho que de lá pra cá já foram umas seis ou mais.” (Agente socioeducativa, Eleonora)

No período da pesquisa havia uma interna trans na unidade, aparentemente ela possuía uma boa interação com as adolescentes. Segundo relatos de alguns agentes, no começo alguns conflitos a envolveram, mas depois ela já estava ambientada. “Ela é uma adolescente vaidosa, isso provoca ciúme nas outras”, diz Eleonora, agente socioeducativa.

Em todo tempo que permaneci na unidade a interna transexual foi citada no feminino, com seu nome social. Apenas um relato não acompanhou esta prática, segundo um relato da professora Teresa, que ministra aulas de História, a professora diz ter professores que se negam a chamar a adolescente pelo nome social, e que mesmo este nome constando na pauta da chamada escolar, esses professores a chamam pelo nome masculino.

Diante deste fato, evidenciamos um despreparo desse corpo de docentes para lidar com situações de gênero e sexualidades, esses corpos quase sempre perturbam a ordem pré-estabelecida socialmente. É nítido que há nessa relação uma dificuldade de aceitar o convívio com pessoas que estão ou são consideradas fora do padrão.

Nessa perspectiva é de extrema importância a capacitação dos funcionários, pois toda proposta de intervenção nas questões de gênero e sexualidades precisam estar bem resolvidas para que ocorra com sucesso nas práticas junto aos adolescentes. Nessa unidade, quando eu questionava aos entrevistados sobre a importância do gênero, sexualidades e corporalidades para o desempenho das suas atividades, a grande maioria, não a reconhecia.

“Assim, eu acho que aqui não é lugar disso. Cada um tem seu pensamento sobre o que é certo e errado nessa esfera, então, elas já vem sabendo o que quer, desde que respeitem o local, cada um faz o que quer. Nós já temos muito a fazer aqui pra da conta disso também.” (Agente socioeducativa, Eleonora)

“Elas já são resolvidas aqui dentro, fazem o que querem, não vai mudar nada. Eu particularmente não acho normal essas coisas não. Porém não sou juiz, tô aqui pra julgar ninguém. Também não acho normal as coisas que fizeram pra vir parar aqui, não é? Fizeram, agora vão pagar, voltar pra rua e cada um segue sua vida. Eu venho aqui fazer meu trabalho, não tomar conta do sexo de ninguém.” (Nutricionista, Nádia)

Seria injusto não registrar a fala daqueles que reconhecem essa necessidade e tentam por algum mecanismo auxiliar as meninas nessa relação de construção da sua corporeidade. Ao conversarmos com a enfermeira Andréia, a abordagem médica foi-me relatada; a maioria das meninas nunca teve atendimento médico que não fosse o da unidade, muitas apresentam IST's e outros problemas.

“Quando elas precisam passar pelo atendimento, obrigatoriamente eu preciso perguntar sobre sua vida sexual, e essa pergunta dá pano pra manga. A grande maioria lá fora se relaciona com meninos, muitas já são mães, e aqui dentro acabam ficando com outras meninas pra ter um apoio, uma companhia mesmo. Elas não compreendem muito as questões de higiene e cuidado pessoal, algumas vem das ruas mesmo, são moradoras de rua e gostam de ficar ali pelas questões de oferta de comida e moradia. Elas gostam de vir no consultório conversar, e eu converso sempre que posso, elas tem uma relação meio doentia aqui, onde os João podem bater nelas, converso, falo que não tá certo que precisam se respeitar e tal. Tem menina que fica nervosa, porque nunca teve uma relação homossexual e chega aqui não tem pra onde correr e tal, falam da religião, que tá pecando e tudo mais. Eu vou conversando, algumas absorvem, outras não, mas é o que posso fazer nessa dinâmica de vida aqui dentro.” (Enfermeira, Andreia)

Os machucados e ferimentos provenientes das brigas entre “Marias e Joãos” são comuns. Todos na unidade relatam que essa relação é agressiva, as brigas circulam sempre entre a relação de poder que elas estabelecem e que por algum motivo é quebrada. Todos os entrevistados citaram as brigas como sendo um grande problema na unidade.

É um reflexo de um regime claramente imbuído de gênero, com uma clara dominação machista, que reflete a hierarquia estabelecida na sociedade, aonde o masculino sempre se sobrepõe ao feminino, expandindo-se também pelas unidades socioeducativas. Na realidade, esse regime é observado em ambas unidades, está tão arraigado que mesmo em um espaço onde não há uma proibição dos relacionamentos, eles até podem acontecer, porém seguindo as ordens binárias de macho-fêmea, homem-mulher, João-Maria.

A relação sexual entre as jovens é reconhecida por grande parte dos/as profissionais, mas não é discutida; pelo contrário, opta-se pelo silenciamento, silenciando e fazendo parecer que as sexualidades são um problema de ordem desviante da regra social e que ali só deve ser avaliado em caso de abuso sexual e nada mais.

Quando o Estado resume a educação sexual ao controle das IST's e à gravidez, relega todas as outras dimensões como a relação assimétrica entre gêneros, a homofobia, a transfobia, o machismo e tantas outras coisas importantes e necessárias para que esses/as adolescentes se entendam e compreendam a si mesmo enquanto sujeitos de direitos.

Outro local de muita importância na nossa pesquisa foi a escola, embora este local não tenha sido o foco principal da pesquisa, pois para que isso acontecesse seria necessário uma autorização no SEEDUC, o que não aconteceu, porém a nossa pesquisa abarcava todos os funcionários das unidades o que compreendia funcionários da escola. O espaço destinado a ela é composto por oito salas de aula, com tamanhos diferentes, que acomodam de seis a oito alunas. Além das salas de aula, um outro espaço agrega a secretaria, a sala da direção e a sala dos/as professores.

A diretora da unidade alega que todas frequentam as aulas e que lá não existe a possibilidade de não ir, ela deixa bem claro isso já na chegada das meninas, pois considera de extrema importância o estudo, diz que é um potencializador na vida dessas meninas.

A recepção à pesquisa não foi propriamente das melhores embora Anselmo, o diretor da escola, prontamente tenha nos acolhido e me apresentado a todos/as, só conseguimos falar com 3 professoras e ele.

Uma das nossas entrevistadas foi Mara, professora de Educação Física que já leciona há 15 anos na unidade. Ela afirma que não há problemas, gosta de trabalhar ali, diz que as meninas são animadas com suas aulas e que não faz distinção por questões de gênero ou sexualidade. Quando perguntada sobre os projetos que envolviam essas questões ela disse que a escola tinha muitos, porém não conseguiu me especificar um, falou que nas festas juninas ela deixava cada um dançar como queria, como homem ou mulher, que elas podiam escolher e que isso configurava uma liberdade de sexualidade na visão dela.

Relatou que as meninas em sua maioria gostavam das aulas de brincadeiras, porque muitas pularam a fase da infância e algumas nunca haviam brincado do lado de fora da unidade. Disse que em sua aula nunca houve agressão e que eram todas necessitadas de trabalho psicomotor e era esse o principal objetivo de suas aulas.

A escola, de modo geral, trata o corpo de uma forma muito próxima da realidade da socioeducação em geral, ou seja, o corpo é compreendido e vivido na perspectiva do controle, da adaptação e da repressão. O ajuste social aprisiona a expansão, o espaço dos impulsos e dos prazeres. Um espaço de extrema importância para o desenvolver dos debates se constitui nas aulas, principalmente as aulas de Educação Física, um aporte tão necessário nesta batalha.

Infelizmente a submissão ao técnico (psicomotor) e às danças folclóricas (festa junina) sem nenhuma contextualização, sem utilização da potência que é o adolescente se manifestar em atividades coletivas e de expressão corporal de forma mais evidente, provoca um amargor nas demandas necessárias de pautas juvenis, demonstrando que poderíamos ensaiar a corporeidade, buscando reunir e problematizar alguns esforços através das intersecções entre corpo e espaço.

Vale ressaltar que a aula de Educação Física tem o maior número de alunas em um só lugar, porque as demais matérias atendem de forma separada, de acordo com a escolaridade das meninas, chegando no máximo a 8 meninas no total, enquanto na Educação Física esse número margeia 20 alunas.

No mesmo dia conseguimos entrevistar uma professora de História, que neste ambiente escolar, foi a mais solícita. Teresa, como vamos nomeá-la, disse que está há pouco tempo na

escola, 3 anos, e que tudo ali é meio mascarado. Afirma inclusive que os atos de violência acontecem sim em horário de aula e que a maioria dos professores fazem vista grossa. Ela diz que já tentou junto à equipe formular projetos de gênero e sexualidades na escola, mas que se sente remando contra a maré, ela acredita que a escola pode auxiliar no processo de diminuição das agressões e na efetiva socioeducação das meninas.

“Por incrível que pareça tem gente aqui que acha que só porrada é agressão, elas se insultam, colocam algumas meninas abaixo de zero, humilhando mesmo. Essa teoria delas de que o homem da relação pode tudo... Isso é cruel. Quando nós professores, presenciamos algo assim e não tomamos uma postura, legitimamos a violência. Nas minhas aulas elas sabem que é diferente, mas consegui na conversa, não na brutalidade. Mesmo assim é muito difícil, você meninas chegarem com olho roxo, dizendo que não foi nada. E lá fora todo mundo engole isso, não levam adiante não, falam que é coisa delas, me irrita!” (Professora, Teresa)

Diz que encontrou uma certa relutância das meninas quando trabalhou gênero e sexualidades em sua aula, mas que conseguiu bom diálogo, mas afirma que sozinha não consegue.

“Muitos aqui, tem preconceito, usam da sua religião para destratar as meninas, tratam elas como bicho. Elas não gostam, mas são tranquilas, qualquer coisa nova que se propõe elas topam. Adoram filmes e é por esse viés que tô tentando chegar. Essa visão que trabalhar sexualidades não é função da escola me irrita um pouco, é função de quem então? Porque o Estado tira o corpo fora, as famílias são totalmente desestruturadas, quem vai ajudar elas? Porque é notório que precisam de ajuda. Estamos dentro de uma unidade de socioeducação e o povo quer fazer projetos (não desmerecendo, ok) de meio ambiente, com a porrada comendo entre elas, não tem lógica! Te negaram acesso a alguns funcionários, não foi? As coisas não são tão bonitinhas como parecem por aqui.... Tem muito professor aqui que se nega a chamar uma aluna trans pelo nome social, está escrito na chamada, mas faz questão de ir buscar o nome no registro pra chamar no masculino. Até para trabalhar feminismo mesmo, o povo torce o nariz, é incrível como o corpo docente não dá abertura para aproximar a realidade dessas garotas com o pedagógico. Já cansaram de me dizer, faz o seu e deixa pra lá, não consigo, o meu não é vir aqui e fingir que tá tudo bem, porque não está.” (Professora, Teresa)

Vale ressaltar que esta entrevista com a professora foi concedida em um corredor da escola, na porta do banheiro, porque a professora não se sentiu à vontade para me responder na sala dos/as professores, na presença dos/as demais, como os/as demais entrevistados/as na escola fizeram. De fato, esse espaço era muito impessoal, pois como expliquei anteriormente, em uma única sala concentravam-se a secretaria, a sala dos/as professores e o acesso à direção da escola.

Após a entrevista, a professora pediu textos e vídeos que pudesse trabalhar com as meninas, mostrou-se interessada em continuar seu trabalho de formiguinha. Na fala desta professora conseguimos observar a inquietação quanto aos temas julgados “delicados” pelos demais, temas esses que como a própria relata, são latentes na vida das adolescentes, deturpados pelas imposições da sociedade e da instituição.

Racismo, machismo, violência de gênero, agressão física e verbal, abandono familiar e tantas outras realidades não podem ser desmerecidos. “A alienação social significa a autonomização institucional, a dominação do instituído fundada no esquecimento de suas origens, na naturalização das instituições” (LOURAU, 2004, p. 73).

É perceptível na fala dos/as professores as tentativas de fuga do tema, alguns/as disseram que é difícil opinar sobre isso, outros/as alegaram questões religiosas para não responder, muitos simplesmente fugiam dizendo ter coisas para fazer, enfim, uma esfera de desconfiança e desconhecimento do tema abordado. Alguns/as disseram que o que acontecia ali dentro não era normal, ao questionar sobre o que seria normal não souberam me responder, uma professora chegou a dizer “esse negócio de mulher com mulher, né minha filha.”

Conforme Madureira, os “preconceitos correspondem a fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras entre grupos sociais e indivíduos.” (2007, p.84) Discursos produzidos por estas relações se fundem e se diluem nesses corpos, configurando gestos, gostos, formas de agir e se posicionar diante das pessoas.

Ainda no espaço escolar conhecemos Luana, agente socioeducativa há 7 anos, com graduação em Geografia e atualmente mestranda de Direitos Humanos, nossa conversa se deu no espaço externo da escola, próximo às salas de aula, pois ela é a agente responsável pelas meninas no horário escolar. Fica observando quem sai das salas para ir ao banheiro, beber água ou alguma outra situação. Revela que seu trabalho é tranquilo, que não entra nas salas de aula, a não ser que algum/a professor/a solicite.

“Eu estou há cinco anos aqui na feminina, antes trabalhei na masculina provisória, lá é pauleira, muito menino entrando e saindo, superlotado, não dá pra fazer o trabalho em paz não. É tenso... Assim que deu pedi pra vir pra cá. Que também não é um mar de rosas, mas como já tem três anos que tô só aqui na escola, isso me favorece. Eu quero sair desse trabalho, tô estudando e fazendo concursos, aqui você sai com as energias descarregadas de tanta coisa que a gente vê. Eu só fico na escola, trabalho todo dia, menos fim de semana. Os meus colegas trabalham por plantão. As meninas gostam da escola, então é tranquilo. Elas gostam dos professores, nem todos, mas da maioria. Muitas delas não tem estudo, são divididas pelas séries e muitas aprendem a escrever aqui dentro. Que eu lembre, nesses anos todos de trabalho nesta unidade, só uma menina veio com o ensino médio completo.” (Agente socioeducativa, Luana)

É nítido nesta fala o quanto a escola é um elemento potente nas propostas de intervenção nos conceitos retrógrados semeados na instituição. A questão do baixo nível de escolaridade serve para ratificar o caminho percorrido fora dos muros por essas adolescentes, um caminho de pobreza, desigualdades socioeconômicas e sem acesso à educação. Cursos de vidas alterados pelas necessidades instaladas em quem tem fome, precisa cuidar dos irmãos ou simplesmente não tem moradia ou comida para sobreviver.

Podemos nesse momento pensar a escola como possibilidade de uma nova perspectiva de educação na vida dessas adolescentes, se antes elas fugiam da escola, agora, na socioeducação, elas desejam ir. A instituição escolar para muitas dessas meninas é a primeira instituição a falhar em suas vidas.

Antes que eu pudesse me aprofundar nas perguntas à Luana, iniciou-se o horário do intervalo escolar, as meninas saíram das salas e se encaminharam para o pátio, e tivemos que nos deslocar também, nesse ínterim passaram por nós duas meninas de mãos dadas e se beijaram na boca. Na hora perguntei a Luana se essa demonstração de afeto era permitida ou se havia alguma objeção, sua resposta foi simples e questionadora.

“Porque havia de ser? Tem uma galera aqui que reclama, repreende e tal. Mas elas estão de boa, ninguém tá machucando ninguém, é uma demonstração de carinho. Se eu impeço ou brigo por isso, diz mais respeito a mim, do que ao fato em si. Diz respeito ao preconceito, a bitolação religiosa ou qualquer coisa mal resolvida, que elas não tem nada a ver. O povo aqui é engraçado, por vezes brigam por causa de um beijo, uma manifestação carinhosa, e em casos de violência, quando vê uma humilhando a outra, as vezes até tapa na cara, fica quietinho... Vai entender.” (Agente Socioeducativa, Luana)

Estranho pensar que uma manifestação homoafetiva agrida mais do que um ato de violência, sem dúvida a questão do despreparo da equipe técnica quanto as questões de gênero e sexualidades perpassam essas problematizações apontadas pela agente. Embora a mesma diga que a instituição oferece cursos de capacitação na área de gênero e sexualidade, os/as agentes não se interessam em fazer, até pelo fato dos cursos acontecerem fora dos seus horários de trabalho.

A negação e o silenciamento do problema só aumentam e potencializam todas as ebulições que ele pode proporcionar. As possíveis ramificações do corpo no mundo permitem trocas, novos horizontes e muita multiplicidade em geral. Entretanto para que essa extensão da corporeidade concretize os entrelaçamentos pessoais (motricidade, liberdade, sexualidades, linguagem, consciência, sensibilidade, percepção e outros) precisam estar presentes como atos reflexivos, dotados de significados e desdobrando-se em outras dimensões positivas para esse indivíduo.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

*Em cada curva uma vontade
Em cada reta uma ilusão
E eu queria uma resposta
Só encontro interrogação*

Tony Belloto

O universo da socioeducação promove inúmeras vivências, que em sua essência deveriam propor aos/às adolescentes uma reflexão de vida e um amplo debate sobre escolhas, buscando oferecer a esses sujeitos possibilidade de construção de uma autonomia para que tracem novos caminhos ao longo de suas jornadas.

Nosso tempo de permanência nas unidades do DEGASE permitiu uma experiência ampla de vivências que ultrapassou o simples coletar de dados para a pesquisa. Nossa pesquisa versou sobre gênero, sexualidades e corporeidades e seus desdobramentos dentro do cotidiano dos/as adolescentes em privação de liberdade, temas que precisam ser amplamente debatidos e implementado nessa realidade.

Porém não há como tal experiência não alinhar outros pontos importantes que atravessam este cotidiano. Como colocado anteriormente, o fato de as unidades apresentarem realidades completamente díspares, assoberba as possibilidades de enfoque.

Acreditamos na impossibilidade de darmos como encerrado a análise da existência humana e sua natureza, sob a ótica da corporeidade e sua pluralidade de facetas e experiências nesse terreno fértil que é a socioeducação. Compreendemos assim a necessidade de futuras pesquisas para que universos tão diferentes possam ser mais detalhadamente elucidados.

Este estudo não tem por objetivo avaliar os/as profissionais que atuam na socioeducação e, tampouco, submeter como um todo o sistema socioeducativo ao crivo da responsabilização única pelos processos discriminatórios que circundam o cotidiano desses/as adolescentes.

Buscamos encontrar nesse espaço que nos acolheu (cada local com sua peculiaridade) e junto a estas e estes que aceitaram dividir suas experiências e falas conosco, uma compreensão das adaptações e reestruturações dos processos envolvendo, gênero, sexualidades e corporeidades vivenciadas no dia a dia desses/as adolescentes.

Isso não significa declinar das responsabilizações, pois cada um de nós deve sim se responsabilizar pela sua conduta, mas não sem antes compreender as condições de possibilidades para resolução dos problemas. Acreditamos que quem está fora da rotina diária das unidades deve manter um olhar menos acusativo se o objetivo for compreender-intervir

diante de uma determinada estrutura histórica e institucionalizada há anos, que sujeita as pessoas envolvidas aos grilhões da normalidade.

Por outro lado, se não negligenciamos os efeitos dos discursos, também não tomamos esses discursos que operam totalmente de forma excludente como verdades postas, buscamos interlocuções em um lugar que já sabíamos, previamente, que é marcado por posições normativas sacramentadas; sendo a nossa atitude tentar localizar e pontuar através da pesquisa como os corpos dos/as adolescentes que infringem esta normalidade instaurada são atravessados pelo cotidiano socioeducativo.

A questão da sexualidade é um ponto frágil e delicado de se investigar na socioeducação, ainda é tratado com muito tabu e principalmente como uma opção, que pode ser postergada e sem grande importância. Em boa parte do tempo o levantamento sobre o tema era tratado como uma problemática e isso nos faz compreender como esse posicionamento fere os direitos desses adolescentes; uma vez que o próprio SINASE e o ECA sinalizam em seus tópicos o direito de suporte e promoção da vida sexual e sexualidades desses internos com qualidade.

Durante nossa passagem pelas unidades, ficou bem claro como os/as profissionais, em sua maioria, mas felizmente não em sua totalidade, lidam com as questões de sexualidade e gênero, tendo o entendimento que não é responsabilidade da socioeducação trabalhar com tais questões.

A partir dessa premissa, podemos entender que se os potenciais alavancadores das questões e possíveis parceiros no embate ao preconceito estão a serviço do viés disciplinador e moral imposto por uma sociedade cisheteronormativa, a possibilidade de se eclodir nesses espaço uma consciência de corporeidade mais ampla e realmente desenvolvida, toma o rumo da escassez ou da inexistência.

Assim, “[...] é possível pensar em muitos jeitos de ser feminino e muitos jeitos de ser masculino, sem um papel de gênero demarcador, muito embora haja modelos predominantes, instituídos e idealizados pela sociedade, mesmo assim, pode-se pensar na multiplicidade constituição de sujeitos.” (XAVIER FILHA, 2015, p. 103).

Nosso percurso só ratificou a importância e a urgência de se trabalhar com os temas da pesquisa dentro das unidades socioeducativas, tanto com os/as adolescentes, quanto com os/as profissionais que atuam no dia a dia nas unidades, pois se os/as próprios/as agentes, professores/as, corpo técnico e diretores/as não estiverem dispostos a reverem as possibilidades do corpo na socioeducação, e compreendê-la como em formação de corporeidade, onde este espaço é de extrema importância no processo de formação, nulo serão os esforços.

Abraçar a diversidade requer renúncias sobre grandes “verdades” tidas como absolutas, tão caras à nossa sociedade e às ciências. A corporeidade e sua mudança constante infringem o status único, estável e soberano das “verdades”, pois desenvolve a mutação, a renovação, a abertura ao novo, a construção e reconstrução do ser, ou daquilo que pode vir a ser.

Os jogos de poder que constituem as relações de gênero e sexualidades dentro da socioeducação são mais velados e sutis do que parecem à primeira vista. São jogos exercidos, muitas vezes, com cumplicidade e malícia, eventualmente com violência ou consentimento, mas sempre com ingredientes de resistência. Como em outros jogos, as posições dos participantes podem ser transitórias ou moventes; quem assume a iniciativa e o protagonismo num momento pode, em outro, se submeter. E pode se submeter para, adiante, ganhar uma nova posição.

Se a forma de exercer o poder nessas relações (e em tantas outras) é, frequentemente, discreta e quase invisível, as formas de resistir ou de escapar à submissão são sutis e múltiplas. Por isso é ingênuo reduzir, como se faz na realidade, as relações de gênero a uma equação formada pelo binômio homem dominante versus mulher dominada.

Os enredos e as estratégias desses encontros são bem mais complexos. Além disso, jogos de poder não se exercitam apenas no campo do gênero e da sexualidade, mas se dão, ao mesmo tempo, em muitos outros domínios, embaralhando os confrontos (Louro, 2013, p.16). A forma de ser homem ou mulher se constitui de acordo com a nossa construção histórico-social, com as características que se impõem socialmente e culturalmente como masculina ou feminina, permissões que são falsamente construídas pela dicotomia dos gêneros.

Na visão social de que as masculinidades são permissivas a violência e as feminilidades são permissivas ao sofrimento e a aceitação, parâmetros esses que podemos visualizar em ação principalmente na unidade feminina. Esse conceito dicotômico de gênero nos aproxima dos comportamentos esperados pela sociedade, que nos trazem a problemática diante do que se espera de meninas e meninos frente à violência.

Nesse contexto, podemos observar que a propagação dos conceitos impostos reforçam o entendimento entre as adolescentes de que, aquelas que assumirem o papel do gênero masculino podem, assim como na sociedade, se portarem com todas as características atribuídas à masculinidade, inclusive com as vantagens atribuídas a esse fato como não lavar, não cuidar do espaço e inclusive castigar o gênero feminino se assim julgarem correto.

Atribuir aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções de pouco valor tem sido costumeiramente questionado. Esta divisão do mundo, essa cosmogonia baseada sobre o gênero mantém-se e é regulada por violências:

violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres (WELZER- LANG, 2001, p. 461).

A violência que observamos é praticada no âmbito das relações interpessoais e institucionais. Aquelas adolescentes que são categorizadas como “Marias” são afetadas por esse marcador, ou seja, existe uma violência de gênero em que a depreciação e a agressão física são justificadas pela categorização de supremacia do gênero masculino sobre o gênero feminino.

Violência essa que se justifica pelo simples fato das construções sociais assim a permitirem. Fato que deveria ser persistentemente questionado e reformulado junto a essas meninas, com um trabalho interdisciplinar de rompimento com esta visão ultrapassada e machista sobre os relacionamentos.

Como diz Santos,

[...] tomamos feminilidade e masculinidade como construções culturais que se produzem e reproduzem socialmente e que não podem ser definidas fora de um contexto, ou seja, de condições históricas e culturais em que o indivíduo se constitui. Essa decisão conduz-nos a reiterar que feminilidade e masculinidade estão em permanente transformação, não sendo determinações fixas, e possuem uma multiplicidade de formas de ser homem ou mulher em nossa sociedade, multiplicidade está em que afloram inúmeras tensões, conflitos e cenários. (2010, p. 842).

Dentro dessa perspectiva, podemos entender que uma mudança tão grande, que não são apenas práticas, mas principalmente de visão do mundo, de sentido e intencionalidade nos atos, não se faz necessário apenas fora dos muros da socioeducação, mas em todos os espaços compreendidos como sociais, inclusive na escola, onde infelizmente não encontramos abertura para reflexão e diálogo sobre tal demanda.

A violência é permeada por valores que se cruzam com a existência humana, é um produto do comportamento humano, que ganha sentido nas relações sociais, históricas e culturais dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, a base social e familiar dessas adolescentes vai contribuir e muito para a propagação dessa violência exacerbada que podemos visualizar nessa unidade. Sabemos que as relações extramuros que muitas dessas adolescentes vivenciaram é permeada de violência, seja ela física, psicológica ou moral, o que reflete suas ações e comportamentos dentro deles.

As motivações elencadas como justificativas para as agressões são variadas e vão desde uma suposta traição ao simples fato de desobedecer uma ordem dada pelo “João”. Existem as brigas entre as “Marias” por conta de algum “João”, porém em geral as agressões partem do

“João” para com a “Maria”, como uma demonstração de sobreposição do masculino sobre o feminino. Ao “João” é permitido ordenar, controlar e punir.

Raramente os desentendimentos entre as adolescentes que se intitulam “João” geram agressões físicas, a organização do desfecho quase sempre é outra, elas até discutem, há agressão verbal, mas as agressões físicas são frequentemente permissivas quando os gêneros ali representados são o feminino e o masculino, assim, o masculino se sobrepõe pela força ao feminino. Estamos aqui a falar não necessariamente da força física de uma adolescente sobre a outra, mas sim da força que representa um gênero sobre o outro.

Observamos meninas fisicamente menores e mais fracas que as agredidas, fator que não inviabilizou a agressão pelo simples fato desse arranjo não estar pautado em força física, mas sim numa reprodução social que normatiza o fato do homem se sobrepor à mulher, inquestionavelmente.

Podemos observar que a violência psicológica também faz parte do cotidiano da unidade, quando ouvimos relatos que a adolescente intitulada “João” pode ter em seu meio relacional mais de uma “Maria”, porém o contrário não é permitido, inclusive este comportamento é passível de punição agressiva por parte do “João”.

O caráter da violência neste contexto da socioeducação é atuante de várias maneiras, quase sempre direcionada ao corpo, como forma de machucar e marcar a adolescente para que, além da própria, as demais possam visualizar e tirar como lição para que não se repita a infração cometida. A utilização da marcação desse corpo, como um elemento de exemplo para as demais.

A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens. Quando se atribui a divisão de uma torta por sete partes aos homens e somente uma às mulheres, a luta por igualdade deve significar que deve ser dividida a torta em porções iguais (WELZER- LANG, 2001, p. 461).

A humilhação, xingamentos, depreciação fazem parte do cotidiano, e sempre são desferidos contra a adolescente que em sua corporeidade assume as características elencadas como femininas. Entre as adolescentes e até mesmo entre os agentes, esse comportamento é entendido como normal, poucos relataram em suas entrevistas que essa relação pudesse significar algum problema, pelo contrário, era muitas vezes sinalizado como a forma de elas se organizarem.

Apenas uma professora se mostrou indignada com essas ações, em uma de suas falas expressa a tentativa dela em suas aulas de debater sobre este assunto: “É muito difícil, pois já

está enraizado no sistema, porém sempre levanto debates com elas e tento fazê-la entender que todas têm direitos iguais, não só aqui dentro, mas lá fora também. Não podemos repetir os erros que são impostos pela sociedade machista aqui dentro.” (Professora Teresa)

Podemos a partir dessas posturas observar a imparcialidade que os/as funcionários/as da unidade adotam diante das ações violentas que ocorrem no espaço, atitude essa que reforça a violência de gênero e se sobrepõe aos princípios da socioeducação. Diante de um universo de inúmeros profissionais, é assustador encontrar apenas um que reflita e busque a reflexão das adolescentes sobre um problema de tamanha proporção.

Propostas investigativas e debates voltados à masculinidade hegemônica, práticas de combate à masculinidade tóxica e a agressões deveriam ser incentivados e trabalhados em toda unidade escolar, por todos/as os/as profissionais envolvidos/as no cotidiano dessas adolescentes. A masculinidade atuante na unidade valoriza atributos de virilidade, liderança, agressividade, ausência de sentimentos e supremacia.

Nesse sentido existe uma carência de valores relacionados à individualidade e ao respeito às diferenças de gênero. As problematizações sobre os papéis de gênero e masculinidade hegemônica devem ser debatidas em busca de alternativas e ações capazes de romper com a estrutura engessada que visualizamos na sociedade, e que não deveria repercutir num espaço socioeducativo.

Essa esfera de massacre das feminilidades é encontrada em ambas unidades que, embora apresentem universos tão diferentes em suas constituições físicas e práticas, congelam o mesmo gesto de intolerância ao que se aproxima do feminino. Utilizam de métodos de repressão diferenciados, mas com a mesma esfera de silenciamento.

Acreditamos que esta pesquisa trouxe à tona um assunto relegado à sombra e ao silêncio. No entanto, evidencia o longo caminho que ainda temos que percorrer, para nos afastarmos do falso moralismo e juízo de valor que ainda permanece encarcerado junto com esses/as adolescentes, negligenciando assim seu universo de valores, sentidos, significados e vivências, em especial quando se trata de direitos sexuais.

Outro ponto de angústia é a posição das unidades em acatarem normas do tráfico, “em nome da segurança”, ao ceder às forças políticas dessas facções dentro das unidades, conforma-se um cenário de perpetuação de preconceitos e discriminação quando, em nome da segurança, deixa-se de lado o debate sobre questões importantes para o processo socioeducativo, como a violência de gênero e a homofobia, vide exemplo da necessidade de enviar um jovem a um isolamento dentro de outro isolamento, como direcioná-lo ao seguro, onde sua rotina será solitária por todo tempo que permanecer na instituição.

Ao longo da pesquisa, foi possível compreender que a articulação dos dispositivos, gênero, sexualidade e corporeidade dentro das instituições não se reestruturaram, pelo contrário, mantiveram o padrão de uma política de contenção extremamente vigiada, especialmente na unidade masculina, e cercado por violências.

Quanto a análise do cotidiano e as implicações nas limitações corporais, podemos acompanhar uma rigidez maior na unidade masculina, onde há, por exemplo, a obrigatoriedade do corte do cabelo e de deslocamentos físicos em fila e com uma postura de cabeça baixa sempre, enquanto no feminino, a uniformização dos “corpos” não é uma implicação obrigatória.

No cenário atual da socioeducação, podemos comprovar superlotação, péssimas condições de saneamento básico, condições mínimas de higiene pessoal e falta de recursos humanos. fatores críticos que fazem com que o senso-comum entre os/as funcionários/as das unidades entendam que a garantia de qualquer outro direito que não seja entendido para eles como “básico” – nesta classificação aportam gênero e sexualidade -, não possuam urgência nas pautas e capacitações.

Alguns movimentos referentes a uma capacitação sobre os temas abordados na pesquisa foram citados, mas de maneira bem superficial, demonstrando inclusive um desinteresse por parte desse corpo de funcionários/as atuantes junto aos/às adolescentes.

Quanto a isso, parece que o exercício das sexualidades e das vivências de corporeidades, foco da nossa pesquisa, tem sido uma faceta das mais difíceis de se garantir no sistema, principalmente por estar atrelada a esse pensamento que não a compreende como um direito.

Para além disso, cabe pensar as forças, poderes e saberes que atravessam essas discussões, tornando a compreensão das dinâmicas desses espaços uma manutenção das opressões, violências e normativas engendradas na sociedade. Um sistema que ao invés de (re)educar, pune.

A sociedade, em sua maioria, tende a acreditar que esses espaços de privação de liberdade não fazem parte do seu cotidiano, que não altera em nada a sua existência o que acontece ou deixa de acontecer dentro desses muros. Porém, que fique claro, não existe essa possibilidade de apartar de nossas vidas a eclosão de possibilidades que existe dentro de uma unidade socioeducativa. Esses/as adolescentes não permanecerão toda sua vida presos/as e enclausurados/as no sistema, alguns retornam com uma certa frequência, mas por outros tantos momentos eles estarão fluindo suas vidas fora desses muros, e suas vidas não são de menor valia pelo simples fato de passarem por uma unidade socioeducativa.

Suas vidas precisam ser valorizadas, assim como a vida de qualquer cidadão. Enclausurá-los apenas para fingir dar à sociedade uma resposta às suas inquietudes não auxilia

em nada nossa vida em comunidade. Perpetuar violências e desrespeitos em um ambiente que por si só já gera muita tensão não favorece em nada a autoestima e o potencial desses meninos e meninas que estão à margem da sociedade.

Porém compreendemos que a resistência tem diversas facetas, uma delas é se colocar como um bloqueio, que impede a passagem do que se quer evitar; outra mais próxima do que compreendemos como necessário nas situações explicitadas na pesquisa seria deixar vir as adversidades, para que possamos juntos encontrar, reformular e (re)construir formas de fazer aquilo que acreditamos. Resistir é ser água que não insiste em perfurar pedras, e sim buscar caminhos para contorná-las e, assim, seguir seu curso.

Que sejamos mar...

REFERÊNCIAS

AGUINSK, B.; FERREIRA, G.; RODRIGUES, M. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança pública no Rio Grande do Sul. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 47-54, jan/jun, 2013.

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica e educação**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2014.

BECHER, F. Os "menores" e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. **Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH)**, São Paulo, 2011.

BOEIRA, D. A. Menoridade em pauta em tempos de ditadura a CPI do Menor (Brasil, 1975 - 1976). In: **Revista Angelus Novus**, São Paulo, a. V, n. 8, pp. 179-198, 2014.

BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, v.2, n.1 (3), p. 68-80, 2005.

BRAGA, A. G. M. Criminologia e prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 1, n. 1, jan 2014, p. 46-62. Disponível em: <http://reedpesquisa.org/ojs-2.3.4./index.php/reed/article/viewFile/4/4>. Acesso em 20 julho. 2020.

BRASIL. Lei N. 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/6697impressao.htm. Acesso em: 9 jan. 2019.

_____. Lei 8069/90, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**. Brasília, DF, 16 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 05 jan. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília/DF: CONADA, 2006.

_____. Lei 12.594/12 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a

adolescentes que pratique ato infracional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**. Brasília, DF, 19 de jan. de 2012.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

BRUNS, M. **Vivência transexual: o corpo desvela seu drama**. Campinas, SP: Átomo, 2013.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMO, P.S. **Merlau-Ponty**: uma introdução. 2º ed. São Paulo: EDUC (Série Trilhas), 2011.

CASTRO, S. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. **Aprender - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação**, n. 20, p. 75-82, 2018.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. Buenos Aires: Clacso, 2008.

COIMBRA, C. M.; NASCIMENTO, M. L. **Ser jovem ser pobre é ser Perigoso?** 2003. Disponível em:

<http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf>. Acesso em: 03 de março. 2019.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Inversos, 2016.

CORDEIRO, C. M. C.; VOLPI, M. Pesquisa quantitativa sobre adolescentes privados de liberdade no Brasil. In: VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 45-65

COSTA, A.P.M. **Os Adolescentes e seus Direitos Fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

COUTO, I. A.P. MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. EARP, M. L. S.; NORONHA, P. A. **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

DAOLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 1995.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DE GARAY, H. J. (2018). **O adolescente dobrado: Cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro** (tese de doutorado). Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In _____. (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DESCAMPS, M. A. **Ce corps hai et adoré**. Paris : Sand, 1988.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2003. Apostila.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, G. G. de. **O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. 2.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. 96p.

FREITAS, T.P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Revista Serviço social e Sociedade**, v.15, n.105, p. 51-57, mar, 2011.

FURLANI, J. (2012). Educação sexual: possibilidades didáticas. In: Louro, Guacira Lopes; Felipe, Jane; Goellner, Silvana Vilodre (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8 ed., Petrópolis, Vozes.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó/SC: Argos, 2012

GARCIA, M. F. **A construção histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional**, 2009. 54 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo *In*: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 28-40.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 1.

GREINER, C. **O Corpo**. São Paulo: Annablume. 2006.

GRIMM, R. É. **Heteronormatividade e transfobia – sobre a invisibilidade trans lésbica**. 2017. Disponível em: <https://sapaprofana.wordpress.com/2017/02/01/heteronormatividade-e-transfobiasobre-a-invisibilidade-trans-lesbica/> Visualizado em 10/02/2020.

HERNANDEZ, J.D.G. **O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro**. 2018. 442 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

IAMAMOTO, M.V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetórias e desafios. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica, 12 jul. 2009.

IRINEU, B.A.; RODRIGUES, M.M. **Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contexto de privação de liberdade**. Palmas: EDUFT, 2016.

JARDIM, Juliana Gomes. Deveriam os estudos queer falar em cis-heteronormatividade? Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais

mistas femininas. In: **#4 Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e #2 Encontro Internacional de Estudos de Gênero**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em:
http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

JULIÃO, E.; MENDES, C. (Coord.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2019. Disponível em:
<http://www.degase.rj.gov.br/publicacoes2019/RelatorioPesquisaJovens.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Adeus ao corpo**. 3 ed. Campinas-SP: Papirus, 2008.

_____. **Desaparecer de si: Uma tentação contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LEMOS, A. G. A. **Vai depender de como tá a pista: a rede de atendimento socioeducativo e a reiteração do ato infracional**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LOMANDO, E. M. **Processos, desafios, tensões, e criatividade nas conjugalidades de homens e mulheres transexuais**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

LOURAU, R. (2004). In: **Altoé, Sônia (org.) René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral** - São Paulo: HUCITEC.

LOURO, G. L. **Um corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte/MG: A Autêntica, 2013.

_____. LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas - SP, v. 19, n. 02, p. 17-23, mai./ago. 2008.

MACHADO, M.M. **Merlau-Ponty e a Educação**. Coleção Pensadores e Educação, 19. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MADUREIRA, A. F. A. U. Identidades sexuais não-hegemônicas: Processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n.23, p. 81-90, 2007.

MAIOR, O. S. Das medidas sócio-educativas. *In*: CURY, M. (coord.) **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 8ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MARCILIO, M.L. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAUSS, M. As técnicas corporais. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974, vol. II.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: SIPEQ, 2004.

MELO, E. Direito e norma no campo da sexualidade na infância e adolescência. *In*: M. Ungaretti (Org.), **Criança e adolescente: Direitos, sexualidade e reprodução**. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. 2010. p. 43-65.

MENDES, C.L.S.; JULIÃO E.F. (Coord.) **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Degase, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **O olho e o espírito**. Tradução por Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo. Cosac Naify, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MISCKOLCI, R. Sexualidade. *In*. **Marcas da diferença escolar**. São Carlos: EdUSFCar, 2010. 220 p.

MOCELIN, M.R. **Adolescência em Conflito com a Lei ou a Lei em Conflito com os Adolescentes**: a socioeducação em questão. Curitiba: Appris, 2016.

MONDARDO, M.L. **O corpo enquanto “primeiro” território de dominação: o Biopoder e a sociedade do controle**. Universidade Federal da Grande Dourados, Biblioteca On-line de Ciências de Comunicação, p. 1-11, 2009. Disponível em:

<https://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/mandardo-marcos-o-corpo.pdf>> Acesso em 15 de dezembro de 2019.

MOREIRA, J.O. *et al.* Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? **Revista Psicologia Política**, v.115, n.33, p.27-31, 2015

NÓBREGA, T. P. **Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo.** Educ Soc, Campinas, v.26, n. 91, p. 599-615, mai/ago, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a15v2691.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

_____, T. P. **Corporeidade e educação física: do corpo-objeto ao corpo-sujeito**, Natal: EDUFRN, 2009.

_____, T.P. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

PELEGRINE, T. Imagens do corpo: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. **Revista Urutágua -UEM**, v. 4, n.08, p 23-25, 2006.

PEREIRA, I. P. S. Adolescentes e o exercício da sexualidade: uma análise no espaço de privação de liberdade. **ARACÊ: Direitos Humanos em Revista**, ano 3, n. 4, p. 30-44, 2016.

PORPINO, K. O. **Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética**. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

PRADO, V. M. Heteronormatividade e a construção do sistema sexo-gênero no discurso científico da educação física no Brasil. *In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL*, 04, 2015, Maringá: **Anais [...]**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467413253_arquivo_comunicacaooral_formatada.pdf. Acesso em: 03 de mar. 2019.

PRASAD, A.; PRASAD, P. The coming of age of interpretive organizational research. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 4-11, 2002.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 116, p. 68-71, 2013.

RIZZINI, I. O elogio do científico: a construção do menor na prática Jurídica: *In: RIZZINI, I. A criança no Brasil hoje*. RJ: Univ. Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I.; RIZZINI I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2004.

RODRIGUES, J. **Corporeidade e Aprendizagem**: Uma Relação Político Pedagógica. 2010. Disponível em: www.webartigos.com. Acesso em: 5 mar. 2019.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

ROSÁRIO, N. M. **Mundo contemporâneo: corpo em metamorphose**. 2006. Disponível em: http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/conteudos/corpo.htm. Acesso em 12 de janeiro, 2019.

SALES, M. **A (in)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B.R. Cronologia histórica das intervenções na vida de crianças e adolescentes no Brasil: do infante exposto ao cidadão-criança. **Estudos**, v.31, p.11-43, 2004.

SANTOS, G. L. dos. **Significados e sentidos dos direitos entre adolescentes de Salvador**. 2010, 223f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, UF, Salvador, 2010

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 52-74, 2006.

SCHRIEWER, J. Aceitando os desafios da complexidade: metodologias de educação comparada em transição. *In: Souza, D. B.; Martinez, S. A. (Orgs.). Educação comparada: rotas de além- mar*. São Paulo: Xamã, p. 63-104, 2009.

SILVA JUNIOR, J. A.(org.); SILVA M.L. R. (org.). **Identidades e formação docente**: múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, v.14, n.2, p. 96-118, 2012.

SIMÕES, J. FACHINNI, R. Paradoxos da Identidade, *In: Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, 2009.

SODRÉ, M. **A Verdade Seduzida**. Rio de Janeiro -RJ, DP&A, 2005.

SOUSA FILHO, A. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual *In: Bagoas*, n. 04, 2009, p. 59-77.

TUCHERMAN, I. **Breve história do corpo e de seus monstros**. Lisboa: Veja, 2004.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a12v2263.pdf>> Acesso em 15 de dezembro, 2019.

VAZ, A. Aspectos, contradições e mal-entendidos da educação do corpo e a infância. **Revista Motrividência**, ano XIII, n. 19, p. 1-7 dez. 2002.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Femininos**. V.9, n. 2, Florianópolis, 460-472, 2001.

XAVIER FILHA, C. X. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

_____. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades na educação das infâncias. In: _____ (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

ZAPPE, J. G.& DIAS, A. C. G. (2012). Violência e fragilidade nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**. v.17, n.3, Natal, 389-395, 2012.